



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

ALESSANDRA NUNES DE OLIVEIRA

ENTRE LIVROS E IMPRESSOS, O BIBLIOTECÁRIO NOS BASTIDORES DA CENSURA:
uma abordagem indiciária do Nazismo ao Estado Novo em Belém, PA – Brasil (1930-1945)

Belém/PA
2016

ALESSANDRA NUNES DE OLIVEIRA

ENTRE LIVROS E IMPRESSOS, O BIBLIOTECÁRIO NOS BASTIDORES DA CENSURA:
uma abordagem indiciária do Nazismo ao Estado Novo em Belém, PA – Brasil (1930-1945)

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia à Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Msc. Luiz Eduardo Ferreira da Silva.

Belém/PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

O48e Oliveira, Alessandra Nunes de.

Entre Livro e Impressos, o Bibliotecário nos Bastidores da Censura: uma abordagem indiciária do Nazismo ao Estado Novo em Belém, PA – Brasil / Alessandra Nunes de Oliveira; Orientador: Luiz Eduardo Ferreira da Silva. - 2016.

114 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2016.

1. Biblioteconomia. 2. Censura 3. Nazismo. 4. Folha do Norte. 5. Informação. I. Universidade Federal do Pará. II. Silva, Luiz Eduardo Ferreira da, orient. III. Título.

CDD (22 ed.): 020

ALESSANDRA NUNES DE OLIVEIRA

ENTRE LIVROS E IMPRESSOS, O BIBLIOTECÁRIO NOS BASTIDORES DA CENSURA:
uma abordagem indiciária do Nazismo ao Estado Novo em Belém, PA – Brasil (1930-1945)

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia à Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Msc. Luiz Eduardo Ferreira da Silva.

Banca Examinadora

Orientador

Prof. Msc. Luiz Eduardo Ferreira da Silva
Mestre em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Membro

Prof. Dr. Lucivaldo de Vasconcelos Barros
Doutor em Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília - UNB

Membro

Prof. Esp. Diego Bil Barros
Especialista em Direito Público
Luís Flávio Gomes - LFG

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Maria Oliveira, pelo seu zelo e bem estar que sempre busca me proporcionar e que se acentuaram ainda mais enquanto eu escrevia este trabalho, para que pudesse com todo o conforto fazer minhas pesquisas tranquilamente.

A Jetur Lima, meu cúmplice nesses 4 anos de academia. Sempre somando, lutando e conquistando comigo momentos que não deixaremos para trás. Este trabalho demonstra sua amável parceria para comigo em não medir esforços para me ajudar quando eu precisava.

Ao meu orientador, professor Luiz Eduardo, que com toda paciência e dedicação me ajudou a construir esta pesquisa. Seu dom de ensinar e de dialogar me ensinou o que é ser um verdadeiro professor. Além dos meus agradecimentos você tem minha eterna admiração.

Ao Professor Aureliano da Silva Guedes, que mesmo não sendo mais professor da faculdade de biblioteconomia ainda continua sendo muito lembrado por mim. Trago em minha memória suas formas dinâmicas de dar aula e sua dedicação com os alunos, o que me espelharei e levarei para toda a vida. Hoje, academicamente sou o reflexo de suas dicas que motivava com palavras de atitudes seus alunos para as pesquisas. Meus eternos agradecimentos.

Aos meus amigos dos ENEBD's (os enebdianos) que conheci nesses 3 anos de encontros. Aprendi conversando e convivendo com vocês que é possível lutarmos e praticarmos uma biblioteconomia progressista e emancipatória. Meus sinceros reconhecimentos aos colegas de biblio da: UFBA; UFMA; UFMG; UFPE; UFRN; UFRJ; UNB e UNIRIO.

Aos colegas de sala de aula da turma de 2012 da noite, que me acolheram com todo respeito e carinho. Minha admiração por todos, que em meio às suas lutas cotidianas não mediram esforços e dedicação para fazer o seu melhor nos estudos.

“Rememorar o passado é importante para não se cometer os mesmos erros no futuro, contudo não se pode se desprender do presente que é o está, muito menos acreditar que só a rememoração é suficiente”.

(Aureliano da Silva Guedes)

RESUMO

Discute os caminhos da censura entre livros e impressos. Investiga o contexto histórico da censura do regime nazista alemão, ocorrida nos impressos e sua influência no Brasil com o Estado Novo e a Intervenção Militar, no Estado do Pará, no "Jornal Folha do Norte" entre 1930-1945. Trata-se de uma pesquisa teórica, posto que procura compreender o contexto da discussão sobre o tema censura em livros e impressos. Por intermédio do método indiciário, buscou através dos indícios interpretativos encontrar as pistas para as incertezas histórico-epistemológicas na Biblioteconomia, sobretudo, no contexto da censura. Os resultados indiciários demonstram novas perspectivas de abordagens e estudos sobre a censura nos livros e impressos em acontecimentos históricos como 'Bücherverbrennung' no Nazismo, indícios de censura no Estado Novo e ao Jornal Paraense Folha do Norte. Problematizou uma reflexão da censura na Biblioteconomia e a ação dos profissionais bibliotecários a partir da análise histórica. Por fim, conclui-se que a Biblioteconomia precisa desenvolver mais questionamentos teóricos e históricos que examinem a questão da censura e suas concepções nos bastidores da atuação profissional do bibliotecário. Carece, portanto, de aportes metodológicos mais claros em relação ao tema censura em livros e impressos, para assim constituir-se como atuação emancipatória um novo hall de atuação da Biblioteconomia e do Bibliotecário.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Censura. Nazismo. Jornal Folha do Norte. Informação.

ABSTRACT

Discusses the ways of censorship between books and printed. Investigates the historical context of the Nazi German regime censorship in print and its influence in Brazil with the New State and the Military Intervention in State of Para in the newspaper "Folha do Norte" between (1930-1945). This is a theoretical research that seeks to understand the context of the discussion on the topic of censorship on books and printed. By indicting method, sought through the interpretative clues, find the clues to the uncertainties in the library sciences, especially historical epistemology, in the context of censorship. The indication results demonstrate new approaches and prospects of studies on censorship in books and printed in historical events like 'Bücherverbrennung' in Nazism, evidence of censorship in the New State and in the newspaper Folha do Norte. Discussed a reflection of censorship in Librarianship and the action of professional librarians from the historical analysis. Finally, concludes that Librarianship needs to develop more theoretical and historical questions that examine the issue of censorship and its conceptions behind the scenes of professional librarian. Lacks, therefore methodological contributions more clearer to issue censorship on books and print, to hereby establish itself as emancipatory action a new hall of operation of Library and Librarian.

Keywords: Librarianship. Censorship. Nazism. Folha do Norte. Information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Criança fazendo a saudação nazista.....	25
Figura 2 - Classe cantando o hino "Hitler ist unser Retter"	26
Figura 3 - Professora em sala de aula.....	26
Figura 4 - Cartaz do filme jovem hitlerista.....	29
Figura 5 - Cartaz do filme o eterno judeu.....	29
Figura 6 - Saqueando os livros do Instituto Hirschfeld.....	34
Figura 7 - Livros recolhidos em carrinhos.....	34
Figura 8 - Joseph Gobbels discursando.....	36
Figura 9 - Lance do livro em meio à fogueira.....	36
Figura 10 - Jovem lançando o livro.....	36
Figura 11 - Membros da União dos Estudantes.....	36
Figura 12 - Capa do livro para a juventude.....	47
Figura 13 - Cartilha de 1942.....	47
Figura 14 - Biografia sobre a figura de Vargas.....	47
Figura 15 - Sobre o Marechal Floriano Peixoto.....	47
Figura 16 - Jornal <i>O Paiz</i> de 25/09/1934.....	63
Figura 17 - Correio da Manhã de 25/09/1934.....	63
Figura 18 - Folha do Norte, 07/10/ 1934.....	64
Figura 19 - Folha do norte 09/10/1934.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Spie Metodológico	15
2 A HISTORICIDADE DE UM ACONTECIMENTO	18
2.1 A propaganda política nazista	22
2.2 O Nazismo “Bücherverbrennung e a censura”	29
3 A REVOLUÇÃO DE 1930 E O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS	40
3.1 O Estado Novo Brasil	43
3.2 O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	49
4 A INTERVENTORIA DE 30 NO ESTADO DO PARÁ	55
4.1 A censura no Jornal “Folha do Norte”	57
5 APORTES SOBRE A CENSURA	69
5.1 Entre as várias formas de Censura	70
5.1.1 Censura Prévia.....	71
5.1.2 Censura Punitiva.....	72
5.1.3 Autocensura/Censura interna.....	73
5.1.4 Censura Técnica	74
5.1.5 Censura Burocrática	75
6 CENSOR OU DISSEMINADOR?	76
6.1 Bibliotecário Progressista: para um novo papel social	82
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	100

1 INTRODUÇÃO

A formação social de um indivíduo sobre o meio em que vive é ocasionado a partir das informações, as quais a humanidade adquiriu ao longo do tempo. Tornando-se perceptível para os que possuem as informações, a capacidade de desenvolver o pensamento crítico, independente dos fatos que se agenciam na sociedade. Por conseguinte, considera-se que a informação também é vista como uma ferramenta na união de grupos e povos sobre ideias, concepção de fatos e compartilhamento de conhecimento. Por um outro ângulo, sua não utilização ocasiona uma sociedade de pouco entendimento e precível de conhecimento.

Desta forma, ao analisarmos o percurso histórico da humanidade torna-se possível observar a sociedade em diferentes épocas em que vivenciaram atitudes, as quais tornaram-se similares em seus registros históricos. A história mostra a postura das altas hierarquias, que de alguma forma tinha o poder centralizado em suas mãos. Destarte, utilizavam de sua supremacia para reprimir e punir os que não compactuassem com suas normas ideológicas, em que através de atos proferidos de arbitrariedade acabavam restringindo-os de seus direitos, tanto materiais quanto intelectuais.

Por meio desta vertente, a escolha do presente trabalho permeará o caminho que as informações impressas traçaram-se por meio da censura em três regimes ditatoriais que existiram no período de 1930 a 1945: O nazismo na Alemanha, Estado Novo no Brasil e a intervenção de Magalhães Barata, no Estado do Pará. Por meio desta questão a pesquisa percorrerá os caminhos e ações adotadas pelos ditadores para executar atos de censura.

Com base nessas questões surgiu o interesse pela investigação de um ponto específico sobre os abusos do poder, no que diz respeito aos pressupostos da censura, que se estabeleceu como uma das formas de impedir que a sociedade não obtivesse o acesso ao conhecimento produzido, justamente por não compactuarem com as ideologias extremistas.

Portanto, considera-se como justificativa para o estudo a busca de indícios, pistas, sintonias e características que são atribuídas ao universo da censura, sendo fundamental, pois poderemos de forma crítica analisar algumas concepções históricas da censura de forma teórica na Biblioteconomia. Assim, para a Biblioteconomia a pesquisa em questão tem um caráter de contribuição, uma vez que é relevante imergir na área questionamentos teóricos e históricos que examinam de fato a questão da censura e as concepções da existência do bibliotecário estar pelos bastidores da mesma. Para a sociedade há uma relevância, mormente porque ao falar da censura há a existência de equívocos e a falta de informação no meio social.

Logo, é imprescindível analisar como este fenômeno está ocorrendo na Biblioteconomia, uma vez que se atentarão à importância da informação para todos como também para o melhor entendimento de uma sociedade democrática de informação.

Desta forma, apresenta-se a seguinte abordagem, com o intuito de esmiuçar indiciariamente o tema censura nos livros. Esclarecemos que o nazismo foi um regime ditatorial que utilizou da fogueira para queimar livros, tendo em vista impedir que as informações que estavam contidas em publicações como, por exemplo, os livros, não influenciassem contra a ideologia Alemã.

Com base nas questões expostas e de estudos sobre a repressão, ditadura e as desinências que decorrem na história das sociedades surgiu o interesse pela investigação de um ponto específico sobre os abusos do poder, no que diz respeito a ações de censura do regime nazista ao estado novo e até mesmo ao Jornal Paraense Folha do Norte. Jornal de grande influência no Estado do Pará foi um dos mais perseguidos pela interventoria de Magalhães Barata, na qual o jornalista Paulo Maranhão fez duras críticas ao seu governo, retratando da insatisfação da sociedade sobre seu populismo. Sobre isto, é pertinente indagarmos: **De que forma a censura ocorreu nos livros do regime Nazista e nos impressos durante o Estado Novo no Brasil e na Intervenção militar no Estado do Pará, sobretudo ao “Jornal Folha do Norte” entre 1930 -1945?**

Sendo assim, os sinais e emblemas aguçam nosso olhar no sentido de investigar o contexto histórico da censura do regime nazista alemão, ocorrida nos impressos e sua influência no Brasil com o Estado Novo e a Intervenção Militar, no Estado do Pará, no "Jornal Folha do Norte" entre 1930-1945.

Especificamente objetiva-se:

- a) Analisar a ação nazista denominada de “*Bücherverbrennung*” (queima de livros) que levou à censura e o holocausto dos livros;
- b) Averiguar como o Instituto Nacional do Livro (INL) contribuiu junto com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para a difusão cultural dos livros no Brasil;
- c) Verificar como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) lidava com a restrição e censura dos livros que iam de encontro ao governo Getulista;
- d) Identificar como ocorreu a censura no Jornal Folha do Norte em Belém do Pará;
- e) Discutir sobre os reflexos da censura na prática profissional do Bibliotecário.

Com efeito, o tema vem a contribuir para uma forma reflexiva da questão prática da censura contemporânea do profissional bibliotecário. Desta forma, o objetivo dessas explanações é situar o bibliotecário nos bastidores da censura, através da compreensão epistemológica e histórica, por meio de questionamentos e ações interpretativas das variáveis do conhecimento sobre a censura dos livros e bibliotecas. Assim sendo, poderemos interpretar o fenômeno da censura para corroborar com o processo de certa forma explicativa, interpretativa e reflexiva.

A pesquisa, além disso, pretende examinar quais os autores que foram perseguidos durante o período nazista, quais foram as publicações censuradas e o que essas obras traziam de “ameaçador” como finalidade para a sociedade alemã, de forma que a pesquisa almeja trazer os bastidores da censura a partir de uma análise histórica para a área da biblioteconomia, no que se refere em querer contribuir para maior abrangência do conhecimento sobre a história dos livros e das bibliotecas, no período vivenciado pela humanidade na segunda guerra mundial.

No *Spie*¹ metodológico discorre-se sobre as causas que norteiam o estudo, assim, a pesquisa se caracteriza como teórica, tendo como auxílio o método indiciário para dispor de sua compreensão e observação. Ao caminhar pelo universo metodológico, apresentamos a unicidade da pesquisa, para constatar sua importância no percurso do conhecimento. Sendo assim, os sinais e emblemas aguçam nosso olhar no sentido de observar a censura por meio de indícios e pistas.

Essa “evidência” (crítica e interpretativa) é um efeito que sobrevém somente após o estabelecimento daquilo que apontamos como uma *sintonia indiciária metodológica*, em que o pesquisador indiciário se torna um “detetive metodológico”, que através das várias maneiras de investigar acaba adotando o aspecto “intrínseco da subjetividade” e da alteridade ontológica e dialógica, pois a consistência do método indiciário incide em ecoar uma ação de investigação pautada nas pistas, nas sintonias e indícios entre o observador e o objeto a ser analisado [...] (SILVA, 2013, p. 26).

Com efeito, o bibliotecário por trabalhar com as informações e com o comprometimento com a mediação e disseminação precisa se atentar para o fato de estudar os “erros do passado”², a fim de que não sejam praticados em seu meio profissional. Como

¹ Para Espada (2006, p. 333) *Spie* é antes de tudo a tentativa de propor uma ‘genealogia’ da história, ligando-se a outras formas de saber que partilhavam em ela a mesma atenção pelo indício e pelo conhecimento indireto.

² Na abordagem de Fausto (1996, p.5) “a História é vital para a formação da cidadania. Não chega a ser cidadão quem não consegue se orientar no mundo em que vive, a partir do conhecimento da vivência das gerações passadas”.

explorador da pesquisa, ressalta-se a importância de investigar os caminhos da informação em considerados momentos históricos do século XX, no qual por vezes são apenas lembrados por seus aspectos políticos e ideológicos, no entanto, situamos que a temática é pouco estudada na literatura biblioteconômica sobre o contexto da opressão e repressão sobre as informações.

Nesta lógica, coloca-se em evidência o diálogo, procurando trazer a reflexão da censura na Biblioteconomia e a ação dos profissionais a partir da análise histórica, tendo em vista os bibliotecários que, por sua vez, trabalham com informações e com comprometimento da disseminação da informação, sendo imprescindível sua importância em atentar-se aos fatos que ocorrem no âmbito de seu ambiente profissional e no meio social.

De modo, a investigar sobre o contexto histórico da censura do regime nazista alemão ocorrida nos impressos e sua influência no Brasil com o Estado Novo e a Intervenção Militar no Estado do Pará no "Jornal Folha do Norte". Situamos que a construção estrutural do texto deu-se a partir da especificidade teórica e indiciária sobre o fenômeno estudado. Desta forma, esclarecemos que o trabalho está organizado em sete capítulos, ficando da seguinte forma:

No **Capítulo – 1**, apresentamos a delimitação dos aspectos da pesquisa, como justificativa, problemática, objetivo geral e objetivos específicos, assim como o *spie* metodológico que fundamenta os sinais e emblemas do estudo abordando a investigação teórica, qualitativa e bibliográfica, por meio do método indiciário.

No **Capítulo – 2**, explicitamos a origem do Nazismo alemão, assim como analisamos algumas estratégias propagandistas utilizadas para ganhar e influenciar adeptos para que suas práticas de intolerância fossem também seguidas por membros da sociedade. Desta forma, analisaremos uma das atitudes de intolerância nazista que ficou marcada contra a liberdade do conhecimento.

No **Capítulo – 3**, discutimos a forma de governo de Getúlio Vargas (Estado Novo) frente às medidas adotadas por este, para que a cultura brasileira centralize aos interesses do seu governo, no qual analisamos quais medidas foram adotadas para que seu objetivo se perpetuasse e quais foram os meios censurados por este.

No **Capítulo – 4**, percorremos sobre a influência do Estado Novo no Estado do Pará, governado pelo interventor Magalhães Barata, de forma a analisar as medidas adotadas por este frente às expressões informacionais do Jornal Folha do Norte, o qual mostrará notícias que a folha do norte vinculou em suas páginas sobre as opressões e censuras recebidas do governo de Magalhães Barata.

No **Capítulo – 5**, embasamos no que corresponde a teoria de censura e suas diversas formas de fazer presente no cotidiano, assim como remetendo alguns conceitos de censura para a prática biblioteconomia.

No **Capítulo – 6**, refletimos sobre os vestígios da censura e dos regimes ditatoriais do ontem, para sabermos se as práticas biblioteconomias ainda trazem resquícios ditatórios em seus fazeres, da mesma forma que situamos as ações da Biblioteconomia modernas como solução para que a censura não encontre lugar nas bibliotecas.

No **Capítulo – 7**, contemplamos as considerações finais, onde consideramos os resultados indiciários sob as novas perspectivas de abordagens e estudos sobre a censura nos livros e impressos em acontecimentos históricos como ‘Bücherverbrennung’ no Nazismo, indícios de censura no Estado Novo e ao Jornal Paraense Folha do Norte. E os esclarecimentos de que a Biblioteconomia precisa desenvolver mais questionamentos teóricos e históricos que examinem a questão da censura e suas concepções nos bastidores da atuação profissional do bibliotecário.

1.1 Spie Metodológico

No Spie metodológico discorre-se as causas que norteiam o estudo, assim a pesquisa se caracteriza como teórica, tendo como auxílio o método indiciário para dispor de seu entendimento e observação. Ao caminhar pelo universo metodológico, expomos a uniformidade da pesquisa para constatar sua importância no percurso do conhecimento.

Sobre isto, percorre-se o universo metodológico para obter a compreensão e os passos que constituem o conhecimento científico, adentrando em problemas e questões com um conhecimento desinteressado na contemporaneidade, uma vez que “cada abordagem tem seus pontos fortes e fracos, e cada uma é particularmente adequada para um determinado contexto” (BELL, 2008, p. 15).

Em síntese, a pesquisa teórica é “dedicada a reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (DEMO, 2000, p. 20). Para Tachizawa e Mendes (2006) a pesquisa teórica busca, de forma geral, compreender ou proporcionar um espaço para debate de um tema ou questões que intrigam a realidade. Deste modo, as questões teóricas são importantes para o processo de busca para o conhecimento, procurando sempre o seu estado de emancipação e seu olhar hermenêutico e a adequação de conceitos que ainda não está em seu patamar de conhecimento.

Conforme Freire (2001, p. 45) a pesquisa teórica:

[...] resume os conhecimentos existentes sobre um dado fenômeno, oferecendo uma explicação para eventos e relações observados e uma previsão para a ocorrência de eventos e relações ainda não observados, com base nos seus próprios princípios explanatórios. Entretanto, as teorias têm caráter provisório, sendo aceitas na medida de sua coerência semântica e do valor de verdade de suas previsões e enquanto representarem modos eficazes de explicar os fatos observados.

A análise do estudo tem implicância, uma vez que ao falar sobre o tema censura procuramos investigar o seu proceder nas entrelinhas das situações históricas, que passam despercebidas no patamar teórico da biblioteconomia e, sobretudo, aprimorando os artefatos históricos e teóricos, esmiuçando os eventos ligados à questão da censura e que geram ações polêmicas.

A análise teórica tem como suporte o auxílio do método indiciário, no qual constitui uma investigação onde se observa acontecimentos nos seus minuciosos detalhes para encontrar os vestígios na questão que estão sendo pesquisadas, sobretudo, o da censura. Ginzburg (1989) descreve o método indiciário, tendo como base os tempos primigênicos, quando o homem era um caçador³ que reconstruía os caminhos, nas pegadas deixadas como vestígios para construção de fatos. O autor descreve o método indiciário com um saber primigênio, um aporte rememorado desde os tempos antigos da própria evolução humana.

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo. Na falta de uma documentação verbal para se por ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às narrativas de fábulas, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado (GINZBURG, 1989 p.143).

No sentido de caçar pistas, conduz-se o sustentáculo da pesquisa, uma vez que a temática censura precisa ser esmiuçada nas pegadas que as informações se traçaram no percurso da mesma. Em contrapartida, o tema ao método indiciário estão em consonância, visto que a metodologia parte de dados ou informações propriamente não aparentes, ou seja, não assume uma visibilidade, apresentando um fato complexo que traduz o método indiciário em “um saber de tipo venatório”.

Por conseguinte, esses dados ou informações são estudados pelo observador

³ O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas, uma série coerente de eventos. ‘Decifrar’ ou ‘ler’ as pistas dos animais são metáforas. (GINZBURG, 1989, p. 152).

(caçador), de tal forma que pode ser traduzido em uma sequência narrativa, cuja formulação mais simples pode ser alguém que passou por ali, colocando os conceitos básicos e definindo o campo de pesquisas, considerando a reunião de indícios e provas do objeto. A visão do observador terá forma de uma trama densa e homogênea para ser tecida no tear da representação da censura. Ginzburg (1989) compara os fios que compõem uma investigação realizada no âmbito do método indiciário por um fio de tapete:

De modo semelhante, o pesquisador indiciário reconstitui e costura os estilhaços que são deixados dentro das incertezas investigativas dos fenômenos. Assim, o indiciário faz uma imersão na elaboração de sinais multifacetados e pseudoparadigmáticos, tudo isso para entender o fenômeno em questão que é alinhavado e sobreposto em diferentes narrativas que são concebidas através do olhar divinatório a partir de uma relação de força daquilo que se pretende analisar (SILVA, 2013, p. 25).

A lógica do padrão desenhado pela visão do observador é verificável e procura “percorrer o tapete com os olhos em várias direções”. “Deste modo, o movimento de investigação qualitativa baseia-se em uma profunda preocupação com a compreensão do que os outros seres humanos estão fazendo ou dizendo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 205). Então, é prescindível relacionar a compreensão e a interpretação do fenômeno da censura, visto que ela percorre o caminho onde há pequenas lacunas do entendimento.

Segundo Silva (2013, p. 23):

[...] a pesquisa indiciária *social/qualitativa* tem essa funcionalidade inclusiva, de esmiuçar as pistas, de imaginar os variados substratos sociais e culturais, dos quais a estrutura da pesquisa parte das concepções e abordagens teórico-metodológicas de entender as conjecturas dos fenômenos a serem estudados.

O método indiciário social/qualitativo tem uma funcionalidade abrangente que abarca os vários substratos sociais e culturais no corpo da pesquisa, fortalecendo o aparato teórico como fundamento para entender os pressupostos do fenômeno em estudo. Deste modo, é importante a pesquisa teórica e a abordagem indiciária, visto que tem seu fundamento a partir da pesquisa bibliográfica, é imprescindível para a construção desse **Spie metodológico**. Para Severino (2007, p. 122) a pesquisa bibliográfica é “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”. Deste modo, a pesquisa bibliográfica:

É a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve procurar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação (KOCHE, 1997, p. 122).

Em razão disso, a pesquisa bibliográfica é imprescindível, uma vez que ela tenta explicar e desenvolver um problema, usando conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras homólogas. Conforme a abordagem de Gil (2002, p. 45) “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”.

Portanto, a metodologia tem como provocação: **examinar os indícios, as pistas e as sintonias dessas características que são atribuídas ao universo da censura, porque suspeitamos ser problemática a existência do fato do bibliotecário estar pelos bastidores da censura.** Avaliando essas implicações teóricas na interpretação e na prática indiciária (retalhos, pistas e pegadas), foi apresentada uma nova vertente investigativa ao pensarmos no fenômeno e, do mesmo modo, tomarmos uma postura em relação ao que se propõe investigar.

2 A HISTORICIDADE DE UM ACONTECIMENTO

É imprescindível falar da história da humanidade sem abordar as guerras cometidas, que assolaram diferentes povos diante das atrocidades, sobretudo, na morte precoce de inocentes, uma das formas mais incompreensíveis para se conquistar o poder. O mundo vivenciou duas guerras mundiais, a primeira⁴ teve a duração de quatro anos, ocorrida de 1914 a 1918 e a segunda com um pouco mais, tendo a existência de seis anos, de 1939 a 1945.

Em linhas gerais, podemos observar que a segunda guerra foi ocasionada pelo sentimento de revolta, devido à humilhação dos vencedores da primeira guerra, que faziam parte da tríplice entente constituída por Grã-Bretanha, França e Rússia (DEZORDI, 2010, p. 43). Deixaram para a Alemanha e seus aliados (Áustria, Hungria e Itália), as quais faziam parte da tríplice aliança, o cumprimento do Tratado de Versalhes, o qual consistia em imposições e deveres.

O tratado, conhecido como tratado de paz, não foi significativo para ambos os lados, tendo em vista que a tríplice entente, grupos dos considerados vencedores da guerra, usufruíram de sua “paz” e haviam se beneficiado disso. Em contrapartida, os derrotados da

⁴ A primeira guerra foi deflagrada por diversos motivos, alguns historiadores culpam as tensões iniciais pelo atentado que matou Arquiduque Francisco Ferdinando em 1914 e logo em seguida pelo nacionalismo que se proliferava na Europa com o pan-germanismo, que visava forma um Império com países de origem germânica como Áustria, países baixos e o pan-eslavismo liderado pela Rússia, em conquistar países de origem Eslava. Era a Hegemonias de grandes Países querendo propiciar-se de poderes políticos e ideológicos. A rivalidade entre Alemanha e Inglaterra foi também uma das causas, devido os ingleses dominar os mares e os alemães não se sentiram confortáveis com essa dominação o que passou a ocorrer a corrida armamentista.

guerra, os países-membros da tríplice aliança, tiveram que se submeter à cláusulas sem nenhum benefício.

O tratado de Versalhes foi condenado como uma paz ditada, imposta de forma unilateral sem possibilidade de negociação. O Entusiasmo que muitos alemães de classe média haviam demonstrado pela guerra em 1914 virou um ardente ressentimento quanto aos termos da paz quatro anos depois (EVANS, 2014a, p.108).

Rodrigues (1988, p.59) aponta algumas das seguintes ordens do tratado dos vencidos para com os vencedores, que consistiram em:

- *Cláusulas territoriais:* A Alemanha devia entregar a Alsácia-Lorena à França, Eupen e Malmedy à Bélgica, a parte setentrional de Schleswig à Dinamarca e largos trechos da Posnânia e da Prússia Ocidental à Polônia;
- *Cláusulas militares:* O exército alemão seria reduzido a um contingente máximo de cem mil homens, recrutados por alistamento voluntário e armado exclusivamente com armas leves;
- *Cláusula moral e financeira:* A Alemanha deveria reconhecer ter sido responsável pela eclosão do conflito, assumindo a culpa pelos prejuízos que a guerra causou aos governos aliados e aos seus cidadãos. Por conseguinte, os vencedores tinham o direito de impor à administração alemã, à guisa de “reparações”, pesadas indenizações de guerra, cujo montante viria a ser fixado em 33 bilhões de dólares.

Enquanto países se fortaleciam com o tratado de Versalhes, a Alemanha vivenciava sua desonra, uma vez que logo após o “tratado de paz” encontrava-se deflagrada pela crise econômica, derrotada e endividada, deixando as coisas ainda piores (EVANS, 2014a, p. 30).

Com a crise, o Austríaco Adolf Hitler, um dos soldados que lutou na primeira guerra mundial no exército alemão, dotado da ideologia pangermanista,⁵ a qual consistia na união dos povos de língua alemão da Europa central, exerceu elevada dedicação na guerra, chegando a ganhar cruz de ferro devido a sua bravura como mensageiro de guerra atravessando as trincheiras.

Porém, precisou abandonar a batalha por ser atingido por uma bomba de gás, o que ocasionou perda temporária de sua visão. No hospital em que estava a notícia do final da guerra e a derrota do exército alemão ocasionaram sentimento de revolta. A partir de então, acompanharia a Alemanha entrando em decadência e logo, perdendo seus territórios e sendo diminuída.

⁵ Movimento político de lenta e gradativa expansão do século XIX que defendia a união dos povos germânicos da Europa Central e a formação de um novo Santo Império (LIMA, 1956, p.295).

Vendo as consequências que o tratado trouxe a Alemanha rebelou-se contra tal situação e passou a propagar com veemência o nacionalismo⁶. Com esse escopo Hitler foi incentivado a fazer cursos que despertassem sentimentos políticos nacionalistas. Na abordagem de Evans (2014a, p. 223), “[...] Hitler obedeceu às ordens de seu oficial superior e foi para os cursos de instrução política que viriam a lançá-lo em sua carreira política”.

No transcorrer de sua aprendizagem Hitler se afiliou em seu primeiro partido, o Partido dos Trabalhadores alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* - DAP), onde devido a sua capacidade de oratória levantava a valorização extremista do nacionalismo, o que acabou destacando-o como bom orador e atraindo mais adeptos. Considerando que sua futura liderança no DAP seria apenas uma questão de tempo, “não demorou muito para se tornar o líder do partido, que mudaria o nome para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, ou NSDAP)” (COUTO, 2009, p. 36).

Passando a existir na Alemanha, o então Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP),⁷ liderado por Adolf Hitler, o qual se pode descrever como o mentor da ideologia nazista, não chegou ao poder de maneira simples, sendo que em 1932 concorreu para presidente, mas, não obteve sucesso, sendo derrotado para o então reeleito, Hindenburg. Contudo, no mesmo ano Hitler foi eleito chanceler da Alemanha, “por meio de um decreto-lei, o chefe nazista obtém plenos poderes. Passa a gozar do título de Führer no ano seguinte com a morte do então presidente” (CAETANO, 2010, p.3).

Assim que foi dado início para uma Alemanha marcada por um regime ditatorial em que trazia em sua liderança atitudes opressivas em todas as esferas sociais, era chegada a ideologia nazista, na qual, conforme Evans (2014a, p.26), consistia “[...] a partir de elementos díspares de antissemitismo, pangermanismo, eugenia e a chamada higiene racial [...] hostilidade à democracia e hostilidade ao modernismo cultura [...]”.

O antissemitismo correspondia ao ódio aos judeus. Hitler não mediu esforços para professar sua aversão aos judeus, sendo um dos focos que seu partido tanto seguiu quando chegou ao poder. Em seu Livro, *Mein kumpf*⁸, descreve que os “judeus procuram inocular, no

⁶ O nacionalismo se caracteriza pela valorização exacerbada do seu Estado. Acreditando na superioridade de seu País frente às demais nações, acreditando em ser o único que possui virtudes. Conforme Corção (1950, p.34) “O nacionalismo é por isso um sentimento duro, implacável, destituído de ternura e oposto à reverência”. O nacionalismo não deve ser confundido com patriotismo, enquanto o primeiro mostra ser extremo, limitando-se somente ao seu povo. O patriotismo se constitui em orgulho pela sua nação, porém entende que outras nações têm suas virtudes e seus patriotas.

⁷ Mais conhecido como Nazismo

⁸ Livro escrito na prisão, quando foi encarcerado devido ao ato, Putsch da cervejaria de 1923, quando Hitler

espírito do povo, ideias perigosas, aliás, mortalmente perigosas [...] que com judeus não se pode compactuar” (HITLER, 2010, p. 62). No entanto, vale ressaltar que o preconceito não surgiu apenas contra os semitas, mas também contra os comunistas, “os objetivos políticos principais do novo regime, pelo menos durante os primeiros meses após a adesão dos nazistas ao poder, não foram judeus, mas os comunistas” (FRIEDLÄNDER, c2009, p. 6). Tudo deveria proceder do “sangue alemão” ou “sangue ariano”, ideologia acreditada por Hitler, onde era defendida a pureza racial, ou seja, a não mistura de raças, acreditava-se que o verdadeiro alemão descendia do povo indo-iraniano.

Como explica Couto (2009, p. 20), “esta "pureza", que originaria a separação de classes, foi à base inspiradora dos defensores do arianismo [...]”. O sangue agora seria o fator comprobatório para pertencer à classe do verdadeiro alemão. O ariano, para os nazistas, seria conduzido seriamente pelos nazistas quando Hitler, após sua chegada ao poder, teve a iniciativa de criar leis que dividissem a sociedade alemã em raças.

A chamada “leis de Nuremberg” significou o marco para dividir a sociedade alemã em raças e implantar a intolerância e o preconceito. Constituída de leis intituladas: Proteção do Sangue e da Honra Alemã, Lei de Cidadania do Reich e Primeira Regulamentação da Lei de Cidadania do Reich.

Todas possuíam como objetivo enaltecer um cidadão alemão ou condenar os que não possuíam o sangue ariano, especificamente os judeus. Como exemplo, a Lei de cidadania do Reich (Reichsbürgergesetz), de 15 de setembro de 1935, definia o que seria o “verdadeiro” cidadão alemão e, conseqüentemente, ocasionava a divisão na sociedade alemã. O art. 2, inciso 1 a 3 promulgava que:

§1. Um cidadão do Reich é somente aquele sujeito que é de sangue alemão ou aparentado e que, através de sua conduta, mostra que é tanto desejoso quanto apto para servir lealmente ao povo e ao Reich alemão.

§2. O direito à cidadania é adquirido por concessão de documentos de cidadania do Reich.

§3. Somente o cidadão do Reich goza plenos direitos políticos de acordo com a provisão das leis (BAUER, 2008, tradução nossa).

Contudo, para ser considerado cidadão alemão era preciso comprovar através de sua linhagem familiar que não possuía nos seus antepassados, origens judaicas. Caso contrário, perderiam seus direitos como cidadãos, pois, de acordo com a Primeira Regulamentação da Lei de cidadania do Reich de 14 de novembro de 1935, determinava que:

tentou tomar o poder, “seu objetivo era conquistar o governo da região da Baviera e, de lá, tomar o controle do resto do país” (COUTO, 2009, p.40). Seu livro acabou sendo lançado em 1925, considerada a bíblia nazista.

§1. Um judeu é qualquer um que descenda de no mínimo três avós que são judeus. Artigo 2º, §2, segunda sentença será aplicada.

§2. Um judeu é também um que é descendente de dois pais judeus, se ele (a) pertencia à comunidade religiosa judaica no tempo que esta lei foi emitida, ou ingressou na comunidade depois, (b) ele era casado com uma pessoa judia, no tempo que a lei foi emitida, ou casada com um subseqüentemente, (c) ele é o fruto de um casamento com um judeu, no sentido da Seção 1, que foi contraído depois que a Lei Para a Proteção do Sangue e Honra alemão entrou em vigor, (d) ele é o fruto de uma relação extra-marital com um judeu, de acordo com a Seção 1, e nascerá ilegítimo após 31 de julho de 1936 (BAUER, 2008, tradução nossa).

A partir desta lei, os judeus começaram a perder seus direitos básicos de convivência social, como, por exemplo, proibição de trabalhar no funcionalismo público e participar de questões políticas, ou seja, ser um judeu na Alemanha nazista implicaria em apenas obrigações e nenhum dos deveres do estado para com os semitas. Para os nazistas estas leis foram viáveis, pois, entendiam como forma de honrar e proteger o sangue alemão.

À medida que utilizava da defesa de “pureza racial”, o nacionalismo do povo alemão era enaltecido de forma extremista, novos partidários eram alcançados e o preconceito era instalado. Todavia, vale enfatizar que o partido nazista não teria sua ideologia tão veemente praticada pelo povo alemão se não fosse pela estratégia de propaganda.

Conforme analisaremos no próximo item, os caminhos pairam sobre propaganda e ações feitas pelo partido nazista para influenciar o povo germânico à aceitação de suas ideologias. Assim, mostraremos cartazes de filmes para que o leitor consiga observar como ocorria a propaganda nas imagens, bem como analisar imagens de documentários, que exprimem como eram feitas algumas propagandas e seus efeitos.

2.1 A propaganda política nazista

O nazismo não apenas chegou ao poder em 1933 como também conseguiu muitos adeptos para suas ideologias. Muitos questionamentos pairam sobre como um partido que abusou do próprio poder, humilhou e inferiorizou os que deles não pertenciam, de certo modo conseguiu muitos seguidores que defendiam a sua ideologia, honravam seu líder e estavam dispostos a serem cúmplices das atitudes em favor do partido nazista.

De fato, estes são questionamentos de quem observa do lado de fora o acontecimento, quando este deixa marcas na História da humanidade, mas, é preciso se localizar no tempo do acontecimento e buscar entender sobre a realidade social que vivenciava o povo germânico na época da Alemanha em crise, para assim poder entender o porque o Nazismo conseguiu seus milhares de seguidores.

Com um país em crise, sua economia desestruturada, altos índices de desempregos e chega um líder que promete tirar o povo da pobreza e da humilhação, qual seria a reação desse povo? Um povo que se encontrava vulnerável devido à desestruturação de seu país e um líder que utilizou da oratória convincente e do entusiasmo para atingir a camada social alemã, certamente acarretaria seguidores.

Pois, “Hitler, de fato, soube explorar bem os sentimentos de humilhação, impotência, insegurança do pós-guerra. Conquistou as massas e o poder porque foi sensível aos anseios do povo” (CAPELATO, 1995, p. 86). É possível observar que Hitler realmente soube aproveitar a situação dos alemães na pós/primeira guerra para ganhar seus adeptos.

Hitler passava força e entusiasmo de querer tirar a Alemanha da crise e valorizar os trabalhadores alemães, tudo isto acompanhado de boa oratória. No vídeo, “o primeiro discurso de 9Adolf Hitler” consta o seu discurso após ter vencido as eleições. Hitler abordava a vergonha que a nação estava passando, clamando aos alemães para confiar no seu governo em que diz:

Veio um tempo em que a Alemanha orgulha-se apenas do passado enquanto no presente senti-se apenas envergonhada. Até quando isto deve continuar? Eu estou convencido que nos devemos agir agora se não agirmos o quanto antes, será muito tarde. Por esta razão, eu decidi em 3 de janeiro com a ajuda do meu partido que começou com 7 membros e agora com 12 milhões para salvar a nação e a pátria. Então, serei eu e seremos todos nós a trabalhar pesado para a ressurreição da nação alemã. Povo da Alemanha dê-nos quatro anos e eu juro que assim como eu tomei posse eu terminarei. E fiz não por recompensa. Eu fiz por vocês (O PRIMEIRO DISCURSO DE HITLER, 1933).

Além de sua boa oratória e persuasão, Hitler sabia o que poderia ser feito para alcançar a massa a qual ele se dirigia. Podemos dizer que só foi possível através de estratégias para alcançar o povo, sem dúvidas a propaganda foi a estratégia para que o seu triunfo e, conseqüentemente, o do seu partido fossem bem estabelecidos.

Na análise do significado da palavra “propaganda”, segundo Calazans (2005, p. 17) “o termo propaganda tem sua origem etimológica no latim *pangere*, plantar. Todo ato de comunicação visa assim plantar uma mensagem no receptor, sob a forma de propaganda”. E foi nesse ato de disseminar uma ideia que Adolf Hitler utilizou como forma de induzir a massa alemã para que seus objetivos fossem estabelecidos, colocando suas ideias as claras, elevando o nacionalismo extremista, enaltecendo o sangue alemão e a sua soberania, tirar a Alemanha da crise que se encontrava pós 1ª guerra e novamente se preparar para mais uma.

⁹ Hitler, em seu primeiro discurso como Chanceler em 30-01-1933. O vídeo pode ser visto no youtube com legendas em português no link: <https://www.youtube.com/watch?v=BMYrtOx5vfc>

Em seu livro, *Mein Kumpf*, Hitler defendia a propaganda como forma de estabelecer sua ideologia, não é a para menos que a palavra propaganda aparece 172 vezes em seu livro. A seguir alguns dos seus pensamentos sobre a importância da propaganda, conforme se lê em passagens do seu livro:

- ✓ Toda propaganda deve ser popular e estabelecer o seu nível espiritual de acordo com a capacidade de compreensão do mais ignorante dentre aqueles a quem ela pretende se dirigir.
- ✓ A quem se deve dirigir a propaganda, aos intelectuais ou à massa menos culta? A propaganda sempre terá de ser dirigida à massa!
- ✓ A vitória de uma ideia será mais fácil quanto mais intensa for à propaganda. (HITLER, 2010, p.80).

Para que suas ideias fossem alcançadas era relevante falar com as diferentes camadas sociais, através dos diversos meios de comunicação, o que significaria tornar a propaganda popular e alcançando assim o objetivo da propaganda ideológica que, conforme Garcia (1982, p. 78), “[...] permite disseminar, para toda sociedade, de forma persuasiva, as ideias de um determinado grupo. A ideologia, dessa forma, se espalha e impregna todas as camadas da sociedade”.

A propaganda possuía grande significado para a doutrina Nazista, visto que o próprio partido instituiu a Câmara de Cultura do terceiro Reich, em 1933, direcionada por Joseph Goebbels, ministro da comunicação sobre a concessão de Hitler “A Câmara de Cultura do Reich (Reichskulturkammer (RKK)) foi criada por uma lei promulgada em 22 de setembro 1933, permitindo o ministro da Propaganda de organizar os vários ramos das artes e profissões culturais como empresas públicas” (WELCH, 1993, p. 32).

Podemos dizer que a câmara teve dois objetivos, a saber: o primeiro utilizava tanto a difusão da ideologia nazista, visando enaltecer a supremacia do homem alemão, visto que para a ideologia não havia relevância aos que simplesmente nasciam na pátria germânica, mas sim, os que possuíam o “sangue alemão”; o segundo buscava restringir os meios de comunicação que não compactuasse com sua ideologia.

Entre um e outro esses objetivos tinham em comum junto a câmara, influenciar os pensamentos dos cidadãos alemães para que esses se tornassem seguidores e adeptos do referido partido e para o efeito de sua difusão as diferentes formas de expressões comunicativas como a arte, música, cinema e literatura seriam meios primordiais para sua influência. No cinema, o efeito da propaganda pôde ser notado no documentário o *triunfo da vontade*, dirigido por Leni Riefenstahl, no qual mostra a viagem de Hitler à Nuremberg, cidade da Alemanha, para o 4º congresso do Partido Nacional-Socialista Alemão (NSDAP)

(FARO, 2008). O documentário ficou reconhecido como o símbolo da propaganda em uma época em que o cinema ainda estava em seu início.

Uma das primeiras cenas do documentário mostra Hitler sendo saudado por crianças, jovens e adultos, todos se reunindo nas ruas com euforia para ver seu líder passar no carro aberto em direção ao Hotel Deutscher Hof. Reverência que através das análises se mostra de forma espontânea. Nesta cena um fato curioso chama bastante atenção: uma criança do sexo feminino, aparentando ter em torno dos quatro ou cinco anos, no colo de sua provável mãe, faz a saudação nazista com os braços estendidos ao entregar um buquê de flores à Hitler. Aparentemente um gesto simples e inofensivo, mas que nos propõe uma reflexão para entender a influência do partido e a imagem que Hitler despertava para o povo, como define Faro (2008, p. 1), “[...] o maior dos reis, praticamente um messias [...]”. A seguir a **Figura 1** ilustra o fato ocorrido.

Figura 1– Criança fazendo a saudação nazista



Fonte: *Print screen* do documentário: o triunfo da vontade¹⁰

A cena reflete o resultado da influência que a propaganda causou e, ao mesmo tempo, remete o quanto algumas pessoas mostraram-se simpatizantes com o nacional-socialismo, atitude que já estava sendo repassada à criança, o que pode ser observado através da mãe, **Figura 1**, que ultrapassa os bloqueios para chegar perto do seu “líder” e saudar acompanhado de sua filha. Faro (2008, p. 12) retrata sobre essa passagem de Hitler, que ocorreu em Nuremberg “em solo, ele é recepcionado por milhares de pessoas entusiasmadas, recebe presentes de mulheres e crianças vestidas com roupas típicas alemãs [...]. Não faltam sorrisos, cumprimentos e gentilezas, tanto da parte do povo, como de Hitler”. No documentário é possível perceber a expectativa do povo presente no documentário frente à imagem de Hitler.

O fato de terem crianças “simpatizantes” ocorre porque nos lares familiares e nas escolas as crianças e os jovens recebiam diretamente a ideologia através da propaganda,

¹⁰ O gesto pode ser visto em 8 minutos e 03 segundos no vídeo, que está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=55mCIZIXRjg>>. Acesso 13 jan. 2015.

fazendo com que desde seus primeiros ensinamentos fossem predispostas a pensar e, conseqüentemente, agir de acordo com o doutrinamento nazista. Entretanto, por se tratar de uma ditadura que estava em ação às crianças mesmo que não concordassem com o sistema nazista tinham que obedecer e seguir, pois sua educação era voltada para o sistema desde o início da infância.

Em exemplo, as escolas possuíam fotos de Hitler estampadas nas salas de aula, as crianças eram ensinadas a recitar versos como forma de fidelidade ao líder alemão, “cartilhas de beabá básico ganharam uma foto de Hitler, muitas das vezes na companhia de crianças ou como frontispício, ou às vezes ambos” (EVANS, 2014b, p.307). O ensino objetivou fazer aderentes para a ideologia desde os primeiros anos de vida. Logo, um poema em que crianças eram ensinadas recitar na escola:

Meu Líder! Conheço-o bem e o amo como minha mãe e meu pai. Sempre lhe obedecerei, como faço com meu pai e minha mãe. E, quando eu crescer, vou ajudá-lo como faço com meu pai e minha mãe. E você ficará satisfeito comigo (PINE, 1997, p.59, tradução nossa).

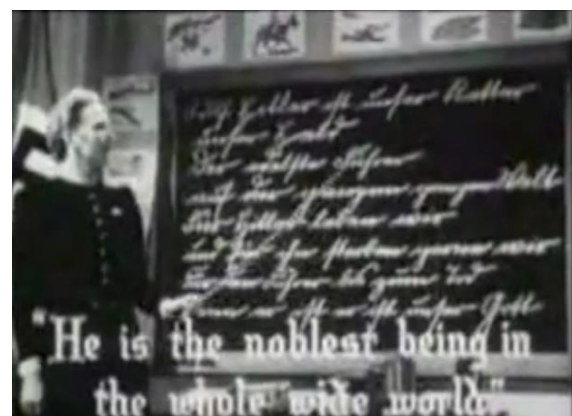
Nas salas de aula hinos eram cantados pelos estudantes, bandeiras e a foto de Hitler eram penduradas tanto dentro quanto nos pátios das escolas. As figuras abaixo mostram a realidade da educação nazista nas salas de aula. A **Figura 2** mostra crianças cantando “Adolf Hitler é nosso salvador, nosso herói”, através do hino "Hitler ist unser Retter" e na **Figura 3** é mostrado o hino, que está sendo cantado, escrito no quadro, seguido da professora acompanhando a letra. Nesta última imagem (Figura 3), a legenda descreve a seguinte frase que está sendo cantada: “Ele é o ser mais nobre no mundo inteiro”. Note também a bandeira do nazismo atrás da professora.

Figura 2 – Classe cantando o hino "Hitler ist unser Retter"

Figura 3 – Professora em sala de aula



Fonte: *printscreen* do vídeo: a educação nazista



Fonte: *printscreen* do vídeo: a educação nazista

Mesmo com toda a instrução nazista cedida nas salas de aula, o partido não estava mais confiando apenas na educação escolar para doutrinar os jovens, foi preciso começar a buscar novos meios para influenciar o pensamento da juventude (EVANS, 2014b, p. 315). Os jovens então começaram a virar alvo da propaganda nazista, devido o partido acreditar que eles seriam os sucessores da ideologia nazista, para isto o partido incumbiu a necessidade de focalizar nos jovens arianos, o que ocasionou na valorização e investimento no novo meio, criando o movimento chamado de juventude Hitlerista (no alemão Hitlerjugend), que consistia em doutrinar jovens incessantemente para que virassem seguidores fiéis do nazismo e, conseqüentemente, praticantes ao que a ideologia pregava.

A Juventude de Hitler congregava jovens de quinze a dezoito anos e tinha seus próprios departamentos de cultura e escolas, de imprensa, serviços de propaganda, de 'esportes de defesa', etc., e os jovens de dez a quinze anos eram inscritos na DeutschJungvolk (FEST, 1977, p. 188).

Hitler, sabendo da força que os jovens possuíam e seus processos intelectuais ainda em formação, considerava que não seria difícil de serem influenciados. A história nos remete que não foi difícil influenciá-los, ao observarmos as maneiras que o partido adotou para ter os novos seguidores, em vista que a propaganda estava rodeando a vida cotidiana do povo alemão desde a escola até os meios de entretenimento, seja por cinema, música e teatro, todos os entretenimentos faziam parte do dia a dia dos jovens, ou seja, a *psique* deles estava sendo moldada ininterruptamente.

No cinema, Joseph Goebbels determinou aos cineastas que utilizassem os filmes como forma de publicidade, para que as cenas provocassem emoções, entusiasmos e intolerância no cognitivo dos jovens e, conseqüentemente, refletisse em comportamento. Goebbels acreditava que os roteiros dos filmes deveriam reproduzir os ideais de “[...] disciplina, obediência, camaradagem, heroísmo e subordinação da vontade individual com a de o Führer” (WELCH, 2001, p. 38).

O filme denominado de o jovem Hitlerista¹¹ procurou induzir os jovens para que participassem da juventude Hitlerista. No que se refere ao enredo de fidelidade, heroísmo e o

¹¹ Em alemão, HitlerjungeQuex. O filme do gênero drama foi lançado em 1933, com direção de Hans Steinhoff. Destarte, o filme girava entorno do garoto chamado Heini, de 15 anos, que possui um pai simpatizante do comunismo, alcoólatra e que maltrata a mãe de Heini, ainda assim seu pai o obriga a entrar na juventude comunista. Uma cena interessante que o filme tenta incitar é a comparação, entre a juventude comunista Internacional e a Juventude Hitlerista, indicando que o grupo dos comunistas são lascivos e desorganizados. Quando estes aparecem bebendo, fumando, jogando cartas e brigando, buscando transmitir uma verdadeira cena de desordem e desconforto para o telespectador. Em contrapartida, mostra o garoto Heini, insatisfeito vendo

sacrifício de um jovem em favor do Partido nazista, estes tornaram-se o objetivo central do filme, seguido do propósito de abordar os comunistas como o inimigo que planejavam acabar com os nazistas. Em linhas gerais o filme busca passar a ideia de comunista como o “inimigo” do nacional-socialismo, em que possui o intuito de prejudicar o movimento Hitlerista.

O filme aspira passar ao telespectador uma imagem dos comunistas como causadores das maldades que ocorrem na trama, decorrente da fidelidade de Heini, pela juventude hitlerista, quando este após admirar a juventude Hitlerista sente o anseio de ser um membro, entretanto, para ser admitido no movimento é preciso que ele entregue um segredo dos comunistas e assim o faz.

Por meio do filme podemos entender a realidade que os jovens viviam, sendo doutrinados para a ideologia nazista como “nas salas de aula e nas atividades da Juventude Hitlerista, pois a educação era direcionada para produzir alemães racistas, obedientes e preparados para se sacrificar até a morte pelo Führer e pela nação nazista” (UNITED..., online). Em face disso, observamos que o incentivo ao heroísmo e fidelidade não foi apenas o foco da propaganda através do cinema.

O antissemitismo também foi expressivamente propagado como forma de induzir o ódio contra os judeus. O documentário “o eterno judeu”¹² (em alemão *Der ewige Jude*) torna-se o exemplo claro onde os nazistas buscam passar a idéia que esses são os causadores dos males dos países em que eles “invadem”. Uma cena que retrata essa ideia é quando o documentário buscou comparar os judeus com ratos, como se estes primeiros se alastrassem pela Alemanha, assim como os ratos se proliferam. No documentário a narração diz:

Os ratos espalham destruição à sua volta, estragando os alimentos e a propriedade. Assim disseminam doenças como a peste, lepra, tifo, cólera e disenteria. Covardes e cruéis preferem andar em grandes grupos. De todos os animais são os mais destrutivos e nocivos. Assim também são os judeus e sua mentalidade (O ETERNO JUDEU, 1940).

Simbolicamente as cenas estavam, mesmo que indiretamente, incentivando o desprezo do telespectador para com o judeu. Os detalhes para a propagação do antissemitismo não

essa situação, e buscando se retirar desse meio, indo passear no que parece ser um pequeno bosque, na sua caminhada ouve vozes entoando um hino e busca saber o que se trata. O que acaba encontrando Hitleristas, disciplinados e organizados, entona de uma fogueira entoando o hino do movimento. Diferente do que ele acabara de ver na juventude comunista. Esta ação do filme acaba ficando evidente a pretensão de passar à idéia de apreciação aos jovens nazistas e condenação à atitude dos comunistas. No transcorrer da trama, os comunistas vendo a fidelidade de Heini, o perseguem e tentam o induzir abandonar a JH, não obtendo êxito, procuram matar o jovem Heini que acaba sendo, morto pelos comunistas devido sua coragem e fidelidade à juventude Hitlerista. Sendo proclamado herói no filme.

¹² O documentário filmado foi gravado no gueto de Varsóvia, local onde os judeus foram aprisionados pelos nazistas, no qual mostra cenas de ratos nas paredes das casas dos judeus. Seguido de uma narração de fundo.

apenas ocorreram nas cenas, mas também no cartaz do filme, que subliminarmente estampa o desenho de um judeu com traços que lembram os pequenos roedores muito citados nas cenas.

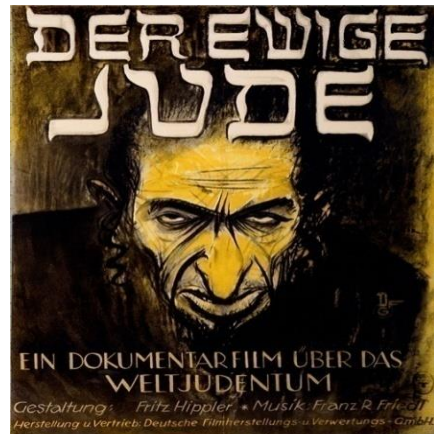
As figuras a seguir mostram os cartazes de ambos os filmes citados, trazendo suas respectivas frases e que nos revelam a importância dos detalhes na propaganda, desde frases até a imagem estampada:

Figura 4 – Cartaz do filme jovem hitlerista



Fonte: German Films Poster Collection.

Figura 5 – Cartaz do filme o eterno judeu



Fonte: ushmm archive

Os filmes anteriormente citados são exemplos de disseminar dois extremos: o nacionalismo e o preconceito que a propaganda utilizou, através de filmagens. Conquanto, existiram outros filmes e documentários que incitavam o pensamento ideológico do nazismo.

Valorizar o nazismo, incentivar os seguidores e alcançar mais adeptos foi objetivo quando Goebbels a usou. O que não podemos negar é que foi a partir da propaganda que o nazismo passou a conquistar muitos seguidores.

2.2 O Nazismo “Bücherverbrennung e a censura”

Onde queimam livros, acabam queimando homens.

Heinrich Heine

Efetivamente os efeitos da propaganda causaram a intolerância contra as minorias como grupos perseguidos, entre eles os judeus, ciganos, homossexuais e testemunhas de

Jeová¹³. No entanto, muito se tem abordado quando se discorre a história do nazismo, sobre Hitler, sobre aqueles que não faziam parte da ideologia pregada pelo nazismo, referência ao Holocausto e aos demais grupos perseguidos.

Contudo, a perseguição não foi apenas contra o ser humano, mas também contra objetos, isto quer dizer contra obras realizadas por mentores que não pactuavam ou que não faziam parte da ideologia nazista. O escritor Thomas Mann (2009) descreve com propriedade essa realidade, quando por não concordar com o movimento nazista que estava se difundindo pela Europa teve uma de suas obras censuradas e esta foi uma amostra do que viria a ocorrer um ano depois com as demais obras que desafiassem o Estado ditatorial. Desta forma, o referente escritor faz menção à situação:

Quando eu passava uma temporada às margens do Ostsee, no verão de 1932, recebi um pacote pelo correio do qual, quando o abri, saíram cinzas pretas, papel carbonizado. O conteúdo era um exemplar queimado, apenas reconhecível, de um livro meu, o romance *Os Buddenbrooks* – mandado a mim pelo proprietário como punição por eu ter expressado publicamente meu horror diante do infortúnio nazista que se aproximava (MANN, 2009, p.139).

Em face da influência que o nazismo subsidiou na sociedade alemã, cada vez mais adeptos foram surgindo em favor da ideologia pregada. O que para o ministro da cultura, Joseph Goebbels, tornou-se ato satisfatório em estar fazendo do seu objetivo uma realidade. Diante desse fato, para os nazistas, havia chegado a hora de usar de sua popularidade para efetivar sua intolerância. Desta vez, com o apoio dos novos adeptos que contribuíram diretamente para um dos atos que marcam a chegada do nazismo ao poder.

Um ano após o episódio citado, ocorrido com Thomas Mann, a União Nacional dos Estudantes¹⁴ instituiu o início da intolerância contra o conhecimento, especificamente com os livros. Impulsionados pelo espírito do nacional-socialismo a organização estudantil emitiu, no dia 13 abril de 1933 doze teses¹⁵, intituladas “contra o espírito não alemão¹⁶” (TRESS, 2003, p. 132). As teses tinham como justificativa limpar a Alemanha de livros que não

¹³ Em menção a esta afirmação o relato da sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, Eva Schloss, em entrevista a globo news quando indagada pelo jornalista sobre a seguinte pergunta: Qual resposta você daria a um adolescente brasileiro que lhe pedisse uma explicação do que foi o holocausto? Eva Schloss propriamente responde “O holocausto foi o resultado da propaganda nazista e do ódio infundado contra uma minoria, especialmente os judeus, mas muitos outros grupos foram condenados à morte [...]”. Entrevista concedida ao Jornalista, Geneton Moraes Melo, para o programa "Dossiê Globo News". O vídeo pode ser procurado no youtube com o título: Entrevista com Eva Schloss ou se visto através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=JQbDBF-Dscs>

¹⁴ “[...] organização estudantil ligada ao partido nazista, e ao ministério da propaganda, sob a liderança do ministro Joseph Goebbels [...]” (CORNELSEN, 2009, p. 23).

¹⁵ Conforme é possível verificar no “Anexo A” deste trabalho

¹⁶ Em alemão: wider den undeutschen Geist!

correspondiam aos ideais do nacional-socialismo. Nas teses, poderiam ser observados dois pontos do extremismo em relação às obras literárias.

De um lado a literatura alemã era valorizada como suprema para a preservação da tradição alemã. A 1ª (primeira) questão que corresponde às teses equivale: “a Língua e literatura são as raízes de uma nação. É de suma responsabilidade do povo alemão, assegurar que a sua língua e literatura seja a expressão pura e autêntica de suas tradições culturais” (SAREMBA, 2009, p. 27, tradução nossa). Contudo, a valorização literária não veio isolada apenas com seu espírito nacionalista, mas trouxe a disparidade com as demais obras que não faziam parte da normativa literária alemã.

Em contrapartida, a tese serviu para instalar o preconceito contra as literaturas consideradas estrangeiras, especialmente as de origens judaicas, em razão de muitos judeus na Alemanha nazista serem natural da função de escritores e editores.

Do mesmo modo, as obras de autores judeus reconhecidos circulavam pela sociedade germânica, isto é, para os extremistas nazistas esta questão ocasionava a perda da identidade germânica. O empresário Henry Ford, em seu livro ‘o judeu internacional’ reporta justamente a aplicabilidade crescente dos judeus nas esferas livresas. Quando supõe que,

Um censo moderno daria seguramente, como resultado, um aumento muito considerável [dos judeus] nas carreiras acadêmicas literárias [...] os jornalistas judeus representam também uma força muito espalhada onipotente (FORD, 1989, p.12).

Por meio da 2ª (segunda) tese é perceptível a indignação dos nacionais socialistas diante da situação literária em que se situava a Alemanha, quanto a ela proferiu que: “atualmente, há um grande rompimento entre a literatura e a tradição alemã. Esta situação é uma vergonha” (SAREMBA, 2009, p. 27). Esta posição para a organização estudantil alemã depreciava a cultura germânica e, a partir disto, o povo alemão instituiu a 2ª tese como o dever de preservar a tradição literária. Na 3ª (terceira) tese se dizia: “é de sua responsabilidade a pureza da língua e da literatura alemã! A nação confiou-lhe o dever de preservar fielmente seu idioma” (Ibidem, p. 27). Situava-se deste modo, convocando para a luta contra a literatura estrangeira. Atentamos em dizer que nas teses ficavam evidentes as abordagens sobre o preconceito em relação aos escritores estrangeiros, quando que literalmente as teses se direcionaram aos que “prejudicavam” a tradição do povo alemão com suas obras.

Em menção, a 4ª (quarta) tese estabelecia que “nosso inimigo mais perigoso é o judeu e qualquer um que submeta a ele” (Ibidem, p. 27). Assim, a 4ª tese se delimita, se voltando para a luta da valorização da cultura, língua e pátria da educação alemã. Essas delimitações

começaram a ser referenciadas no Estado do Reich. Por conseguinte, a censura foi pronunciada e exigida no que se refere a 7ª (sétima) tese em que as bibliotecas, a partir de então, estavam proibidas de possuir em seus acervos obras estrangeiras e as que faziam menção contra a ideologia nazista. A união dos estudantes alemães foi clara e objetiva em seus discursos de campanha, quando falavam em relação à posição das bibliotecas contra o espírito não alemão.

Por isso exigimos a Censura: Escritos judaicos deverão ser publicado em hebraico. Se eles aparecem em alemão, devem ser identificados como traduções. As mais fortes ações contra o abuso da escrita alemã. A escrita alemã só está disponível para os alemães. Obras em alemão só estão disponíveis para os alemães. **Os espíritos não-alemães devem ser erradicados de bibliotecas públicas** (SAREMBA, 2009, p.27, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que eram difundidas as 12 Teses pela sociedade alemã, os nazistas assumiam o controle da indústria editorial alemã e das bibliotecas, também passando a fazer “treinamentos” em relação ao exercício profissional dos bibliotecários e livreiros (KNUTH, 2003, p. 89). Por toda a sociedade alemã a atenção dos nazistas era redobrada nos acervos das bibliotecas e também sobre aqueles bibliotecários que trabalhavam frente à disseminação dos serviços nas bibliotecas Alemães.

O treinamento consistia mais como um processo de opressão do que capacitação, uma vez que foram designados a realizar as adaptações nazistas nas políticas das bibliotecas (KOCH, 2003, p. 65). Com isso, os profissionais bibliotecários ficavam entre obedecer à ditadura e a trabalharem, na medida do possível, tranquilamente ou resistí-la, o que acarretaria em demissões e perseguições, haja vista que os objetivos de nazificação¹⁷ não ficaram apenas em treinamentos dos bibliotecários, o partido nazista se incumbiu de possuir seu próprio marco legal para ocupar a Direção da agência central das bibliotecas alemãs, em Berlim.

Logo, a responsabilidade do cargo foi dirigida ao bibliotecário, Dr. Wolfgang Herrmann,¹⁸ que passou a determinar a política de seleção, isto é, o que deveria ser aquisição ou descarte nas bibliotecas alemãs. Correspondia que os bibliotecários tinham o dever “[...] de fazer a seleção na literatura alemã, para organizar e, depois, como interesse principal, introduzir o leitor ao livro e educá-lo ideologicamente” (KOCH, 2003, p.59).

¹⁷ O termo surge a partir do conceito de unificação que corresponde a todas as coisas como único objetivo. E nisso entra o termo, nazificação, como forma de estabelecer o objetivo de influência em todas as esferas da sociedade alemã.

¹⁸ Alemão nascido em Alsleben, formado em história moderna pela universidade de Munique em 1928. Trabalhou na biblioteca pública de sua cidade natal e da cidade de Stettin (ACADEMIC, online). Simpatizante das questões políticas nacionalistas entrou para o partido nazista em 1931 “tornando-se em 1933, Diretor da Agencia Central das bibliotecas alemãs em Berlim” (ACADEMIC, online, tradução nossa).

Sobre este intuito, Wolfgang Hermann elaborou duas listas (branca e negra), ambas continham conteúdos distintos, mas que também traziam um único objetivo: o de reeducar a sociedade alemã através dos livros, sendo a lista negra¹⁹ referenciada com o ato da censura com o slogan da “lista de escritos nocivos e indesejados”.

Desta forma, referente à primeira lista, chamada de lista branca (*em alemão Weiße Listen*), Wolfgang Herrmann suscitou nomes de autores que traziam a abordagem nazista em suas obras e que deveriam ser adquiridos pelas bibliotecas como forma de propagar a ideologia nazista, através de seus acervos. Com isto, a lista branca teve como objetivo “orientar aquisições da biblioteca para purificar coleções, manter a pureza e controle das publicações, e expandir o acesso a materiais “saudáveis” através da construção de mais bibliotecas” (KNUTH, 2003, p. 89). A segunda lista é a que podemos referir como o marco da intolerância contra os diversos tipos de conhecimento e que nos traz a ação nomeada no título desta pesquisa, a censura.

Portanto, a segunda lista nos apresenta a percepção do extremo abuso no que se refere a quem toma a responsabilidade pela política de seleção e seus efeitos prejudiciais. A denominada lista negra (*em alemão schwarze Liste*) veio com o objetivo de estabelecer a “limpeza” de obras consideradas nocivas para a tradição alemã, isto é, obras que não pertenciam à identidade de uma verdadeira cultura alemã. Todavia, Wolfgang Herrmann julgava que determinadas obras inferiam nos acervos, assim compilou a lista com o nome de autores e obras e entregou para a burocracia pública, privada e aos representantes dos estudantes, para que ocorresse a queima dos livros (SAUER, 2014, p. 224). Já influenciados pela propaganda nazista, certamente, os estudantes foram um dos participantes mais devotos que compactuaram a favor da lista de escritos nocivos e indesejados.

Com a propagação da lista a trama sobreveio na atitude de estudantes caçarem livros em bibliotecas públicas, universitárias e livrarias. O episódio resultou nas atitudes dos estudantes recolhendo livros e os entregando para os carros arranjados que tinham como dever receber a entrega dos livros marginalizados pela nazificação.

A atitude também contou com os membros do partido, os chamados “camisas pardas”, que fizeram do mesmo modo o recolhimento dos livros, descrevendo o comportamento dos estudantes que invadiram as bibliotecas. Báez (2004, p. 172) ressalta que os “[...] membros da Associação de Estudantes Alemães se acotovelaram na biblioteca da Universidade Wilhelm von Humboldt e começaram a recolher os livros proibidos. Havia uma euforia inesperada,

¹⁹ Conforme é possível verificar no “Anexo B” deste trabalho

contagiate”’. Abaixo apontamos as fotografias que embasam o episódio com os atos e as maneiras como eram saqueadas as bibliotecas.

Figura 6 – Saqueando os livros do Instituto Hirschfeld²⁰



Fonte: <http://www.buecherverbrennung33.de/bild7.ht>

Figura 7 – Livros recolhidos em carrinhos



Fonte: Bundesarchiv (Arquivo Federal Alemão)

Após os saqueamentos dos acervos nas bibliotecas foram dadas iniciativas para o ato fatídico de maio de 1933. O acontecimento que viria a ser denominado de *bücherverbrennung* (queime os livros) teve como objetivo lançar as obras recolhidas dos acervos das bibliotecas e praticar ato repressivo, jogando livros em meio à fogueira. Partindo para o princípio metafórico o calor do fogo simbolizava o instinto revoltoso daquela noite.

Em 10 de maio de 1933, os estudantes alemães organizaram um “ato contra o espírito não alemão” em 19 cidades universitárias do País. Compileram uma lista de livros “não alemães”, pegaram-nos em todas as bibliotecas que conseguiram encontrar, amontoaram-nos em praça pública e atearam fogo (EVANS, 2014, p.513).

Livros em meio às cinzas e o calor do conhecimento sendo extirpado ocorreram em diversas praças das cidades alemãs, sendo concluinte ao estimado evento a intimação de que deveriam ser praticados atos de destruição naquele 10 de maio.

Pesquisas históricas como de Dowe (2003, p. 17), Bock (2003, p.74) e Báez (2004, p. 180) informam em seus estudos o número de aproximadamente 20 a 25 mil livros queimados

²⁰ Instituto de ciência sexual, localizado em Berlim. Fundado pelo Médico, Hirschfeld, que defendia a descriminalização dos direitos dos homossexuais. Membros de apoio ao nazismo invadiram seu acervo “Em 6 de maio de 1933, tropas nazistas atacaram e saquearam o Instituto de Hirschfelds de pesquisa sexual destruindo seus arquivos” (HIRSCHFELD ..., online).

em toda Alemanha. Um número, até então, conceituado que nos faz refletir sobre a deficiência que os saques e os descartes podem ter causado para a diversidade dos acervos.

Ressalta-se que a sociedade germânica não ficou em defasagem ou na insuficiência de livros, pelo contrário, a produção de obras aumentou em massa. Cornelsen (2009, p. 24) aborda que durante a ditadura nazista “foi posto em prática uma política de popularização literária como parte das estratégias de “indoutrinação” da população alemã (...) obras foram editadas e distribuídas, com números de edições elevadas”. Por conseguinte, um dos locais com grande queima de livros ocorreu na Praça *Opernplatz*, em Berlim. A praça foi escolhida justamente por nela estar localizada a biblioteca associada da universidade de Humbolt, a qual contou com a presença do ministro Joseph Gobbels, que entoou um discurso antes da queima de livro:

A época extremista do intelectualismo judeu chegou ao fim e a revolução da Alemanha abriu as portas novamente a um modo de vida que permita chegar à verdadeira essência do ser alemão. Suas bibliotecas foram inundadas pelo lixo e pela corrupção do asfalto literário dos judeus, portanto, vocês agem corretamente quando, a esta hora da meia-noite, entregam às chamas o espírito diabólico do passado (BÁEZ, 2004, p. 180).

A partir deste discurso começaram a submergir livros sobre a imensa fogueira, as obras voavam de cada mão. A pesquisa consultou o vídeo²¹ Berliner Opernplatz, que reporta ao dia da queima de livro, onde as cenas refletem a indiferença dos alemães jogando os livros em meio à fogueira, parecendo demonstrar a certeza de que o povo alemão aspirava em ficar livre de tudo que não condizia com sua ideologia.

Ao analisar este fato podemos perceber que o fogo, pela primeira vez, simbolizava a atitude futura dos nazistas, o que nos faz lembrar de um acontecimento relatado no Best seller “A menina que roubava livros”, cujo drama o autor Zusak (2004, p. 72) faz uma ironia que não deixa de ser fato, de que “[...] os alemães adoravam queimar coisas. Lojas, sinagogas, Reichstags, casas, objetos pessoais, gente assassinada e, é claro, livros. Adoravam uma boa queima de livros - com certeza”.

O dia de 10 de maio foi rememorado pelos livros indesejáveis, sendo eles vítimas da ação *bücherverbrennung* (queime os livros). Logo após alguns anos, a história nos mostra um olhar reflexivo, aonde os nazistas chegaram ao limite de seu espaço com a sua ideologia de purificação.

²¹ O vídeo pode ser assistido no youtube pelo título de: Joseph Gobbels 10. Maio 1933. BerlinerOpernplatz. E pode ser encontrado no link, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xThYRbsQ888>>.

A seguir, nas **Figuras - 8 - 9 - 10-11** alguns registros da queima de livros na noite de 10 de maio de 1933.

Figura 8— Joseph Gobbels discursando



Fonte: PrintScreen do vídeo, BerlinerOpernplatz

Figura 9— Lance do livro em meio à fogueira



Fonte: Print Screen do vídeo, BerlinerOpernplat

Figura 10 — Jovem lançando o livro



Fonte: Stadtgemeinde Salzburg

Figura 11 — Membros da União dos Estudantes



Fonte: Stadtgemeinde Salzburg

Na fogueira foram lançadas obras de autores memoráveis como Sigmund Freud, a justificativa é de que suas obras eram “exagero degradante da natureza animal” (EVANS, 2014, p. 515). Obras de Karl Marx, Friedrich Engels foram alvos da censura com *slogan* de ataque “contra a luta de classes e o materialismo, pela comunidade Nacional”. (Idem., *ibid*) e também as obras de Heinrich Mann, por serem “contra a decadência e o declínio moral”, assim como Albert Einstein, Thomas Mann, Heinrich Heine.

A queima de livros feita pelos nazistas reporta ao resultado da prática de intolerância sobre o não saber respeitar o diferente, sobre o não saber considerar o ideal do oposto. A

Alemanha do século XX englobava a diversidade em sua sociedade, vemos os nomes de autores que foram lançados à fogueira, autores de cunho da psicologia, literatura, filosofia, mas que devido as suas diferenças de crença ou ideologia vista pelos nazistas foram censurados pelo seu totalitarismo, que não aceitava que o ideal oposto se perpetuasse. Este contexto se constitui sobre o que Adorno (2000, p. 155) nomeia de barbárie:

Entendo por Barbárie [...] que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo particularmente disforme em relação a sua própria civilização [...] por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo [...] um impulso de destruição, que contribuiu para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás, uma tendência imanente que a caracteriza (ADORNO, 2000, p.155).

Pode se entender que a barbárie ocorre pelo atrelamento culminante de um indivíduo com uma ideologia²², quando o “Eu” busca colocar suas formas máximas, frente às ações. Stiner (2004, p. 137) diz: “eu só estou preocupado em ver se uma coisa me serve e me satisfaz os sentidos”. E com isso torna-se capaz de praticar atos contra terceiros que não compactuam com o mesmo sistema de ideias, o princípio da barbárie, palavra que em suas entrelinhas podemos encontrar termos que trazem vestígios de uma censura como o impulso de destruição, agressividade primitiva e o atraso²³.

Características foram encontradas na prática da queima de livros pelos nazistas, que atrelados na questão ideológica do sangue, da raça como pura, o seu narcisismo o seu eu como centro do universo tomaram as medidas para a destruição dos livros.

Entretanto, a situação de pureza alemã não ficou somente restrita aos livros que foram examinados e aos seus autores que não puderam mais ter suas obras divulgadas e propagadas na Alemanha do terceiro Reich. Os bibliotecários também passaram pela seleção de repressão e imposição da ideologia nazista para que pudessem exercer sua profissão.

A seleção de exclusão dos profissionais se deu por oposição, quando eles não se faziam parte da raça ariana ou por pela resistência contra o Estado Hitlerista, o que cominava para bibliotecários a aposentadoria, forçadas demissões e até mesmo deportações a campos de concentrações, devido à resistências ao regime.

O historiador e bibliotecário, Edmund Groag, trabalhava na biblioteca nacional de Viena desde 1903 e em 1921 foi nomeado chefe do departamento de catalogação da coleção

²² “[...] conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas” (CHAUÍ, 2001, p.11).

²³ Sobre esse contexto abordaremos o assunto, para as práticas da biblioteconomia, a questão da censura que veremos no capítulo 5.

de documentos desta biblioteca (OESTERREICHISCHE..., 2013, não paginado). Sua permanência ali se tornou impossível quando os nazistas tomaram o domínio da Áustria e se vincularam ao governo Alemão.

Edmund Groag recebeu a ligação do secretário da classe filosófico-histórica, notificando sobre sua demissão. Wachtel (2012, p. 149) assim notifica “de grande pesar devo informá-lo que o Professor Edmund Groag (Viena) não é ariano [...] e que não será possível permanecer trabalhando frente à academia anualmente”. Após sua demissão, Groag passou a viver em condições precárias até o término do regime. Pouco depois do término da guerra e libertação de Viena, Edmund Gorag ficou gravemente doente e morreu em agosto de 1945, no Hospital Judeu em Malzgasse (OESTERREICHISCHE..., 2013, não paginado).

Bibliotecários considerados arianos pelo regime nazista também foram alvo de perseguições, devido à resistência em não aderir à ideologia, a exemplo do Alemão Philipp Schaeffer, que exercia a função de sinólogo e bibliotecário, trabalhava na biblioteca Adalbertstrasse do distrito de Berlim, em Mitte. Nos tempos que exercia seu papel profissional na biblioteca, Schaeffer administrava a sala de leitura e com a aquisição das valiosas coleções de ciências sociais e sua dedicação na catalogação a biblioteca tornou-se uma das melhores de Berlim no assunto (SEEMANN, 2014, sem paginação).

No entanto, devido ao seu posicionamento político, Schaeffer, que possuía ideologia comunista “foi demitido devido sua atividade política” (COPPI, 2005, p. 375). O comunismo na época da Alemanha nazista passou a ser ilegal, contudo, Schaeffer não renunciou suas ideologias e acabou sendo preso novamente em 1934, agora para esclarecimento político.

Entretanto, assim que o nazismo avançava a situação tanto para os resistentes quanto para os de oposição foram ficando mais difíceis. Schaeffer teve a oportunidade de se redimir, dessa vez em 1935, agora de uma forma totalmente diferente das outras.

Na abordagem de Seemann (2014, online), discorre que Schaeffer “em março de 1935, é preso, pela terceira vez, e condenado a cinco anos de prisão na penitenciária Luckau, 80 km ao sul de Berlim”. Passados os cinco anos que viveu preso foi solto e na situação que tentava ajudar um casal judeu foi pego e condenado à traição, sendo executado na prisão Plötzenseeem, em 13 de maio de 1943.

Em memória a Philipp Schaeffer, a biblioteca em que trabalhou, Berlim-Mitte, mudou de nome em 1952 e foi nomeada como Biblioteca do Distrito Philipp Schaeffer, em sua memória. Esses acontecimentos nos trazem a reflexão sobre o valor que os nazistas atribuíram aos livros e às bibliotecas e até para com os bibliotecários. Valor que, até então, pode não estar de forma direta em pronúncias ditas pelos nazistas, mas que perante suas atitudes de

repressão deixa-nos sugestivo que eles sabiam efetivamente da importância de que os livros, a diversidade do conhecimento e o seu acesso são capazes de propiciar para uma nação, o que resultou justamente em suas atitudes de repressão, que se caracteriza:

Como um dos mais comuns mecanismos de defesa do ego, consiste em afastar uma determinada coisa do consciente, mantendo-a a distância – no inconsciente – manipulando o conflito, impulsionando a competição, tendências a atos que constitui uma ameaça é imagem que fazemos de nós mesmos (SILVA, 2010, p.3).

Neste contexto, analisamos que as repressões dos nazistas ocorreram devido a sentirem-se “ameaçados” pelo conhecimento que a diversidade científica e a heterogeneidade que os escritos proporcionariam, o que resultou em preocupações para com as bibliotecas, ocasionando em seu extremo controle e na erradicação dos livros. Em um partido que é considerado um dos mais radicais e ambiciosos é interessante analisar sua vulnerabilidade diante de um objeto, digamos esteticamente inofensivo, mas que internamente é capaz de provocar grandes mudanças.

Por conseguinte, ressaltamos que essa situação de tirania não foi caso isolado da Alemanha da década de 30, o Governo Brasileiro tomou atitudes similares da ditadura nazista no que diz respeito à censura, quando novamente os livros foram vistos como ameaças para o poder ditatorial. É o que analisaremos no próximo subcapítulo, como ocorreu a censura nos livros e bibliotecas brasileiras.

3 A REVOLUÇÃO DE 1930 E O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

A revolução de 30 foi um movimento político-militar causado pelos três estados: Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que tinha como finalidade acabar com a República velha. Antes da década de 30, o Brasil vivia sobre a política do café com leite, em que políticos eram nomeados alternadamente pelos representantes do Estado de Minas Gerais e São Paulo para assumir a presidência do País, o qual, conforme Carvalho (2008, p. 56) foi entre estes dois estados “[...] que o sistema político, atingiu a perfeição e contribuiu para o domínio que Minas Gerais e São Paulo exerciam sobre a federação. Os governadores, que se articulavam com o presidente da República, quase sempre oriundo de um dos dois estados”.

O então presidente de 1929, Washington Luis, proveniente de São Paulo, indicou para ser seu sucessor presidencial o conterrâneo Júlio Prestes, também oriundo de São Paulo. Assim, os governos dos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul não apoiaram a decisão, devido a Washington Luís não obedecer ao acordo de revezamento da política café com leite. Desta forma, se deu o fim da política do café com leite, no qual se interrompeu as alianças entre São Paulo e Minas Gerais, sendo criada assim a política da aliança liberal, que foi o agrupamento dos estados que se mantiveram em oposição à nomeação de Júlio Prestes.

A aliança liberal trazia em sua liderança o representante do Estado do Rio Grande do Sul, o gaúcho Getúlio Dornellas Vargas,²⁴ que foi indicado pelo Governo de Minas Gerais para concorrer à presidência contra Júlio Prestes. “A eleição ocorreu em 1 de março de 1930 e Júlio Prestes recebeu cerca de 1.091.709 votos, contra 742.794 dados a Getúlio Vargas” (SKIDMORE, 2010, p. 36).

Assim, para a Aliança Liberal despertou o sentimento de revolta, pois ao mesmo tempo estavam impulsionados pelo assassinato do candidato à vice-presidência, João Pessoa, que foi chacinado em 26 de julho de 1930, se tornando um dos princípios que motivaram a chamada revolução de 30, em que Skidmore (2010) aborda a atitude de Vargas frente aos acontecimentos ocorridos, mobilizando desta forma o estopim de revolta em que o candidato,

[...] começou a revolta exortando os rebeldes no Rio Grande do Sul a encabeçar a marcha para o Rio de Janeiro [...] Cerca de três semanas depois de os rebeldes iniciarem sua marcha para o Rio de Janeiro, Washington Luiz ainda não se dera conta de como sua autoridade fora minada (SKIDMORE, 2010, p.38).

²⁴ Getúlio Vargas contava com seu vice a presidência, João Pessoa Cavalcanti Albuquerque.

Os rebeldes que estavam marchando para o Rio de Janeiro estavam partindo dos estados em que os representantes da aliança liberal se faziam presentes, como Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul.

O presidente Washington Luís, após ter sido notificado pelos generais da junta governativa, constituídos pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaías Noronha, para renunciar seu cargo de presidente devido à revolta que estava desencadeando na federação brasileira, isto não o agradou, ocasionando rejeição do ultimato dos generais sobre o presidente.

Embora, em 24 de outubro os generais depuseram o então presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, e constituíram uma Junta Provisória de Governo (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 19). Após o deposto de Washington Luís a junta provisória passou a administrar o governo, em 24 de outubro de 1930, enquanto não havia alguém para ocupar a cadeira governamental do País.

Devido às revoltas e pressões que os rebeldes, compostos pelos aliados que apoiavam Getúlio Vargas estavam fazendo, devido a suas insatisfações com o percurso governamental em não ter oficialmente um poder governamental estabelecido, a junta provisória ficou no poder em curto período de apenas 10 dias, a qual, por sua vez, nomeou Getúlio Vargas para assumir o governo provisoriamente como forma de minimizar a fúria dos rebeldes. Skidmore aborda que:

[...] na posse de Vargas como “chefe do Governo Provisório”, o general Tasso Fragoso disse que os militares tinham decidido intervir para que os brasileiros não continuassem derramando o seu sangue pela vitória de uma causa que não era a da consciência nacional (SKIDMORE, 2010, p.39).

Desta forma, Getúlio Vargas entrou no poder na condição de governo provisório, no período de 1930 a 1934, foi a era da república velha, ficando para trás e trazendo a nova política Getulista. Nesse período que subiu ao poder, Vargas entrou com o decreto 19.398, que trazia autonomia para delegar funções, criações e exonerações. Araújo (2011, p. 29) descreve que por meio do decreto Vargas “dissolveu o Congresso Nacional e demais órgãos legislativos [...] nomeou interventores para os estados. [...] criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.

No período de 1930 a 1934 ocorreram revoluções e mudanças no País. Em 1931 Vargas derruba a constituição Brasileira, em 1932 a oposição Paulista exigiu a convocação de uma assembléia constituinte para que houvessem novas diretrizes na constituição Brasileira. Os ânimos em São Paulo não eram dos melhores frente à centralização Varguista, três alunos

participantes do movimento constitucionalista e durante manifestação contra o governo federal morreram no conflito de rua, ocasionando mais um motivo para ocorrer a revolta Paulista contra o governo Federal, ocorrendo os choques existentes entre os defensores de reformas contra os líderes tradicionais (ARAÚJO, 2011, p. 29).

Para minimizar os ânimos, Getúlio Vargas em 1933 concede os desejos paulistas de eleição para a assembléia nacional constituinte, ocasionando a constituição de 1934, conhecida pelo seu ato mais liberal em que vigorava desde o voto feminino, voto secreto para a criação de direitos trabalhistas. Assim como ficava estabelecido que a primeira eleição, após a promulgação da constituição, ocorreria de forma indireta pelos membros da Assembléia Constituinte, o que levou Getúlio Vargas a ser eleito pelo voto indireto (ARAÚJO, 2011).

Neste período alguns movimentos ficaram mais visíveis, como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que se constituía como movimento ideologicamente contra os de Getúlio Vargas, que tinha como liderança membros do partido comunista (PCB). Conforme Araújo Neto (2002, p. 1) a ANL “foi criada como elemento anti-Getulista, foi fundada em 1935 propunha a ser um baluarte contra o avanço do fascismo e um meio para a promoção da democracia e da emancipação nacional”. Em 1935 tentaram golpear Getúlio Vargas e tirá-lo do poder, devido o então presidente criar a Lei de Segurança Nacional²⁵, que marginalizava a ANL, atitude que ficou conhecida como intentona comunista.

Todavia, em 1937, um ano antes das novas eleições presidenciais, o governo de Getúlio Vargas possuía um plano estratégico para não tirá-lo do poder, já que as reeleições eram proibidas. Em estratégia, o General Góes Monteiro emite ao povo que seu exército descobriu que os comunistas fariam uma revolução como a de 1935 para tirar Getúlio Vargas do poder, estratégia chamada de plano Cohen²⁶, impulsionando a comoção popular pelo terror que supostamente se repetiria e que logo recebeu apoio popular para sua permanência ao poder. Neste instante, Vargas se estabelecia no poder em 1937, onde instaurava o estado Novo.

²⁵ Que visava combater os crimes contra “a ordem política e social” devido ao estado de insegurança que, segundo o projeto, a nação brasileira vinha sendo vítima. Esta lei criou condições centralizadoras no executivo, e deu subsídios para o combate aos desafetos da política getulista.

²⁶ O plano Cohen previa a instalação de um governo comunista e o assassinato de centenas de políticos brasileiros. A autoria desse plano foi atribuída aos comunistas. Na verdade o plano, não existia. Foi uma manobra do governo para permanecer no poder e implantar a ditadura no País (MENDONÇA, p.236).

3.1 O Estado Novo Brasil

Getúlio Vargas trouxe a modernidade em seu espírito governamental, em um Brasil que até então pouco ou quase nada havia progredido no quesito de infraestrutura, desenvolvimento econômico e nos direitos para a classe trabalhista, que por sinal ainda consistia em grande parte de trabalhadores rurais. Getúlio Vargas, em comparação a essa situação, trazia consigo seu plano de Governo chamado de Estado Novo,²⁷ com duração de 1937 a 1945, que consistia em uma política ligada na modernidade e nos investimentos nacionais.

Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial. Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica (PANDOLFI, 1999, p.10).

Agregada à modernização e a valorização interna com o plano de crescimento, a modernidade de Getúlio Vargas havia limites, pois, ao mesmo tempo em que ocorria o crescimento nacional, o seu governo se colocava ao lado da política nacionalista e centralizadora, situação que lembra a expressão de “modernidade conservadora”²⁸, de Moore Junior (1975), remetendo ao fato do governo de Getúlio Vargas, mesmo se prontificando para empreender internamente, se estabelece com as mesmas características das antigas políticas obsoletas no quesito de ainda proceder com vertente ditatorial.

O ponto de partida para a ditadura de Getúlio se construiu através da constituição de 1937, onde estabeleciam-se leis que limitavam tanto aos políticos quanto à população Brasileira, a qual trazia fortemente em seu conteúdo a questão centralizadora e opressora para instituir seu governo como autoridade suprema e dar início para a ditadura Vargasista.

Jambeiro (2004, p. 89) esclarece que a Constituição Federal de 1937 acabava com o “sistema republicano federativo, extinguiu os partidos políticos [...], restringia a manifestação do pensamento, intensificava a repressão aos crimes contra a segurança nacional, previa a nomeação de interventores para as unidades federativas”. Onde restringir e reprimir tornaram-

²⁷ Nome que recebeu influência do Governo Português de Antonio Oliveira Salazar.

²⁸ Termo empregado pelo sociólogo, Barrington Moore Jr, no seu livro de 1975, *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Moore Junior usa o termo, *modernidade conservadora*, para retratar a dualidade em que a revolução burguesa, do Japão e da Alemanha se apresentou. Pelo caso de que mesmo ambos os países fazendo a transição da economia pré-industrial para a industrial e capitalista- como fator moderno- porém suas estruturas ainda sobressaiam em questões sociais arcaicas no que diz respeito, os direitos ficaram apenas para a burguesia em contrapartida, os remanescentes da sociedade eram excluídos de seus direitos. Em que o “Estado nacional alemão e japonês aprofundou os laços políticos entre os terratenentes e a burguesia, excluindo os proletariados e os camponeses do direito pleno à democracia e à cidadania” (PIRES; RAMOS, 2009, p.412).

se práticas de sua ditadura. Vale enfatizar que o governo Getulista recebeu grande influência das tiranias que estavam se alastrando pela Europa, como o Nazismo e Fascismo, que objetivados pelo nacionalismo acabaram criando suas ditaduras.

Capelato (1999, p. 167) ressalta que “[...] é preciso levar em conta a importância da inspiração das experiências alemã e italiana nesse regime, especialmente no que se refere à propaganda política”. Se a Alemanha possuía um ditador que pregava o nacionalismo, usava da propaganda para infiltrar seu populismo e ideologia e, conseqüentemente, usava da ditadura. O Brasil também possuía essas tríades de Nacionalismo, propaganda e ditadura.

Pois, se de um lado o nacionalismo de Vargas deu a iniciativa para a modernidade no país e a valorização interna, do outro, através da constituição de 1937, a referente lei prescrevia a “liberdade”, mas podemos entender que até certo ponto, no limite da liberdade que não ultrapassasse os interesses da ditadura de Vargas, de forma que ultrapassar a barreira da liberdade de expressão poderia acarretar a censura. Conforme o Art. 122 parágrafo 15, no qual poderia intervir “com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematográfico, da radiodifusão, facultando a autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação” (BRASIL, 1937).

Em meio às proibições, às imposições da Constituição de 1937 o governo de Getúlio Vargas tomou medidas para o impulso do seu populismo e ideologia. No que diz respeito, utilizar o campo da educação como forma de disciplinar ideologicamente a sociedade. Assim, refere Bomeny (1999, p. 139) “a educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades”. Com esse novo enfoque Estadonovista a intenção percorreu para a produção livresca do País, com a criação de um Instituto que atenderia as ideologias nacionalistas de Vargas e que marcaria o País com sua produção livresca nacionalista, era o chamado Instituto Nacional do Livro.

Havia chegado a hora de o próprio governo assumir a liderança de publicações e, ao mesmo tempo, disseminar os ideais de cultura nacional. A partir desse plano de interesse, o ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, desperta a iniciativa de criar o Instituto Nacional Livro (INL)²⁹, como forma de “zelar” pela educação brasileira. Em tomada

²⁹ Anteriormente chamado de Instituto Cairu, onde foi desativado em 1936, no qual tinha como único objetivo fazer uma enciclopédia brasileira e o dicionário da língua nacional. “O instituto foi criado pelo decreto nº 93, de dezembro de 1937, que determinava que o Instituto Cairu fosse transformado em Instituto Nacional do Livro” (CARVALHO, 2012, p.545). Da forma que o INL ainda visava concluir os objetivos do extinto Instituto Cairu, da criação das enciclopédias e do dicionário, mas também advinha com novos objetivos expansionistas em seus decretos- que será visto na próxima página.

iniciativa, Gustavo Capanema³⁰ emite uma carta³¹ para o Presidente Getúlio Vargas, falando a respeito da importância de se criar um Instituto do Livro. A seguir, um parágrafo da carta emitida, a qual chama a atenção para a comparação entre prós e os contra que Gustavo Capanema fez a respeito do livro:

O livro não é só o companheiro, amigo, que instrui que diverte que consola. É ainda é, sobretudo, o grande sementeiro que, pelos séculos afora, vem transformando a face da Terra. É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigiando no sentido de que ele seja não o instrumento do mal, mas sempre inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas (CAPANEMA, 15 de dezembro, 1937).

Analisamos que a importância que Capanema proporcionava aos livros tinha limites, uma vez que o seu respeito consistia até ao ponto das obras satisfazerem aos interesses do estado, pois em contrapartida sua menção referia que dependendo do livro, esse poderia ser utilizado para o “mal” de uma sociedade.

Nesta situação em que o ministro se posicionava, partimos para a análise dos indícios de repreensão e censura, pois, de forma implícita, Capanema estava sugerindo o “dever do Estado” de “vigiar” ao que a sociedade deve ler. Em meio ao contexto, Gustavo Capanema dava motivos para a criação do Instituto Nacional do Livro, em ter uma instituição que promoveria livros como os de interesses mencionados na carta.

Getúlio Vargas, impulsionado pelo seu populismo de modernização atentou ao pedido do ministro, o então objetivo do Ministro Gustavo Capanema, para a criação do Instituto Nacional do Livro, que entrou em vigor em 1937³², com Getúlio Vargas nomeado para assumir a direção do instituto gaúcho Augusto Meyer³³.

O INL passou a se subsidiar no quarto andar da biblioteca nacional Brasileira. Na presença de sua criação, era preciso estabelecer os objetivos do instituto, entrando em vigor o Decreto-Lei de nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que tornava o INL responsável pelas publicações e circulação de livro e pela criação de bibliotecas no território brasileiro.

O art. 2 do decreto competia que os objetivos do INL eram:

a) Organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;

³⁰ Nascido em Minas Gerais foi nomeado por Vargas, em 26 de julho de 1934, para administrar a educação e a saúde pública até o ano de 1945- ano da queda de Getulio Vargas (HORTA, 2010, p.19).

³¹ Conforme é possível verificar no “Anexo C” deste trabalho

³² Conforme é possível verificar no “Anexo D” deste trabalho

³³ Nascido em Porto Alegre foi Jornalista, poeta e diretor da biblioteca pública do Estado de Porto Alegre de 1930-1936. Sendo transferido para o Rio de Janeiro por, Getúlio Vargas em 1937, para dirigir o Instituto Nacional do Livro onde ficou sendo diretor por 30 anos. (ACADEMIA...,2015, não paginado).

- b)editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c)promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros
- d)Incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional (BRASIL, 1937).

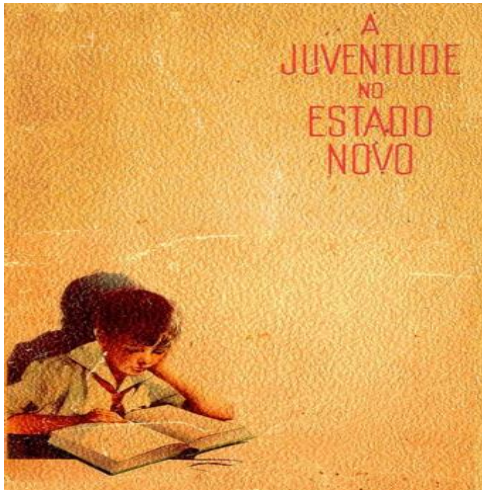
Alguns dos objetivos que o INL se prestou a fazer não foram possíveis de serem concretizados, como exemplo, a intenção de fazer a enciclopédia brasileira, influenciada pelo exemplo da Enciclopédia Italiana Treccani, concluída no governo de Mussolini. Mais uma vez o INL não conseguiu traçar os objetivos que vinham sendo almeçados desde o extinto Instituto Cairu, pois, devido à enciclopédia brasileira ter sido planejada de forma audaciosa e com poucos recursos não foi possível sua concretização (HALLEWELL, 2005, p. 393).

No que se refere ao objetivo do INL para com as obras raras, o instituto se encarregou em fazer de obras importantes e exclusivas, que retratavam as raízes históricas luso-brasileiras, em edições, para que fossem disseminadas para o público, por meio da Biblioteca Nacional do Brasil. Obras como os livros “Os autos de devassa da inconfidência mineira, A demanda do Santo Graal, As cartas Chilenas, corografia brasílica” (SCHWARTZMAN, 1982, p. 373), foram alguns exemplos dos livros que o INL tratou de levar para perto do público, viabilizando a cultura nacional.

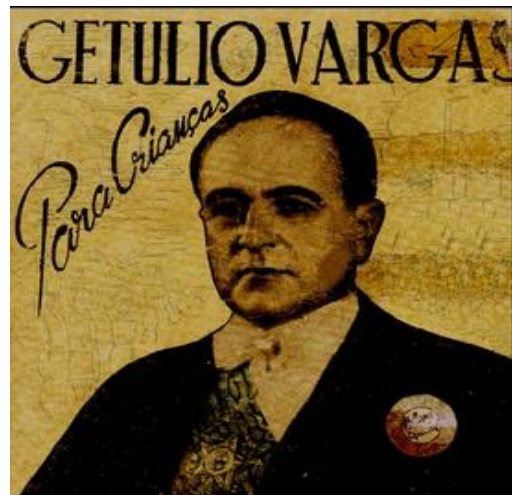
O terceiro objetivo, presente no decreto do Instituto Nacional do Livro, foi responsável por demandar a circulação de livros em todo território brasileiro e a possibilidade de levar a cultura nacional para o exterior, através das obras raras editadas pela o INL, que passou a produzir muitos livros. Oliveira (1994, p. 46) chama de livros “culturalmente adequados”, referindo sobre a subordinação, cultural e educacional, frente à ideologia estatal que deveriam circular.

Pelo exposto, a pesquisa buscou analisar algumas obras produzidas pelo Instituto Nacional do Livro, que se encontram disponíveis no site do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC), para averiguar como ocorria o processo ideológico através dos livros. Entre as obras publicadas estavam às históricas e, principalmente, as de teor didáticos, algumas em forma de cartilhas infanto-juvenis, que traziam explicitamente o despertar do nacionalismo ou a figura de Vargas em seus conteúdos.

A seguir algumas das obras analisadas:

Figura 12– Capa do livro para a juventude

Fonte: Fundação Getulio Vargas/CPDOC

Figura 13– Cartilha de 1942

Fonte: Fundação Getulio Vargas/CPDOC

Figura 14– Biografia sobre a figura de Vargas

Fonte: Fundação Getulio Vargas/CPDOC

Figura 15 – Sobre o Marechal Floriano Peixoto

Fonte: Sebo do messias

Os livros ‘a juventude no estado novo’ - **Figura 12** e ‘Getúlio Vargas para crianças’ - **Figura 13**, constituem-se do exemplo sobre como o INL se portava perante a figura de Vargas e ao ideal nacionalista para educação infanto-juvenil, com conteúdos tipicamente didáticos, com ilustrações atreladas à figura paternal de Vargas para com as crianças. A obra ‘biografia de gente boa’ - **Figura 14**, retrata sobre a personalidade de Getúlio Vargas e a obra de Floriano Peixoto ‘memórias e documentos’ - **Figura 15**, aborda o centenário de nascimento do Marechal Floriano Peixoto (LEITÃO, 2011).

O fato era que INL buscava produzir livros que chegassem a todos os campos intelectuais, desde aos simples estudantes até os mais ativos leitores. Era o plano Geral de

Divulgação, idealizado pelo ministro Gustavo Capanema entrando em vigor, no qual dizia que “O plano deve ser traçado e orientado, pelo Instituto, procurando atingir desde Academias de Letras, Secretarias de Estado, Prefeituras Municipais, até bibliotecas, colégios, universidades e associações”. No entanto, com a grande proporção de exemplares que o INL estava promovendo, era preciso possuir demandas logo, entrava em vigor mais um dos objetivos do referido Instituto, no que diz respeito, em criar e investir em bibliotecas em todo território brasileiro.

Este objetivo, na abordagem de Oliveira (1994), constituía-se como um dos planos principais de Augusto Meyer, que elaborou dois projetos inovadores para bibliotecas: No primeiro, incidia para a criação de 25 bibliotecas populares no Rio de Janeiro, que receberia doações do INL; O segundo projeto presumia a criação de bibliotecas populares regionais nas cidades de Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Logo, as bibliotecas tiveram crescimento significativo nos primeiros anos de existência do instituto, conforme Soares (2007, p. 71), que relata o número de bibliotecas registradas no INL a partir de sua criação “[...] até dezembro de 1943, mais de 2.000, em todo o País, estavam inscritas, recebendo doações. A atuação do INL, apesar de sua curta existência, era apontada por vezes, como responsável pela viabilização de muitas bibliotecas públicas”. É preponderante mostrar que o INL se mostrava de forma “progressista” para a cultura livresca e educacional do país, diante dos Investimentos em bibliotecas, em obras exclusivas para que a sociedade tivesse acesso.

Graças a essa instituição as bibliotecas perdidas no interior, longe dos grandes centros intelectuais, recebem metodicamente lotes de livros. Se não tivessem esse auxílio, o que seria dessas bibliotecas esquecidas das autoridades locais, sempre preocupadas com problemas que julgam mais urgentes? (MORAES, 1943, p.38-39)

Ao analisarmos sobre as propostas do INL, em primeiro plano, consideramos ser um órgão que contribui para a propagação da cultura, leitura e atribuição de valor nas bibliotecas. Todavia, perante os avanços que ocorriam dos investimentos nas bibliotecas, partimos para a seguinte reflexão: até que ponto pode considerar que as publicações e as iniciativas, criadas pelo INL, eram benéficas para a sociedade do período do Estado Novo? Pois, no que se refere sobre essa a questão, Oliveira (1994, p. 46) compreende que “no quadro ideológico do Estado Novo, as medidas implementadas na área de biblioteca pública centravam-se no uso das bibliotecas para a preservação e divulgação da cultura oficial e para a formação de cidadãos talhado conforme a cultura”, uma vez que a cultura central do país, nesse período, estava

atrelada ao civismo em fazer de seus cidadãos “homens de bem”, contudo, essa questão estava dominada à ideologia do pensamento excludente sobre o que deveria ser lido ou pensado.

Justamente nesta questão que o INL se posicionava, para produzir livros e demandá-los com os seus conteúdos ideologicamente condicionados ao governo. Desta forma, Araújo (2000, p. 36) ressalta que “várias histórias de ‘Vargas para crianças’ chegaram às bibliotecas, demonstrando como desde o nascimento das crianças, Getúlio estaria fadado a liderar seu povo em um grande projeto”. Isto é, os acervos das bibliotecas estavam repletos de livros, mas, sua disseminação circulava com os pensamentos ideológicos propiciamente nacionalistas, com a finalidade de educação. Conforme Leitão (2011, p. 110) “[...] O INL priorizou a propagação do livro, como contribuição ao fortalecimento dos ideais do governo de Getúlio Vargas, da mesma forma que nos regimes ditatoriais, como os de Salazar e Mussolini”.

Fazendo, desta forma, ação contrária dos objetivos que a leitura realmente deve proporcionar, onde o “leitor trabalhe, interiormente, a sua inocência e espírito crítico, em vez de promover o achismo” (FRAKE JUNIOR, 2013, p. 84). As bibliotecas devem proporcionar para a sociedade “condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente [...] o conhecimento e a informação de todos os gêneros” (IFLA/UNESCO, 1994), o que não era visto nas intenções do Instituto Nacional do Livro, uma vez que não existia a disponibilidade da diversidade do conhecimento com a leitura em espírito crítico nas bibliotecas.

3.2 O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

O INL se encarregou de ser o difusor de leitura, embora, em 1940, entrava em vigor³⁴ o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que fiscalizaria as obras culturais e intelectuais nacionais. Esta autoridade incumbia de fazer a fiscalização dos meios citados na constituição de 1937, tendo como objetivo reverenciar e proteger a imagem de Vargas, onde se tornou efetiva para fazer o seu populismo e fiscalizar os diversos meios em nome da honra e moral brasileira. Este órgão se tornou a marca do seu regime ditatorial.

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira (CAPELATO, 1999, p.172).

³⁴ Conforme é possível verificar no “Anexo E” deste trabalho

Com isto, o DIP passaria a ter total influência em todos os meios de comunicação e a informação como as estações de rádios, a imprensa, as músicas, o cinema, teatro e até mesmo as expressões intelectuais como livros. Diante desses vários meios para fiscalizar o departamento precisou ser dividido em especialidades³⁵ para que nenhum fosse negligenciado e ao mesmo tempo utilizado em benefício do governo.

A ordem das divisões discorria em “divisão de divulgação, divisão de radiodifusão, divisão de cinema e teatro, divisão de imprensa” (JAMBEIRO, 2004, p. 115). Coube para todas as divisões disseminar a imagem e ideologia de Vargas, em contrapartida, utilizou-se a censura nas expressões, que de alguma forma atingiria a paz, a ordem ou a segurança.

No que se refere à divisão de radiodifusão, possuía como objetivo levar os interesses políticos em sua programação como ponto de “vulgarizar as realizações do governo e esclarecer a opinião pública sobre os problemas do momento” (JAMBEIRO, 2004, p. 112). Com este intuito foi criada a “Hora do Brasil”, o que hoje temos como a voz do Brasil, no entanto, na antiga programação eram emitidos os feitos do Governo Vargas e os problemas citados na programação eram cuidadosamente averiguados, para que não reportasse para a liderança de Vargas.

Ao mesmo tempo, na divisão de radiodifusão estava inserida averiguação das letras musicais que tocariam nas rádios, passavam pela avaliação do DIP, como no caso da música de Ataulfo Alves, o bonde São Januário, que em sua versão original enaltecia “a boa vida” de não trabalhar, a qual continha o trecho “o bonde de São Januário leva mais um sócio otário, só eu não vou trabalhar”. Em um governo que tinha a ideologia trabalhista a letra certamente foi censurada pelo DIP, quando então trocou as letras para engrandecer o trabalho “o bonde São Januário leva mais um operário sou eu que vou trabalhar”. Os compositores foram incentivados a abordar temas em prol do trabalho e valorização nacional, caso contrário, suas músicas não teriam visibilidade devido ao processo de censura do DIP.

A música de Ary Barroso, aquarela do Brasil, retrata fielmente as letras almejadas pelo governo de Getúlio Vargas por meio da exaltação nacional “Brasil, terra boa e gostosa” unido com o ritmo popular, o samba ocasionou a expressão cultural que o Estado Novo se propunha a divulgar de um Brasil longe de problemas sociais que, conforme Novaes (2011, p. 42) “eram jogados para baixo do tapete”, pelo viés da camuflagem de letras com valorização nacional que se estimavam fazer e que na realidade não correspondiam aos fatos sociais.

³⁵ Conforme é possível verificar no “Anexo F” deste trabalho.

No contexto da divisão de cinema e teatro, os roteiros destacavam o nacionalismo como o filme o descobrimento do Brasil, que enaltecia a raiz do povo brasileiro e as riquezas da terra Brasileira. Assim como os cines jornais, onde eram apresentados nas salas de cinema antes dos filmes, com exibição obrigatória, onde mostrava as comemorações e festividades do governo e os atos das autoridades, os quais tinham a missão de exaltar a figura de Vargas e seus feitos de governo (GARCIA, 2005, p.149).

No que compete a Divisão de Divulgação (D.D)³⁶, neste grupo estavam inseridos o dever de fiscalizar a liberdade intelectual, isto é, obras e autores de publicações impressas, especialmente os livros. No art. 6º, do Decreto de nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939, a D.D ressaltava em algumas das alíneas o dever de fiscalizar os livros para que as obras atingissem o dever nacionalista e, em contra partida, usar da censura para os conteúdos conceituados impróprios para a nação. Analisamos o que Competia a Divisão de Divulgação:

a) a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras; b) **interditar livros** e publicações que atentem contra o crédito do País e suas instituições, e contra a moral; c) combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer ideia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional (BRASIL, 1939, grifo nosso).

Nestas alíneas podemos analisar justificativas muito utilizadas por aqueles que fazem uso da censura. Palavras como em defesa da civilização, contra a moral, ideia perturbadora, são constantemente pronunciadas em gestões ditatoriais, que em um primeiro momento levam a ideia de que apenas estão visando à organização, civilização ou um bem para todos. Vale ressaltar que dificilmente a censura vem de forma alarmante, na maioria das vezes ela surge sutilmente de forma camuflada em palavras de bom grado, considerada até mesmo inofensiva por aqueles que a praticam, mas que se estudada e interpretada detalhadamente podemos analisar que em sua finalidade está a prática da censura.

Ao observarmos a palavra censura, poderemos considerar que o seu significado nos remete aos objetivos que encontram expostos no Decreto da Divisão de Divulgação. Para análise da palavra censura, entendemos o que Vergueiro (1987, p. 22) aborda sobre o que seja uma: “é um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública”. Logo, podemos observar que em matéria do que venha a ser “prejudicial” o órgão do DIP se comprometeu de usar desse objetivo para proibir a produção e circulação de livros.

³⁶ Conforme é possível verificar no “Anexo G” deste trabalho.

Em face desse novo contexto os autores não tinham mais autonomia para lançar suas obras. Se a ditadura da Alemanha nazista não poupou os livros de sua tirania fazendo deles cinzas, no Brasil, não foi diferente. O Estado Novo tomou medidas semelhantes para com as obras que traziam em suas páginas a oposição Vargasista como: Autores de cunho comunistas, os considerados de cunho exóticos, ou que de forma, mesmo sutil, o DIP achasse que contrariasse o Estado teriam suas criações impedidas. E os que já haviam escritos sobre estes assuntos teriam suas obras retiradas de circulação³⁷.

Em meio à situação de livros que estavam em circulação, o DIP tomou medidas rápidas a favor da “purificação” nacional literária. Os livros considerados nocivos para a sociedade foram procurados em todos os cantos do Brasil para saírem de circulação (VIANNA; SILVA; GONÇALVES, 2014, p. 14). Obras de autores como Monteiro Lobato, Jorge Amado e José Lins do Rego estavam entre as mais caçadas, assim como obras traduzidas e adaptadas também não escaparam da fúria do DIP.

Destaca-se o escritor Jorge Amado, considerado o “bode expiatório” da censura de Vargas, que em meio a suas obras mostravam a realidade brasileira que o nacionalismo Vargasista não queria expor. Em uma de suas obras passou a retratar a realidade de crianças e adolescentes do estado da Bahia, que viviam nas ruas com suas vidas marginalizadas, praticando roubos e fazendo do cais do porto seu abrigo, no qual originou o nome: *Capitães de areia*. “Porque fizeram do cais o seu quartel-general” (AMADO, 2009, p. 6), nome que deu jus a obra de Jorge Amado de 1937. A obra *capitães de areia*, escrita em 1937, não foi bem vista pela ditadura nacionalista de Getulio Vargas. Definitivamente, o objetivo da Divisão de Divulgação estava sendo contrariado na obra.

Assim como as obras do escritor José Rego, que mostrava à realidade social e econômica da época de 30, a obra *menino do engenho* trazia o drama de um menino chamado Carlinhos que sai do seio familiar, devido aos conflitos familiares e indo morar no engenho com seu avô. Na obra, o menino do engenho passa a ter diversas experiências, entre elas, a erótica.

Destaca-se o trecho que pode ser analisado como um dos exemplos que levou a censura da obra, que faz alusão ao erotismo e também uma doença venérea pelo protagonista “Apanhei “doença do mundo”. Escondi-me muitos dias do povo da casa-grande [...] E comecei a envaidecer-me com a minha doença. Abria as pernas, exagerando no andar. Era

³⁷ Conforme é possível verificar no “Anexo H” deste trabalho.

uma glória para mim essa carga de bacilos que o amor deixara pelo meu corpo imberbe” (REGO, 2001, p. 130).

As obras trouxeram escândalo para o DIP, que em meio aos escritos da obra de José Lins e Fernando Pessoa se viu desafiado, pois estavam transgredindo o decreto de 1939 sobre a realização de publicações, mas foi com as obras de Jorge Amado que os ânimos dos controladores do DIP tomaram grandes proporções, onde, reportando ao interventor da Bahia, Juracy Magalhães, o mandou que tomasse precisas medidas contra as obras dos escritores baianos.

Uma grande fogueira de livros ardia, grossos rolos de fumaça escureciam o céu e um forte cheiro de papel queimado se espalhava pelas imediações da parte baixa do Elevador Lacerda. Não era um incêndio comum, mas a queima de 1.827 livros considerados ‘propagandistas do credo vermelho’, como eram chamados pelos militares que, nos dias anteriores, tinham percorrido as livrarias da cidade e apreendido quantos exemplares encontraram. Entre os livros que viraram cinzas naquela tórrida tarde primaveril mais de 90% ³⁸ eram de autoria de um jovem jornalista e escritor baiano: Jorge Amado (RAMOS, 2012, p. 30).

Na maior parte da queima estavam as obras de Jorge Amado, mas cabe destacar que Monteiro Lobato esteve entre os que passaram pelo processo de censura. Suas obras infantis faziam críticas sobre o governo getulista de forma sutil. É o caso da obra *o poço de visconde*, onde Monteiro Lobato fazia acusações que no Brasil possuía petróleo³⁹, enquanto os peritos do governo de Vargas alegavam que não existia petróleo no Brasil. Sua tradução e adaptação do livro de Peter Pan e do livro como *Historia do mundo para crianças* também foram retirados da biblioteca do Distrito Federal e queimados na fornalha de amortizações (LUCA, 2004, p. 153).

A poetisa Cecília Meireles foi mais uma das intelectuais perseguidas no período, acusada por ser comunista. A tradução que fez do livro, *As aventuras de Tom Sawyer*⁴⁰ foi apreendida, assim como sua biblioteca que fora fechada. “Com o advento do Estado Novo em 1937, a polícia política da época fechou com truculência a pioneira biblioteca brasileira para

³⁸ Além dos livros citados na pesquisa como capitães de areia que teve 808 livros jogados a fogueira Outros livros de Jorge Amado foram lançados a fogueira entre eles encontravam-se, “228 exemplares de mar morto; 89 de cacau; 93 de suor; 214 de O País do Carnaval; 15 de doidinho; 26 de Pureza; 13 de Bangüê; 4 de Moleque Ricardo; 14 de menino do engenho; 23 de educação para a Democracia; 6 de Ídolos tombado; 2 de idéias; 2 de homens e fatos; 2 de Dr. Geraldo; 4 de O nacional-socialismo Germânico; 1 exemplar de Miséria através da Polícia” (HALLEWELL, 2005, p.456-457).

³⁹ Conforme Lobato (1965, p.57) “Petróleo o Brasil tem para abastecer o mundo inteiro durante séculos. Há sinais de petróleo por toda parte [...] A superfície de todos os Estados está cheia dos mesmos indícios de petróleo”.

⁴⁰ HALLEWELL, 2005, p.457

crianças que ela e o primeiro marido fundaram, o artista plástico e ilustrador Fernando Correia Dias, no bairro de botafogo, no Rio de Janeiro” (GOUVÊA, 2008, p. 194).

Distintas obras de autoria de diversos autores foram perseguidas, de tal maneira que algumas editoras começaram a sofrer danos, entrando em falência e fechando suas portas. Conforme Hallewell (2005, p. 45) “[...] a perda financeira ocasionada por essa destruição em massa de quaisquer livros a que alguém em posição fizesse objeção foi suficiente para desativar algumas editoras menores”. Para evitar prejuízos as editoras passaram a limitar seus investimentos nas obras devido ao medo de as publicações serem censuradas, assim como os autores, que para não perderem seus espaços no meio editorial passaram a analisar seus próprios escritos e restringir seus livres pensamentos para não serem impedidos de terem suas obras produzidas.

Este procedimento tomado pelas editoras e pelos autores consistia na denominação de se autocensurar, isto é, o próprio sujeito pratica a censura contra si, devido ao medo de ser recriminado por terceiros e nesse método de se auto restringir é o que Bahia (2009, p. 80) chama de “[...] censura interna. É a censura que o próprio veículo pratica, ao alterar ou suprimir, sem razão aparente ou por manipulação ostensiva”. Todavia, os escritores não foram negligenciados, passando a ocorrer a chamada *moeda de troca*, isto é, ao mesmo tempo em que ocorria a censura, o governo de Getúlio Vargas passou a investir nos escritores de forma que esses podiam receber cargos públicos ou auxílios diversos, caso se manifestassem a favor do regime (GARCIA, 2005, p. 169).

Se o INL se encarregou de ser o difusor de leitura, este, ao mesmo tempo, trabalhava juntamente com o DIP, no que diz respeito a produzir livros na intenção de encobrir a informação perante a sociedade. A atitude do DIP censurava obras, para que assim o INL tivesse campo aberto para se disseminar seus livros criados. Neste contexto, podemos questionar o papel do INL acerca de sua atuação e se ele realmente pode ser visto de forma louvável, pois os investimentos existiram, contudo, de forma manipulada e limitada. As Bibliotecas estavam na dependência centralizadora do Estado que, por sua vez, conforme Oliveira (1994, p. 46) era “tutor e paternalista no quesito de definir o que deveria ser lido”. Dessa forma, situamos que o processo de leitura tinha o objetivo de mecanizar o entendimento.

4 A INTERVENTORIA DE 30 NO ESTADO DO PARÁ

O Estado do Pará recebeu a influência do governo de Getúlio Vargas, quando o então presidente, no cargo de governo provisório, estabelecia por meio do Decreto de nº 19.398 de 11/11/1930 o sistema de interventorias, que consistia na autonomia de escolher governadores para os Estados Brasileiros, conforme o Art. 11, que evidenciava que “o Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada Estado, salvo para aqueles já organizados” (BRASIL, 1930), o qual em 12 de novembro de 1930 estabelecia a nomeação de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata⁴¹, do Partido Liberal, para assumir o cargo de interventor do Estado do Pará.

A seguir, um trecho do discurso de Magalhães Barata saudando o povo paraense como Interventor Regional:

Aquí estou como um revolucionário perseguido de 1922, ou com foragido de 1924, mas sonhando com a grandeza da minha terra e lembrando as figuras de Assis de Vasconcelos e de Eurico de Castilho França. Eu te saúdo, povo da minha terra (FOLHA DO NORTE, 13/11/1933, p.1).

Diante desta nomeação, logo podemos presumir que a interventoria de Magalhães Barata recebeu grande influência do governo de Getúlio Vargas no transcorrer da mesma, desde o populismo, por meio da sua assistência para com as camadas subalternas, até a forma de governar no processo centralizador. De fato, Magalhães Barata detinha uma característica que marcou seu governo e correspondeu sua identidade de interventor, o que correspondia a sua popularidade, por meio das visitas que fazia nos interiores do Pará.

Podemos perceber o lado popular e assistencialista do interventor, quando em meio à pesquisa nos jornais populares da década de 30 como o “O imparcial”, “Província do Pará”, “Correio do Pará” e “Folha do Norte” notamos notícias que faziam referências ao Major Magalhães Barata, com os títulos “as atividades do Sr. Interventor no interior do Estado”, “as visitas do Sr. Interventor” e “chega hoje o Major”, em que mostram indícios de sua atividade política popular.

Ele [Magalhães Barata] foi o primeiro governador do Pará que percorreu o Interior todo (...) tomou providencias que só o poder discricionário podia tomar [...] ele inovou e ficou muito conhecido principalmente com a patente de major. Ele tinha uma tendência muito forte na defesa do que ele chamava de desprotegidos que era o pessoal pobre (RIBEIRO, 1998, p.29).

⁴¹ Nascido no Distrito de Val-de-Cans a 2 de junho de 1888. Possui três mandatos, o primeiro corresponde de 1930 a 1935; o segundo de 1943 a 1945 e o terceiro e último como governador constitucional data de 1955 a 1959. Portanto para o interesse da pesquisa o que será colocado como estudo é a cronologia que envolve os dois primeiros mandatos em que Magalhães trilhou como Interventor.

Em face da sua designação como representante do Pará, o referido interventor passou a ser visto como “a novidade” para o Estado do Pará, aquele que socorreria das mazelas o Estado e especialmente a capital Belém, que então já havia degustado das riquezas urbanísticas de Antônio Lemos, mas estava entregue à própria sorte “com suas praças abandonadas, ruas intransitáveis, a população sentido saudades do “velho” Lemos” (ROCQUE, 1999, p. 86), o qual com a chegada de Magalhães Barata a população viu na sua figura a solução da deterioração social.

Barata soube aproveitar dessa “carência” social, para trilhar seu mandato como a solução para os conflitos internos que o Estado estava passando, e assim, aumentar seu favoritismo com as massas. “O interventor procurava passar a imagem do guia dos paraenses, aquele que, levaria o povo ao caminho do progresso dentro de uma ordem hierarquizada, valorizada pela própria condição de militar” (RIBEIRO, 1998, p. 19).

É interessante analisar que esta postura de guia para com o seu povo, com o misto de caráter militar, nos remete para a similaridade e comparações dos regimes ditatoriais explicitados nesta pesquisa, lembremo-nos do nazismo quando Hitler era visto como “veemência”, uma vez que suas ideias, embora de cunho extremo entusiasmou o ideal de um povo, que se encontrava abalado com sua realidade pós-primeira guerra mundial. Do mesmo modo, Getúlio Vargas, conforme seu governo veio para a modernidade do País trouxe a personificação como o “pai dos pobres”, da mesma forma que Magalhães Barata veio como o benevolente salvador regional do “populismo”.

A forma (regime) de governar de Barata resultou em elogios do próprio Getúlio Vargas, que em visita a Belém chegou a comparar a situação da capital em antes do interventor e com a atual direção do interventor no Estado Paraense.

Paraenses! Após uma longa excursão pelo norte, atingi ao extremo limite, a esta terra maravilhosa que, defrontando com os limites de nações estrangeiras, é a sentinela vigilante da Pátria! Eu vos saúdo! Terra de inteligência, cultura e trabalho, que, relegada ao abandono pela incúria dos governos passados, a revolução soergueu de novo, como eu a vejo agora, cheia de vida e entusiasmo, terra onde os rios parecem oceanos e as multidões, como esta que se me depara, são também oceanos de vibração e patriotismo! A' vossa terra, eu vim para conhecê-la e saúda-la, Viva o Pará! (FOLHA DO NORTE, 04/09/1933, p.1).

Em meio a comparações do passado e presente do estado do Pará, Vargas discursa fazendo uma relação da valorização regional. Desta forma, os fragmentos do Jornal folha do Norte indicavam que Getúlio Vargas estava acentuando e contribuindo para o populismo de

Magalhães Barata, relação típica do governo de Vargas em valorizar o populismo e a nação trabalho, que agora estava se dirigindo ao interventor Federal e ao Estado Paraense.

Getúlio Vargas valorizava o nacionalismo, de igual modo, Magalhães evidenciava o regionalismo, como um dos pontos principais de sua valorização regional, o sistema educacional e os meios de informação foram um dos alicerces para o atinente objetivo. No entanto, a questão regionalista não decorria somente de forma ufanista, uma vez que veio acoplada com um regionalismo regimentado de poder. Porquanto, os indícios apontavam que o regionalismo estabelecido por Magalhães Barata estava voltado para o processo centralizador devido seu objetivo de influência governamental.

Vemos que em meio ao seu populismo governamental, Magalhães Barata não deixou de seguir a influência ditatorial que emergia em sua época. Sua política, embora popular, não negligenciava o seu lado centralizador. Perante este aspecto, Magalhães Barata travou lutas, batalhas contra os que se opuseram ao seu governo, principalmente após as constituintes de 1933, onde os ânimos do interventor se evidenciaram de forma combatente contra aqueles que se posicionavam contra o seu governo.

Na sua forma de governar, Barata traçou alianças, conquistou inimigos, presenciou seus considerados “adeptos” irem para a oposição e foi destituído do poder e voltou para o poder, com o saudosismo daqueles que apreciavam o referente Interventor.

Diante das histórias que os registros guardam em memória sobre Magalhães Barata, analisaremos no próximo subcapítulo o regime do poder Baratista, que travou contra a liberdade de expressão referente à prática da censura no período em que governou o Estado do Pará. Uma viagem no tempo, de 1930 até 1945, e que nos possibilita analisarmos a relação histórica Paraense juntamente com reflexão do poder de censura, contra os escritos e a liberdade de expressão.

4.1 A Censura No Jornal “Folha do Norte”

Este Barata esta nos saindo caro...

(O PAIZ, 23/06/1934, p.1)

Falar de Magalhães Barata e não mencionar os conflitos políticos com o Jornal Folha do norte⁴² (símbolo da sua fúria) significaria negligenciar uma parte interessante da história

⁴² Fundado por Enéas Martins e Cipriano Santos, tendo por objetivo principal lutar pelo desenvolvimento político e social da região. Combatendo a política de Antonio Lemos, na época proprietário do jornal “A província do Pará”. Enéas Martins, proprietário e diretor, vítima de perseguições políticas transferiu-se para

Paraense sobre as opressões de censura contra um veículo de informação e uma das formas de expressões que ocorriam na interventoria, principalmente no Jornal Folha do Norte, o qual era um veículo de comunicação impresso e circular de Belém do Pará.

Deste modo, antes de argumentarmos sobre tais acontecimentos ao Jornal Folha do Norte devemos entender sua popularidade, uma vez que se estabeleceu como um dos jornais mais conhecidos e conceituados do estado do Pará, suas páginas estampavam informações de âmbitos regionais, nacionais e mundiais. Assim sendo, sua circulação diária fazia parte do cotidiano dos leitores paraense. Tinha como presidente o Jornalista Paulo Maranhão, conhecido por muitos como o Jornalista “de sangue oposicionista” – Vulgo que entenderemos no decorrer do presente capítulo.

Desta forma, para entendermos melhor o Jornal Folha do Norte, analisamos as palavras de Carlos Rocque (2006) ao se referir sobre o então periódico:

Folha do Norte, velho e tradicional órgão da imprensa, que se editava no Pará tinham suportado o peso bruto da intolerância do interventor, que nunca escondera sua animosidade pelos homens do jornal; em verdade, muito tinha sofrido o intrépido jornal paraense, que permanência sob censura prévia e aos que neles serviam, corajosamente, enfrentavam os constantes acessos de fúria do Sr. Barata (ROCQUE, 2006, p.556).

A Folha do Norte foi um dos jornais que mais acompanhou a interventoria de Magalhães Barata, as páginas impressas de 1930 até meados 1933 estampavam notícias das realizações políticas do interventor Federal.

Ora era informada as visitas do “Sr. Major Barata” pelo interior do Estado, ora elogiando os seus feitos. A verdade era que Magalhães Barata tinha apreço pelo Jornal Folha do Norte, devido a sempre estar divulgando seus acontecimentos. Magalhães Barata chegou até mesmo a visitar a sede do jornal, em 8 de janeiro de 1933⁴³.

No entanto, com as eleições constituintes de 3 de maio de 1933, os laços cerimoniais de Magalhães Barata com a “*FOLHA*”⁴⁴, especificamente com o seu proprietário, Paulo Maranhão foram rompidos, a partir do momento em que Magalhães Barata, em 2 de 1933, emitiu uma nota oficial avisando que aqueles funcionários públicos que não votassem nas

Manaus, assumiu a direção Cipriano Santos que muda as instalações do jornal da Praça da Independência, hoje Avenida Portugal, para a Rua da Indústria, atual Rua Gaspar Viana, esquina com a Travessa 1º de Março, endereço onde funciona atualmente o Jornal “O liberal” [...] Já em 1917, após Cipriano Santos eleger-se Senador Estadual, passa para Paulo Maranhão a propriedade da “Folha do Norte”, onde este muda a linha política do jornal, e o dirige até a sua morte em 17 de 1966 (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985, p.154-155).

⁴³ Conforme é possível verificar no “Anexo I” deste trabalho.

⁴⁴ O jornal “Folha do Norte” também era chamado pelo vulgo de “FOLHA”. No qual também utilizaremos para mencionar quando o assunto for o referido jornal.

eleições para constituintes seriam punidos, lembrando que neste tempo o voto não era obrigatório (ROCQUE, 1999).

Paulo Maranhão, um homem que prezava pela exposição das palavras e livre expressão, encontrou nas ameaças punitivas do interventor a intimidação contra a liberdade de agir que um cidadão deveria possuir. O jornalista considerou esta atitude do interventor como “monstruosidade em projeto”, frase escrita pelo mesmo ao longo da sua crítica redigida no jornal. Por conseguinte, o então jornalista criticou veemente esta atitude de Magalhães Barata nas páginas da “*FOLHA*”, onde, a partir de então, começaria o pleito entre a liberdade de expressão e o regime Barata.

A seguir destacamos um pequeno trecho da crítica para entendermos de que forma Paulo Maranhão se pronunciou contra a atitude punitiva de Magalhães Barata:

Tem causado a pior impressão o ato do Sr. Interventor, mandando que cada chefe de repartição apure, pelo exame dos títulos eleitorais, se os respectivos funcionários votaram ou não no pleito de 3 de maio. Pretende o Sr. Interventor, continuando a série de atos condenáveis de sua administração, que já deviam ter tido um termo, refletindo a tendência geral da nação, que é querer a lei e não o arbítrio, e de alguns dos quais S. Exa., já tem feito ‘amende honorable’, punir com a suspensão ou a privação de vencimentos ao servidor do Estado que por qualquer circunstância, não foi às urnas (FOLHA DO NORTE, 4/05/1933, p.1)

Paulo Maranhão não se calou, mas pagou alto preço por seu comportamento a partir de sua expressão, a qual condenava a atitude do interventor. A Folha do Norte chegou às mãos de Magalhães Barata, que não gostando da declaração de Paulo Maranhão determinou que por 3 dias a “*FOLHA*” fosse proibida de circular (ROCQUE, 1999). Com efeito, o interventor deu início a seu primeiro ato de censura contra a Folha do Norte, entretanto, a censura imposta por Barata não se limitou apenas à repressão da “*FOLHA*”.

Registros encontrados na hemeroteca da Biblioteca Nacional nos dão indícios que a punição da Folha do Norte recaiu do mesmo modo sobre os titulares do referente Jornal, uma vez que estes foram impedidos, a mandato de Barata, de entrarem em repartições públicas e estaduais. Sobre este caso, trazemos a referente notícia encontrada no Jornal carioca “O PAIZ” sobre o título de “liberdade de imprensa⁴⁵”, que reportava:

O Sr. Magalhães Barata, que se vem notabilizando pelas frequentes tropelias que comete no exercício da função de interventor paraense, acaba de proibir a entrada, nas repartições estaduais e municipais de todos os representantes da “Folha do Norte”, um dos jornais de maior tradição na zona septentrional do país (O PAIZ, 08/05/1934, p.3).

⁴⁵ Conforme é possível verificar no “Anexo J” deste trabalho.

Após o acontecimento de proibição de acesso às repartições estaduais, Paulo Maranhão, que foi em viagem ao Rio de Janeiro, foi proibido de regressar a Belém, devido ao pedido que Barata, que na dada época já era vencedor da constituinte, fez ao ministro da justiça. A “*FOLHA*”, mais uma vez, foi apreendida e proibida de circular e só poderia voltar às ruas se retirasse do cabeçalho do Jornal o nome de Paulo Maranhão, o que de fato aconteceu, dando ao filho de Paulo Maranhão, Clóvis Maranhão, a responsabilidade de dirigir o Jornal (ROCQUE, 1999).

De fato, a proibição do retorno de Paulo Maranhão foi noticiada no Jornal “O PAIZ” que, consecutivamente, retratava o caso através de frases e título irônicos contra as atitudes do interventor. Uma frase pequena e que nos chama atenção para a atitude do interventor Barata foi de autoria de Mozart Lago, em que o referente Jornal proferia sendo deputado do norte, a qual dizia: “Este Barata está nos saindo caro...” (O PAIZ, 23/06/1934, p. 1). Mas foi na notícia “no barbeiro da baratolândia”, em que se afirmava: “há, dias, querendo o Sr. Paulo Maranhão voltar ao seu Estado, foi a isso impedido pela polícia” (O PAIZ, 28/06/1934, p. 3), que o referente Jornal tecia críticas diretas ao interventor, alegando que a polícia agiu a pedido do interventor Paraense e afirmava a censura prévia que a “*FOLHA*” estava vivenciando.

Por meio da respectiva notícia, o Jornal “O PAIZ” discorreu:

Esse major Barata... E que diante da censura prévia que o major estabeleceu a Folha do Norte, jornal independente, resolveu silenciar os atos do governo de Baratolândia. Mas, o major, que não admite que se fale mal, não permite tampouco que não se fale nada. O silêncio que ele considera de ouro, o incomoda muito mais (O PAIZ, 28/06/1934, p.3).

Notamos que a notícia alegava diretamente a censura procedida por Magalhães Barata, onde produzia a punição sobre quem ousasse ou cogitasse lançar o pensamento ou escritos contra o seu governo. Os conflitos, envolvendo o jornalista e o interventor, chegaram ao Presidente Getúlio Vargas por meio dos escritos de Paulo Maranhão, que emitiu um telegrama a Getúlio Vargas, denunciando as opressões de que estava sendo vítima.

A referida carta, que foi escrita e emitida em 1933, veio a público apenas em 1934, quando a “*FOLHA*” chegou a ser atacada novamente pelo poder Baratista. As denúncias publicadas no referido Jornal em 1934 revelavam o que foi dito a Vargas. A carta vinha estampada em primeira página e trazia longo texto, mas, pela extensa carta, destacamos apenas alguns trechos que registravam os seguintes dizeres:

Sr. Presidente. A simples leitura desse telegrama e a apreciação do seu conteúdo põem em relevo a intenção deliberada do interventor de impedir a circulação de um jornal independente, cujas predileções políticas são por outra corrente que não a do Partido do interventor [...] Houve, pois um atentado a liberdade de imprensa. O procedimento desse interventor contumaz em violências da mesma natureza dispensa comentários (FOLHA DO NORTE, 06/10/1934, p.1)

Notamos que Paulo Maranhão demonstrou claramente a presença da repreensão que foi acometido. Assim, é interessante ressaltar que a censura veio acometida por meio da violência como forma de intimidar, o que, para a visão do poder, não deveria ser feito. Situamos em Arendt (2009) que a violência é o pré-requisito do poder, pois, ao analisarmos a palavra “atentada”, similarmente reportarmos como forma de combater aqueles que buscam a liberdade de transcrever seus pensamentos e críticas contra um governo opressivo.

Os indícios e pistas encontrados no Jornal Correio de São Paulo mostram que a carta emitida a Getúlio Vargas trouxe resultados benevolentes para o jornalista, uma vez que Paulo Maranhão conseguiu voltar à capital Paraense gozando de sua liberdade. A seguir a notícia do seu regresso divulgada no jornal correio de São Paulo:

O ministro da justiça comunicou ao Sr. Paulo Maranhão diretor da “Folha do Norte”, de Belém, que poderá regressar ao Pará, onde lhe serão asseguradas todas as garantias de que precisa, para se manter, naquele Estado (CORREIO DE S. PAULO, 30/06/1934, p.1).

Por conseguinte, com a sua volta à Capital Paraense, os ânimos não voltaram sobre o viés da tranquilidade, de maneira que no ano de 1934 marcaria os extremismos das opressões, violência e censura que se estabeleceu no cotidiano daqueles que se opusessem a política Baratista. Com a sua volta à Capital paraense, Paulo Maranhão não se calou e continuou pagando o preço pelos seus dizeres. Ocasionalmente consequências sérias para a sua pessoa quanto para a sua propriedade, no caso o Jornal Folha do Norte. Uma das implicações foi o seu mandato de prisão e o ataque ao prédio da Folha do Norte, procedido de sua interdição. Ambas as ocasiões ocorreram no dia 22 de setembro de 1934.

Registros encontrados na hemeroteca da Biblioteca Nacional retratam o acontecimento que ocorreu ao prédio da Folha do Norte. O episódio que resultou em ataque violento, munido por armas como verdadeiro símbolo da violência, o qual balas de fuzis marcaram as paredes do prédio do jornal. O jornal carioca “O PAIZ” retratou em suas páginas, na coluna “actualidade política”, o ocorrido, por meio de correspondência que se emitiu da capital Paraense.

A notícia vinha antecedida com as siglas A.B, que dizia:

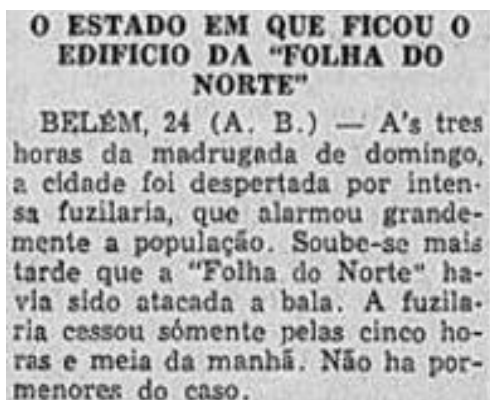
Às três horas da madrugada de domingo, a cidade foi despertada por intensa fuzilaria, alarmou grandemente a população. Soube-se mais tarde que a “folha do norte” havia sido atacada [...] ontem de manhã, estivemos no local. As paredes do edifício estão cobertas de balas (O PAIZ, 25/07/1934, p.4).

Vale ressaltar que a prisão e a revolta Baratista se deflagraram por motivos desmoralizantes para com o jornalista Paulo Maranhão, uma vez que o jornalista foi acusado de assassinar o aliado de Barata o candidato a Deputado Estadual, José Avelino. O policial que efetuou a prisão do jornalista, Poty Fernandes, em entrevista concedida a ROCQUE (1999) perguntou “Mas por que, se o velho Maranhão não estava no lugar do crime e não havia contra ele qualquer relação com a tragédia em que sucumbira José Avelino?” Poty revela: “Por nada. Não havia acusação nenhuma. Foi apenas para tentar desmoralizá-lo [...] Ele foi colocado em uma cela especial, nos altos da central” (ROCQUE, 1999, p. 262).

Em meio a esta resposta notamos uma realidade de poder extremista, carregada de punições e animosidades e por que não, constrangimentos, passados pelo jornalista Paulo Maranhão em sua propriedade a “*FOLHA*”, onde nos remete a uma prática que Arendt (1985) conceitua como “violência”, atitudes extremas que o poder adota para fazer calar aquilo que incomoda. Sobre o conceito de violência a autora descreve que “o poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos [...] a violência aparece onde o poder esteja em perigo [...]” (idem, p. 3), o que nos sugerem as perseguições de poder sobre o que ocorreu com o então jornalista, que expressava as realidades opostas do poder Baratista, longe da figura popular de Barata.

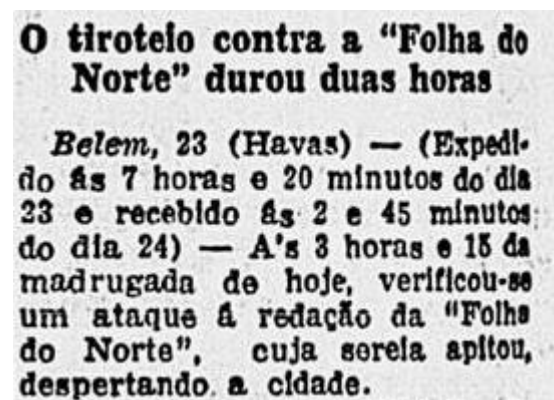
Alguns jornais de diferentes regiões do território nacional informaram o ocorrido de atentado a Folha do Norte:

Figura 16- Jornal *O Paiz* 25/09/1934



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Figura 17- Correio da Manhã 25/09/1934



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Após o acontecimento de sua prisão e ataque a sua propriedade, Paulo Maranhão recebeu o “*habeas corpus*” após três dias de sua prisão e soube que a folha do norte poderia voltar a circular livremente sobre o mandado de segurança (ROCQUE, 1999), mas, com a sua livre circulação, a Folha do Norte em suas páginas chamou a atenção para um caso de autoridades policiais estarem fiscalizando seus exemplares, de forma que veio a público informar aos leitores a censura que estava vivenciando:

A despeito de ter o Tribunal Eleitoral concedido á FOLHA DO NORTE um mandado de segurança para que ela pudesse livremente circular, continuamos diariamente sob o exame de censura policial [...] de modo que o nosso mandado de segurança e quase um mandado de insegurança, pelo modo por que a autoridade do Estado do Pará o está cumprindo, exercendo sobre o jornal a censura draconiana como se estivéssemos em pleno regimento arbítrio (FOLHA DO NORTE, 06/10/1934, p.1).

A censura policial que a “*FOLHA*” cita se refere à forma que o jornal estaria sendo analisado por autoridades policiais, no caso, o delegado Pedro Guabiraba, em que a “*FOLHA*” descreve que o referente, consecutivamente, lia os exemplares e levava ao chefe policial para análise, para que depois permitisse sua circulação. Esta atitude foi descrita regularmente nas páginas da Folha do Norte. Em meio à declaração de censura policial, trazemos a seguinte explanação da “*FOLHA*” sobre o porquê de estar afirmando a censura policial que estava vivendo, de acordo com o fato:

Como sucedera anteontem, o Sr. Pedro Guabiraba, 1º delegado, veio ontem, às 5:12 da manhã, de automóvel, á porta do nosso edifício e mandou pedir ao serviço de impressão um exemplar, que lhe foi remetido. Passou-lhe uma vista, no automóvel mesmo, e depois partiu não sabemos para onde, voltando algum tempo depois, com a ordem de que podia circular!E só então pode a machina imprimir a edição.

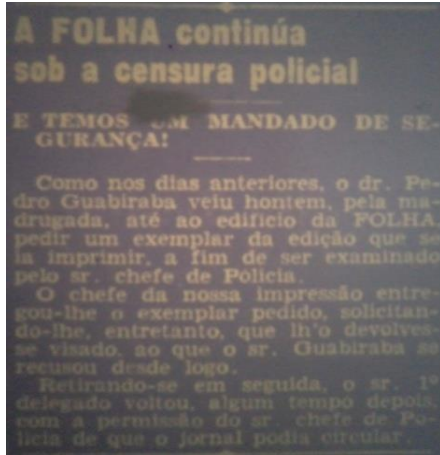
Curiosamente, a “*FOLHA*”, mesmo estando sobre o mandado de segurança para poder circular, ainda notava que chefes policiais possuíam o hábito de averiguar seus exemplares, acontecimento que a “*FOLHA*” não deixou de emitir e comunicar aos seus leitores a censura policial que estava sofrendo. A cada vigilância, a “*FOLHA*” retratava, onde vemos: “como nos dias anteriores, o dr. Pedro Guabiraba veio ontem pela madrugada, até o edifício da “*FOLHA*” pedir um exemplar da edição que se ia imprimir, a fim de ser examinado pelo sr. Chefe de Polícia” (FOLHA DO NORTE, 07/10/1934, p. 1).

Presumimos que este método de vigilância adotado pela polícia contra a Folha do Norte cabia mais como um ato de aterrorizar os redatores do jornal, a fim de emanar uma mensagem de intimidação, no vulgo popular o “estamos de olho” sobre o que os redatores

publicam.

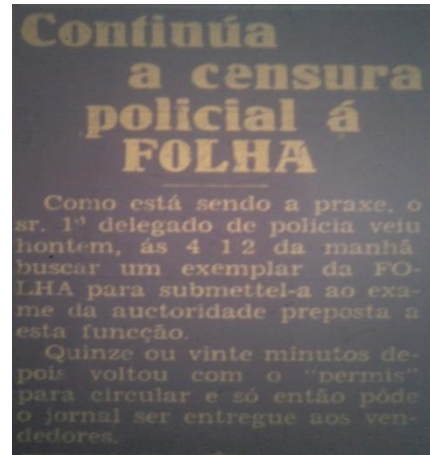
A seguir, trazemos as notícias de censura policial publicadas nas páginas do Jornal Folha do norte.

Figura 18 - Folha do Norte, 07/10/ 1934



Fonte: Dados da pesquisa 2016

Figura 19- Folha do norte 09/10/1934



Fonte: Dados da pesquisa 2016

Fato curioso observado nas páginas do referente jornal é que mesmo sabendo da vigilância policial na qual estava vivenciando, a “*FOLHA*” não deixou de expor as críticas de Paulo Maranhão ou críticas de correspondentes de diferentes jornais do território brasileiro, que criticavam o atentado que a folha do norte sofreu⁴⁶. No primeiro exemplo, conforme a **Figura 16**, vemos que a “*FOLHA*” retrata a censura policial, mas logo abaixo exclama em tom de oposição e de alerta, sugerindo um cunho irônico contra seus censores pela expressão ‘temos mandado de segurança’.

Assim, nos propõe a pensar que a folha do norte não estava se atemorizando com as vigilâncias policíacas. Em mais um exemplo de não se atemorizar trazemos uma notícia que a “*FOLHA*” publicou em suas páginas de autoria de Polycarpo Sereno, do jornal carioca “*A vanguarda*”, onde criticava a permanência de Barata na interventoria Paraense, em que dizia: “do porco sai às linguças, sai o lixo dos quintais, dos monturos o mau cheiro, só tu barata não sais!...” (FOLHA DO NORTE, 06/10/1934, p. 1). As críticas de correspondentes eram diretas e audaciosas para com a figura de Magalhães Barata, de fato que nas análises feitas nas páginas da “*FOLHA*”, após o episódio de prisão e o ataque sofrido, vemos que o ano de 1934 ficou registrado como um dos mais combatentes por meio da escrita contra o poder Baratista.

Em virtude disso a “*FOLHA*”, diariamente publicava telegramas de cunho de solidariedade, apoio e pesar que foram enviados a Paulo Maranhão pelo ocorrido daquele 22

⁴⁶ Conforme é possível verificar no “Anexo K” deste trabalho

de setembro, como o de autoria de José Ribeiro, que sugeria que estava falando de Barata como o inimigo de perseguição, em que dizia: “[...] Estou hoje mais que do que nunca aliado aos heróicos companheiros, na luta contra o inimigo comum e perseguidor contumaz”. (FOLHA DO NORTE, 07/10/1934, p. 1). Um dos telegramas que chamou atenção e que foi publicado na primeira página da Folha do Norte foi de autoria de João Malato, retratando uma forma como o poder Baratista se posicionava, atentamos assim:

Nestes quatro anos no Pará tem se visto tudo: menos ordem, menos paz, menos decoro, menos sinceridade e menos critério! O que se tem visto é um governo que mente por qualquer motivo, e se desmanda sem razão nenhuma. E prega a desordem a todos os instaurados e assegura a impunidade a todos os seus fâmulos (FOLHA DO NORTE, 13/10/1934).

Além de seu sangue oposicionista, Paulo Maranhão também possuía o sarcasmo infiltrado em suas letras. Suas colunas de notícias mostravam a crítica de forma camuflada, mas que davam a entender que estavam remetendo para a figura de Barata, pois, a “*FOLHA*”, de maneira consecutiva noticiava assuntos que aparentemente poderiam ser notícias de cunho leviano ou apenas uma notícia de questão informativa, que não interessaria a todos os leitores, mas que analisadas em suas entrelinhas despertavam indícios de árduas críticas para a figura do interventor do Pará.

Como exemplo, trazemos uma notícia estampada na coluna de “Serviço telegraphico” que nos mostra uma das maneiras que o Jornal tecia, por meio de “historinhas” contra Magalhães Barata:

Certo cidadão do Pará que ali granjeou atentada fortuna no comercio e hoje vive retirado em Portugal doou ao hospital Beneficente portuguesa mais de 500 contos de réis em prédios naquela capital e em Manaus. Como compensação o doador pede apenas duas coisas, pequenas: a primeira, que a Beneficente portuguesa lhe reserve um quarto do mais modesto na previsão, talvez, de que o generoso cavalheiro volte para lá, adoença e não encontre um leito, admitida. A segunda coisa é que deveras tem seu sabor: pede ele á Beneficente Portuguesa que enquanto viver esteja onde estiver lhe remeta pontualmente a FOLHA DO NORTE, jornal de sua predileção. Eis um pequeno Mecenaz da imprensa um homem que tem predileção por um jornal e a confessa. Não há duvidas: **esse dadivoso cavalheiro poderia ser tudo no Brasil, menos interventor Federal – Isto não!** (FOLHA DO NORTE, 07/10/1934, p. 3, grifo nosso).

A forma como a Folha do Norte posicionava-se contra o interventor, de maneira indireta e até mesmo sarcástica, resultava de repulsa contra o poder centralizador e ditatorial que Magalhães Barata travou contra Paulo Maranhão e sua propriedade. Algumas indiretas vinham na capa de forma bem evidenciada em letras garrafais, que nos sugerem chamar a

atenção do leitor. Destacamos a seguinte encontrada: “quando o governo impede ou tenta impedir a crítica da imprensa livre é porque tem medo da luz e da verdade” (FOLHA DO NORTE, 09/10/1934, p. 1).

Analisamos que Paulo Maranhão usou da pouca liberdade de expressão que possuía para criticar, mesmo que camufladamente, o poder instaurado. É uma situação que lembra ao que Hanna Arendt revelou que “o maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e a maneira mais segura de solapá-la é a chacota” (ARENDR, 1985, p. 28). Ainda, podemos referir as atitudes de Paulo Maranhão, que havia criado toda sua animosidade contra o interventor, mas que suas únicas “armas” se constituíam em menosprezar por meios de algumas de suas informações jornalísticas através da palavra escrita.

Após as divergências ocasionadas, o ano de 1935 ficou marcado pelas eleições de abril da Constituinte paraense que consistia “além de elaborar a Constituição estadual, tinha a atribuição de eleger o governador constitucional do estado e dois senadores” (ABREU, 2015, p. 74) para disputar a eleição os partidos que se filiaram ao partido liberal, que nomeou Magalhães Barata para disputar com a oposição de Abel Chermont do partido frente única paraense.

Contudo, na madrugada do dia 4 de abril, o partido liberal “perde” 7 dos seus deputados, que desistindo de apoiar a candidatura de Barata, passaram a apoiar a frente única paraense (ROCQUE, p. 281). O que significou grande ameaça para o partido liberal, que agora, encontrava-se diminuído em números comparado com o apoio que estavam com a frente única paraense. Vale ressaltar que os deputados que desistiram de apoiar o partido liberal foram proibidos de entrar na Assembleia, mas logo solicitaram *habeas corpus* para que pudessem exercer seus direitos de votação.

Neste espaço de tempo, o presidente da Assembleia, Ápio Medrato, que também era do partido liberal, reuniu o plenário e convocou substitutos de forma que houvesse a eleição. “O Partido Liberal convocou os suplentes e, conseguindo o quorum necessário, instalou, à tarde, a Constituinte e elegeu Barata, dando-lhe imediatamente a posse” (ROCQUE, 1999, p. 282), o que não foi bem visto para a oposição, Frente única Paraense, que julgou o ato ilegal e assim convocou uma nova reunião na Assembleia para o dia 5.

O dia 5 de abril ficaria marcado como o dia fatídico em que o governo de Barata perderia seu posto. Uma vez que, os opositoristas da frente única estavam se dirigindo a Assembleia, amparados pela justiça contando com o presidente do Tribunal Eleitoral e o exército, conforme Rocque relata (1999, p. 282) logo foram impedidos por populares que “[...] tentaram impedir que continuassem a caminhar. E a violência campeou, com tiros,

correrias, agressões e tudo o de direito em tais ocasiões”. O acontecimento foi repercutido em muitos jornais brasileiros que relatavam sobre mortos e feridos ocasionado no confronto.

O Jornal *Correio paulistano* noticiou sobre o caso trazendo como título “o interventor Barata ensanguentou o Pará”, em que noticiava o estado que ficou a capital. “Telegrama de Belém anuncia que se produziu conflito defronte da Assembleia, quando os deputados oposicionistas para ali se dirigiam. Ficaram feridos 5 constituintes da oposição, Mac Dowell, Abelardo Conduru e Sousa Castro” (CORREIO PAULISTA, 06/05/1935, p. 1).

Após o evento conflituoso, Getúlio Vargas, sabendo do ocorrido, interveio para que os partidos envolvidos, Partido Liberal e Frente única, entrassem em acordo para uma terceira escolha de interventor que viesse a assumir o governo do Pará. O que resultou na nomeação, em 28 de abril, de Carneiro da Gama Malcher, como novo interventor paraense.

Após a saída de Barata, a “*FOLHA*”, agora livre do poder Baratista informou em suas páginas a censura que sofrera quando o ex-interventor estava no poder. Na coluna “Factos contra a palavra”⁴⁷ as letras em maiúsculo chamavam a atenção para a notícia que afirmava, “O Sr Barata, quando interventor, suspendeu a circulação, impôs severa censura e confiscou jornais - Desacatou, prendeu e deportou jornalistas – Um mau quarto de hora para a imprensa Paraense” (FOLHA DO NORTE, 01/10/1935, p. 3).

Magalhães Barata, agora ex-interventor, partiu para o Rio de Janeiro no dia 14 de novembro de 1935, notícia que foi vinculada no Jornal Folha do Norte intitulada de “adeus, Major!”⁴⁸ Em tons de ironia “o adeus” se referia à Barata como o ditador orgulhoso, que agora viu sua autoridade se perdendo pelas consequências de um governo abusivo de poder. Analisamos a notícia de cunho sarcástico:

Partiu ontem, Era como um rochedo. Julgava-se o Pão de açúcar da imobilidade. Daqui não sairia. Só morto. E aos pedaços. Mas lá vai rolando sobre o cabeço das salsas ondas. Manda quem pode, obedece quem tem serve. É a regra da vida. E o recalcitrante, depois de ter esgotado a paciência de seus superiores, solicitando, exonerando, deprecando, arrumou a mala e foi-se (FOLHA DO NORTE, 15/11/1935, p. 1).

Barata acabou partindo para o Rio de Janeiro, deixando a cidade no dia 14 de novembro e assumindo a interventoria José Carneiro da Gama Malcher, este por nomeação de Getúlio Vargas. O então novo interventor se estabeleceu no governo de 1935 a 1943⁴⁹, mantendo-se neutro no poder. A Folha do Norte noticiava seus fazeres na capital e suas

⁴⁷ Conforme é possível verificar no “Anexo L” deste trabalho

⁴⁸ Conforme é possível verificar no “Anexo M” deste trabalho

⁴⁹ José Malcher foi nomeado, por Vargas, para assumir a Presidência do Banco de crédito da Borracha.

viagens pelo interior do estado Paraense. Entretanto, com a ascensão da segunda guerra mundial na década de 40, Getúlio Vargas nomeou novamente Magalhães Barata para a interventoria Paraense:

Esse retorno imprevisto teve uma cogitação plausível: vivia-se em plena segunda guerra mundial e o Pará fazia fronteira com Guiana Francesa. E a França estava em poder da Alemanha de Hitler. Se fosse colocado em execução um possível projeto de invasão à Guiana, por pressão dos aliados, Vargas precisaria ter, na Interventoria do Pará, um homem forte e militar (ROCQUE, 1999, p.401).

Magalhães Barata, com a volta ao Estado paraense, buscou deixar os conflitos de lado e se concentrar na sua missão de interventoria. As páginas da Folha do Norte, por sua vez, estavam focadas em informar acontecimentos sobre a guerra que acometia a Europa. Pouco eram noticiados atos do interventor, as notícias que surgiam eram apenas noticiando suas viagens ao interior do Estado.

Indícios apontam que devido à implantação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a Folha do Norte mantinha-se neutra devido ao que este departamento analisava, as informações circulares de todo o território Brasileiro. Os jornais, por sua vez, não podiam mais confrontar com as autoridades relacionadas com o Estado Novo, caso contrário seus negócios estariam comprometidos⁵⁰:

Era um alto negócio para os donos de jornais não protestar contra a censura e todas as outras limitações impostas pelo regime. Os jornais mantinham a qualidade, os diretores podiam pagar menos aos repórteres, as vendas permaneciam altas e não havia conflito com o governo (BARBOSA, 2007, p.103).

Em análise às páginas do Jornal Folha do Norte, percebe-se que até o fim do Estado Novo, em 1945, o referente jornal não noticiou mais informações que confrontassem atitudes Baratistas, apenas feitos do interventor Barata e atitudes de Getúlio Vargas sobre a guerra. O jornal que na década de 30 lutou contra a censura se calou dessa vez por força maior, agora imposta pelo DIP.

⁵⁰ Conforme é possível verificar no “Anexo N” deste trabalho

5 APORTES SOBRE A CENSURA

Segundo os estudos de Menezes (2005), a censura surgiu no regime republicano na Roma antiga, intitulada como uma profissão de “censor”. Para o autor, as funções dos censores consistiam em revisar a lista de políticos, controlar contratos e fiscalizar a vida dos cidadãos romanos em nome dos bons costumes na sociedade romana, de forma que o termo “censura” originou da palavra em latim *censere*, que significa avaliar ou estimar (OPPENHEIM; SMITH, 2004, p. 160).

O significado da palavra censura requer cuidado quando interpretada, pois avaliar e estimar não correspondem em todos os casos o percurso de censura. O significado da atinente palavra transcorre para a prática da censura quando influi em vetar a autonomia sobre as escolhas de terceiros, em relação ao que lê, pensa, expressa e questiona, infringindo, desta forma, contra a liberdade intelectual⁵¹.

É justamente neste contexto que a censura se faz presente, quando diferentes atuantes seja “um governo, organização grupo ou indivíduo” julga de maneira subjetiva o que considera bom ou ruim para um todo, conforme Vergueiro (1987, p. 24). Entre estes julgamentos pessoais, estão em querer “evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública” (*Idem*). Ocorre, desta forma, a censura quando um indivíduo determina ou impõe para terceiros a sua subjetividade de ações, como forma de controlar o pensar e agir de outrem. Sobre isto, remetemos ao que Rabaça e Barbosa (1995) definem sobre o que venha a ser a censura, no qual se procede como:

Ação de proibir, no todo ou em parte, uma publicação ou representação. Supressão deliberada de determinado material de comunicação, do fluxo normal de informação, de forma a influir na opinião e na ação do público ao qual se dirige a mensagem. Política de restrição da expressão pública de idéias, opiniões, sentimentos e impulsos que têm, ou se supõe terem capacidade para abalar a autoridade do governo ou a ordem social e moral que esta mesma autoridade se considera disposta a proteger (RABAÇA; BARBOSA, 1995, p.120).

Isto mostra que a prática da censura ocorre pelos diversos motivos, seja por causa de crença em julgar que algo contraria determinada divindade ou por interesse do próprio “eu” em achar que aquilo não é interessante, considerando que logo também não vai ser para

⁵¹ A liberdade intelectual consiste que todos os indivíduos tenham o direito de realizar suas crença e transmitir as suas idéias na forma que julguem adequadas, e no compromisso de ter direito de acesso irrestrito às informações e idéias, independentemente do meio de comunicação utilizado, o conteúdo da obra, e os pontos de vista tanto do autor ou receptor de informação (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2010, p.18).

terceiros. E até mesmo pelo “senso comum”, como o caso de considerar que determinada coisa fará mal a quem o ler.

Porquanto, Cain (2006, p. 7) adverte sobre as intenções que partem para a prática da censura, quando refuta que “não importa a quão bem-intencionada a razão, qualquer restrição à liberdade de expressão e o direito à informação constitui censura”. Podemos considerar o conceito do referente autor como algo estritamente válido ao lembrarmos das abordagens históricas estudadas nesta pesquisa, de opressores que buscaram por meio da aparência de boas intenções manterem a situação de ordem e moral de uma sociedade, mas que acabaram censurando e impedindo o discorrer de informações.

Neste contexto, trazemos a questão do *status quo*⁵², onde podemos relacionar aos interesses de quem ocasiona a censura e que consiste justamente em querer manter o mesmo estado de sempre, estado do que é apenas aceitável, tradicional, do que apenas faz parte do meio em que está, sem estar suscetível às novas expressões diferenciadas que surgem de ciência ou conhecimento, devido ao fator de querer “recria a verdade a seus moldes e segundo seus interesses e necessidades” (BERG, 2002, p. 54) e isto acaba fazendo parte de uma das vertentes da censura, de estar presa ao moralismo e a sua manutenção de imposição.

Ressaltamos que a censura é uma dominação do poder, deste modo ela está por trás dos bastidores, implícita e explicitamente na forma discursiva dos agentes. Moddy (2005, p. 138) ressalta que “algumas formas de censura são tão inconscientes que mesmo os indivíduos que as cometem não têm ideia de que eles são de fato censura”. Podemos considerar que em algumas situações ou ambientes, certos tipos de censura, devido a sua forma implícita e continuada de ocorrer acabam sendo vistas como natural por quem a pratica e que passa a não ser julgada como censura, devido a ser progressivamente continuada.

5.1 Entre as Várias Formas de Censura

Algumas formas de censura são pouco conhecidas, mas que possivelmente estão inseridas em ambientes e situações e que por vezes não são percebidas como censura. Quando as literaturas abordam sobre o assunto da censura é perceptível vermos conceitos objetivos sobre o referido assunto.

⁵² **statu quo ante** (lat.) – no estado anterior

status quo (lat.) – O estado em que se achava determinada questão ou situação (BRASIL. Tribunal de Justiça, 2005, p.130).

Porém, a censura também engloba em conceitos poucos debatidos em sociedade e nas literaturas. Desta maneira trazemos para melhor entendimento desta pesquisa, as formas que a censura se mostra, assim como trazemos seus enfoques para a prática biblioteconômica.

5.1.1 Censura Prévia

Trazemos em primeiro instante este tipo de censura, por estar associada às questões históricas abordadas nesta pesquisa. Percebemos que nos percursos históricos dos regimes totalitários mencionados no presente estudo, estes fizeram (ou almejavam fazer) da sua ideologia a suprema na sociedade em que governava.

De forma que para ocorrer seus objetivos centralizadores utilizavam por meio de documentos oficiais, imposições e vedações contra as formas, expressões que não fossem condizentes com o seu ideal de governo. “O conceito de censura prévia, a grosso modo, lida com restrições oficiais imposta a fala ou outras formas de expressão antes da publicação” (EMERSON, 1955, p. 648), como forma de “aviso”, daí o nome, prévia ou preventiva, em relação ao que não se podia finalizar sobre questão de gerar publicações que deturpem os interesses das autoridades.

Destarte, a censura prévia encontra-se inteiramente ligada aos interesses de controle ideológico, uma vez que este se perpetua em centralizar uma sociedade aos interesses do poder, de forma que “o controle ideológico compreende todas as formas utilizadas para que determinados indivíduos e grupos não tenham condições de perceber sua realidade e, assim, fiquem impedidos de formar sua própria opinião” (GARCIA, 2005, p. 53). Esse controle conta com a questão da manipulação, visando influir no pensamento e comportamento em favor dos interesses do poder.

Lembre-mos das doze teses e a lista de autores criada na Alemanha nazista, que não deixou de ser uma censura prévia devido a seus conteúdos proclamarem o arianismo e nomeações de autores que deveriam ser proibidos de ficarem em circulação. Assim como os decretos de Vargas que causaram proibições da livre de manifestações nos cinema, teatro, música e leitura, tudo isso correspondia a maneiras preventivas de não haver mais em circulação expressões que atentasse ao governo.

5.1.2 Censura Punitiva

Não podemos falar de censura prévia e não mencionar a punitiva, uma vez que este é o tipo de opressão que ocasiona a prática das ameaças. Nesta questão todo o indivíduo que professa uma crença, ideologia ou pensamento que vão contra o poder que os rege é cometido por perseguições.

Compreendemos que a censura punitiva advém desde os tempos históricos, quando pessoas eram torturadas, mortas devido à oposição em que se inseriam. Berg (2002, p. 39) relata a respeito da censura punitiva quando recorre que esta “[...] exila e mata. Como últimos recursos para calar o que incomoda”. Neste contexto, remetemos a censura punitiva para os acontecimentos históricos citados nesta pesquisa, quando autores, publicações e até mesmo leitores tiveram como resultado de sua “desobediência” consequências de ameaças e até mesmo de extermínio, de forma que ir contra a ideologia do poder dominante o sujeito era repulsado como potencial para ser perseguido.

Conforme Carneiro (2002, p. 22) enfatiza: “portanto todo intelectual que procurasse fazer a revolução através da palavra escrita, impressa ou falada, corria o risco de tornar-se um bandido, sendo apontado como um homem sem caráter e de maus sentimentos”. Em outras palavras, o sujeito torna-se marginalizado por aquilo que acreditava, e isto, em uma hierarquia centralizadora de poder, trás consequências negativas para quem se “rebela” contra os avisos prévios em que foram dados.

Todavia, nem toda censura punitiva é praticada com as mesmas características citadas por Berg (2002) (exila e mata), a punição também ocorre por formas aparentemente “sutis” e inofensivas, mas que se mostra através de animosidades ou exclusão contra o professor do outro. Originada a punição de exclusão, o que não deixa de ser uma forma de punir aquilo que incomoda. Nesse contexto, Foucault (1987) revela o “desaparecimento do suplício”, dando margem à existência da punição de maneira discreta, correspondendo a:

Punições menos diretamente físicas, uma certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso acaso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade (FOUCAULT, 1987, p.12).

A punição não se mostra isoladamente pelo viés de severo castigo onde os flagelos físicos são externados. A censura punitiva propende a se infiltrar em formas, meios e situações aparentemente “sutis”, mas que demonstram os indícios de punição contra outrem.

Como exemplo, destacamos as relações de censura com práticas punitivas e regimentares que permeiam a faculdade profissional do bibliotecário com os usuários, uma

vez que “de modo geral, as práticas punitivas se tornaram públicas. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (FOUCAULT, 1987, p. 16). E, desta forma, a ação do bibliotecário passou a constituir o “sistema das normas” sem haver uma ação para um diálogo mútuo. O “sistema das normas” condicionou os direitos dos usuários de se emanciparem e de tornarem livres de toda e qualquer ação punitiva e, desta forma, transgredir o sistema.

5.1.3 Autocensura/Censura interna

Nomeado por Medina (2002, p. 428) como “conservadorismo nas rotinas profissionais”, a autocensura parte diretamente do indivíduo que está se relacionando com um objeto ou situação que não o agrada e por esta sua subjetividade do “não gostar”, “não concordar” acaba cometendo a censura. A interpretação do que venha a ser a autocensura recai sobre o que Stiner (2004, p. 137) diz: “eu só estou preocupado em ver se uma coisa me serve e me satisfaz os sentidos”. O que, ao contrário, se não serve ou satisfaz, não pode ser exposto ou colocado em circulação, negligenciando, desta forma, a liberdade de expressão de terceiros.

Sobre este contexto, a autocensura propõe ser lembrada na prática bibliotecária, precisamente na seleção de materiais, quando o bibliotecário está em contato/domínio com os materiais que entram no acervo. A ação da autocensura neste processo pode ocorrer quando a subjetividade do bibliotecário interfere na rotina profissional de seleção, na forma que, utilizando de seus preceitos pessoais este profissional impeça ou dificulte a circulação de determinada obra na unidade de informação.

Nesta conjuntura, Cain (2006, p. 7) apresenta um exemplo para os bibliotecários sobre a prática da autocensura, na seleção de materiais: “quando deixamos de selecionar os itens que são pessoalmente repugnantes para nós mesmos, mas que são de interesse para os nossos usuários”. Mostrando desta forma a falta de imparcialidade no processo de seleção dos materiais e despertando o lado individualista do responsável pelo disseminar de uma informação, Asheim (1983, p. 180) assevera que existem diferenças entre ser um seletor e ser um censor de materiais:

O seletor: procura por valores, por virtudes, os pontos fortes que vai ofuscar acusações menores. O seletor diz: se há alguma coisa boa neste livro vamos tentar mantê-lo.

O censor: por outro lado, encontra razões para rejeitar o livro. Procuram características desagradáveis, fraquezas, possibilidades de erros de interpretação. O censor diz: se há alguma coisa ruim neste livro, vamos rejeitá-lo.

5.1.4 Censura Técnica

Abordada por Cain (2006, p. 7), esta forma de censura se mostra por vezes de forma implícita através de procedimentos da prática bibliotecária. Como ressalta que a censura na técnica das bibliotecas se mostra através de:

- a. **Etiquetagem:** O bibliotecário designa o que seja um material impróprio e o sinaliza como um referente. Rotulando as obras de maneiras subjetivas e prejudicial para que determinada obra não tenha notáveis buscas;
- b. **Restrição de acesso:** Fazer com que os usuários tenham dificuldades de acessar ou possuir uma obra. Ocorrendo desta forma o poder de dissuasão, de tal modo, fazendo as pessoas chegarem a desistir de consultar determinada obra devido aos obstáculos que foram colocados;
- c. **Expurgo:** Quando buscam eliminar uma obra seja ela em parte ou um todo. Esta prática também está presente de forma implícita por meio da obliteração, quando o bibliotecário “se faz esquecer” determinada obra para não ser tratada e inserida no acervo;

Os sistemas classificatórios CDD e CDU e os parâmetros de representação descritiva de informação como a indexação e a catalogação, são considerados uma das formas de organização e acesso aos acervos das bibliotecas. Embora, situamos que procedem a um processo de censura técnica, uma vez que delimita “criar uma roupagem”, uma configuração pragmática (engessada) do conhecimento em prol de normas e regras das quais restringe e limita os usuários dentro de uma “prisão” conceituada de um “sistema” regulatório.

5.1.5 Censura Burocrática

O sociólogo alemão Max Weber aborda traços característicos da burocracia em sua obra. O autor a caracteriza como um controle legal, exercido nas administrações para haver organização, confiabilidade de ações e registros através de regulamentações, formalidades e normatização. A teoria Weberiana defende que a burocracia “é assegurada por um sistema de normas” (WEBER, 1977, p. 38) e tem caráter “racional de regras, meios, fins e que os objetivos dominam sua posição” (WEBER, 1982, p. 282).

No entanto, quando normas e regras estão inseridas de maneira excessiva, a burocracia deixa de conter o princípio benévolo e tende a possuir caráter opressor e constrangedor por meio de empecilhos e dificuldades, que são colocados para pessoas que procuram ter acesso a determinados fatores. Maximiano (2004) aborda que o excesso de burocracia causa disfunções como o particularismo, satisfações de interesses pessoais, excesso de regras, hierarquias, individualismo e mecanicismo. Observamos assim que são características encontradas em regimes de poder, onde a centralização perpetua-se, fazendo com que indivíduos que estão abaixo de hierarquias obedeçam à imposição.

A burocracia, por ser encontrada nos ambientes institucionais está inserida em centros de documentações e bibliotecas e através das atividades desses ambientes que precisam de regulamentações. Conquanto, nestes processos oficiais em que o bibliotecário precisa se submeter, este profissional necessita estar atento em não estar utilizando de excesso de regras e normas para com os usuários.

Por fim, os espaços onde regulam a informação cedem às normas do controle burocrático, levando à ação dessas punições que deixa o usuário e o próprio bibliotecário “oprimidos” pela força do poder, uma vez que “administrar” surge com uma suprema virtude da burocracia e, por assim, sinônimo de vigiar e punir (TRAGTENBERG, 2004). Desta forma, contextualizamos a forma a burocracia em um contexto punitivo de atos desconexos em que é pregada no espaço da biblioteca, para que não venha intimidar usuários por meio das barreiras, dificuldades ou transtornos que foram inseridos por meio da burocracia para aqueles que almejam usufruir de um serviço da biblioteca.

6 CENSOR OU DISSEMINADOR?

Nas escolas de Biblioteconomia deparamo-nos com as frases “disseminar a informação” ou “disseminadores da informação” quando referidos sobre a conduta profissional do bibliotecário e as suas práticas nas bibliotecas e centros de documentação. Ao analisarmos o conceito de disseminar informação pressupomos:

Tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma instituição. A noção de disseminação é comumente interpretada como equivalente à de difusão, ou mesmo de divulgação (LARA; CONTIN, 2003, p. 26).

No entanto, consideramos partir para o seguinte julgamento: até que ponto podemos considerar que os bibliotecários são disseminadores da informação? Esse questionamento nos permeia a refletir, por meio da prática disseminadora dos bibliotecários, sobre a qual refere-se em sabermos sobre qual posição o bibliotecário ocupa quando exercita a prática de disseminação. Podemos considerá-lo um disseminador censor ou disseminador Emancipador?

Primeiramente fazemos menção ao profissional bibliotecário (disseminador emancipador), o qual busca disseminar a informação e fazer seu papel através de uma ação emancipatória. Em Adorno (2000, p. 169) “a emancipação busca superar as barreiras das desigualdades estruturais [...]”. No que se refere à disseminação emancipada, constituímos que ela vem sobre liberdade de transmitir o conhecimento, sempre visando à necessidade dos que buscam a informação, independente de credos e dos sistemas ideológicos, atendendo, desta forma, o coletivo. Desta forma, pomos em contexto o papel (social) das bibliotecas, as quais deveriam entrar como combatente dos obstáculos impostos pelos preconceitos, uma vez que o papel real das bibliotecas seria, conforme Milanesi (1986, p. 27), “[...] um antídoto ao dogmatismo na medida em que ela oferece informações sem censura”.

Por conseguinte, sabemos que a emancipação encontra barreiras e, sobre isto, Adorno (2000) postula: “um mundo que parece determinado a dirigí-lo” (Idem). Encontramos nesta menção do autor uma realidade que assola a prática profissional dos bibliotecários, que ecoa entre o disseminar emancipado e as barreiras nas quais são impostas.

Estes profissionais (bibliotecários) encontram-se sobre regras e normas, as quais acabam balizando e externando formas coercitivas para os que também buscam as informações nas unidades de informações (usuários). Segundo os indícios de Leitão (2011), o bibliotecário vive sobre um misto de ações da liberdade profissional combinada à

padronização técnica, onde refere que a liberdade informacional das bibliotecas acaba limitando-se nas barreiras dos sistemas que estão inseridas nas unidades de informação.

O agrupamento demasiado de regras, por exemplo, que embora faça parte do cotidiano institucional, quando inseridas no organismo biblioteca, torna-se uma das barreiras para que não ocorra a ação emancipada na disseminação.

“A regra é o prazer calculado da obstinação [...] ela permite reativar sem cessar o jogo da dominação; ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida” (FOUCAULT, 1984, p. 17). Faz com que os indivíduos que estão envolvidos nos mesmos ambientes em que a regra se encontra propendem a condicionar seu agir e, por conseguinte, o do próximo, ao que foi estabelecido e padronizado para seguir, de forma que as regras “são feitas para servir a isto ou àquilo” (Idem), um caso delicado do que venha a ser, pois onde permanece a servidão a liberdade encontra obstáculos para manifestar-se.

É interessante lembrarmos na história o que os regimes totalitários faziam da servidão como um objetivo a ser seguido, como forma de obediência ao poder. Caso contrário, punições seriam estabelecidas, acessos eram negados e liberdades eram ameaçadas. Com efeito, as informações em meio aos seus suportes foram umas das quais padeceram com os regimes e normas totalitárias, ao mesmo tempo como as bibliotecas que estavam condicionadas à regras, dominação e servidão para com os poderes. Nos indícios das pegadas do conhecimento hasteamos a considerar que a prática da censura pelo poder sobre o conhecimento ficou no passado, que foi apenas caso de governos extremistas em que os livros de história continuamente buscam transmitir.

Todavia, consideramos que as bibliotecas na contemporaneidade, embora não estejam mais sobre o domínio de governos ditatoriais e extremistas, suas ações ainda trazem vestígios de censura, uma vez que não estão livres de direções administrativas ou gestões centralizadas que ainda apresentam em suas raízes vestígios ditatórios. Pois, “mesmo que as relações autoritárias explícitas tenham diminuído, as relações de adaptação se fortaleceram de tal forma que a liberdade passou a ser confundida com a própria adaptação” (SCHÜTZ, 2012, p. 35).

A questão da adaptação é um problema a ser analisado, pois de geração em geração vão adaptando-se às normas e regras passando a aceitá-las, sem nem ao menos questioná-las. Equivale-se, dessa forma, com o *status quo*, no qual se apresenta como uma das características que fortalecem a censura, uma vez que “aqueles que apoiam a censura são motivados pela necessidade de proteger o status quo” (ALDEMODI, 2001, p. 22). Quer dizer,

permanecer o estado de sempre, sem mudanças, adaptando subordinadamente e aceitando como naturais, devido à tradição de práticas e regras que por vezes ainda condicionam indivíduos.

A adaptação subordinada às regras são relações de poder que aproximam das realidades do condicionamento que bibliotecários e usuários estão sujeitos a conviver no ambiente da biblioteca. De forma que o profissional bibliotecário, devido à questão de subordinação a diretores e gestores que ainda propendem ao condicionamento e a centralização, tendem a praticar o *status quo*, uma vez que as práticas tradicionalistas nas quais por anos foram utilizadas e direcionadas nas bibliotecas, estão propícias a percorrer o caminho de práticas diárias fundamentadas no cotidiano rotineiro das unidades de informações, atingindo até mesmo o exercício profissional dos bibliotecários.

Este profissional da informação, não tendo a reflexão, o questionamento sobre a emancipação e a democratização da informação, tende a não perceber práticas regimentares que ainda trazem vestígios ditatoriais, devido às tradições habituais instauradas nos ambientes em que trabalha. Essa é uma questão situacional em que pode se mostrar presente, devido a “não transformação”, ao que está alheia às mudanças. Assim sendo, limita e padroniza o agir:

É o poder, no que ele tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor [...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns seriam dotados: É o nome dado a uma situação estratégica numa sociedade determinada (FOUCAULT, 2011, p.102-103).

Alguns exemplos praticados e adotados em bibliotecas permeiam sobre uma estratégia, que embora tenham a função de ordem, acabam determinando e condicionando o acesso dos usuários as informações. Contudo, devido às tradições desses fazeres sobre determinadas regras, estas passam como naturais em muitos ambientes informacionais, mas que em suas práticas trazem vestígios de censura, como por exemplo:

Impedir o acesso de usuários aos acervos – (Para as chamadas bibliotecas com acervo fechado). Esta é uma das atitudes adotadas pelas bibliotecas, para evitar roubos de obras. Por conseguinte, situamos que esta atitude interfere na liberdade dos usuários circularem livremente entre as estantes, procurando e descobrindo conhecimentos. Almeida Junior (1996, p. 236) discorre que “a pior solução (se é que a podemos chamar assim) em relação ao roubo seja a proibição do acesso dos usuários ao acervo”. Uma vez que esta forma de proibir intervém no descobrimento do usuário sobre novas literaturas, assim como interfere em um entretenimento de alguém que busca desvendar os saberes.

Esta ação pode ser considerada como um caso de censura, uma vez onde há interferências de acesso a disseminação do conhecimento não é praticada livremente. “Os alunos são contra a censura porque restringe o seu acesso a materiais no qual, eles sentem que deveriam ter acesso **irrestrito**” (ALDEMODI, 2011, p. 22, grifo nosso). Uma reflexão no qual as bibliotecas devem analisar, porquanto sua dedicação para transmitir o conhecimento precisa ser ressignificado, pensando nas necessidades de diálogo cooperativo com os usuários que buscam o acesso ao invés de se ater ao apego do objeto livro. Sendo uma das críticas que Santos, *et al* (2013, p. 3) observam: “a mentalidade biblioteconômica ainda continua vastamente tecnicista e patrimonialista, padecendo de imperativas reflexões e avanços”. Com efeito, consideramos em tornar essa consciência (técnica) um campo emancipatório, onde o bibliotecário possa ultrapassar essas barreiras de transmitir o conhecimento e não retê-la em artifícios técnicos.

Quando punições são estabelecidas - nesse caso, o empréstimo de livros não pode ser efetuado quando usuários não fazem a devolução em determinada data, ocorrendo através disso, que estes fiquem impedidos de empréstimos, até que sua suspensão seja vencida. É uma situação que precisa da compreensão e sensibilidade dos bibliotecários para com os usuários, pois as ocasiões de atrasos não dependem apenas das pretensões dos usuários, mas também de motivos alheios as suas vontades como:

Condições socioeconômicas, geográficas, de saúde, fenômenos naturais como fortes chuvas e alagamentos, greves de transporte, feriados prolongados, a altura do período letivo em que se deu o atraso, dentre outras. (SANTOS et al, 2013, p.7).

Por conseguinte, em meio às respectivas ocasiões que o usuário necessita de um livro, mesmo estando afastado e recorra ao bibliotecário explicando à necessidade de determinado empréstimo, consideramos nesta ocasião que o profissional bibliotecário, por sua vez, não deverá restringir-se unicamente aos sistemas de afastamentos, correspondente aos mecanismos que as bibliotecas adotam. Porquanto “a relação biblioteca e usuário não pode limitar-se à simples prática mecânica de receber e emprestar documentos, punir os que não cumprem as regras ou prestar informações automáticas” (SANTOS, *et al*, 2013, p. 4), pois, agindo assim, estar brindando e limitando a biblioteca como um organismo dogmático e estático no âmbito servil.

Com efeito, situamos que essas ações sejam as mesmas características usadas pelos poderes ditatoriais, as bibliotecas ainda caem na questão do punir como forma de ensinamento. Souza (1996, p. 244) conceitua “[...] que esse ‘pedagogismo’ é o mesmo que sempre foi utilizado pelos donos do poder [...] E, segundo tal perspectiva, quanto mais cara ou

mais dolorosa for esta punição, tanto maior será sua eficácia”. A questão que nos permeia é se de fato: a punição é a melhor solução?

As bibliotecas necessitam tomar posição a esta questão, pois na situação de afastamento na qual o usuário se encontra, o bibliotecário necessita criar o diálogo com o usuário de forma educacional e emancipatória, esclarecendo a importância e necessidade dos livros para outros, contudo, não deixando os usuários ficarem sem os livros que procuram.

O fato de envolver punição, ao determinar o dogmatismo que cerca a idéia, deveria determinar também o questionamento sobre sua eficácia social, sobre seu valor formativo (pedagógico) dentro de uma instituição modeladora de personalidade profissional e não expor tão exageradamente sua intenção implícita de excluir pessoas. (SOUZA, 1996, p.244)

Souza (1996) retrata que as punições que estão inseridas nas bibliotecas não precisam ser como uma finalidade, mas sim como um caso que o bibliotecário deveria utilizar da sua competência informacional para instruir os usuários. Almeida Junior (1996) defende que as campanhas educativas, normalmente realizadas nas bibliotecas, podem amenizar o problema, pois, agindo punitivamente, este organismo mesmo que indiretamente afasta o usuário da biblioteca e a estereotipa como um organismo condicionado.

Quando o acesso informacional é excessivamente burocrático - as chamadas “papeladas” onde os usuários precisam se submeter. O aglomerado excessivo de comprovantes para cadastros, autorizações de entrave burocrático, que por fim os usuários precisam se sujeitar para ter acesso a acervos, especialmente aos acervos raros e até mesmo as condições de autorização ao acesso da internet nas bibliotecas, são fatores que prendem os usuários a um âmbito servil e burocratizam os serviços.

Araujo e Vergueiro (2013, p. 37) afirmam que “a imagem da biblioteca ainda é marcada pela invisibilidade social [...] bem como pela imagem pejorativa de local paupérrimo e burocratizado”. Um pesar de comportamento que as bibliotecas ainda estão sujeitas, tendo em vista que este comportamento, praticado de forma excessiva, tende a dificultar ao invés de organizar e regulamentar.

Bundy e Wasserman (1968) retratam que a burocracia nas bibliotecas por vezes tem resultados oposto aos os objetivos de regulamentações, uma vez que este comportamento adotado de forma extrema propõe afastar os usuários que buscam e necessitam de uma informação rápida.

Estruturas burocráticas claramente impõem restrições. Mas estas tendências que são contrariamente às exigências profissionais são processos não necessariamente

irreversíveis ou barreiras intransponíveis. Mesmo assim, os bibliotecários continuam a tolerar e perpetuar em suas condições de prática que deixam a desejar do ideal profissional (BUNDY; WASSERMAN, 1968, p.16).

Os referentes autores abordam que a burocracia não faz parte do papel do bibliotecário. Pois, a função do bibliotecário é tornar o conhecimento mais democrático aproximando do social, deste modo consideramos que nessa ação o bibliotecário cumpre seu juramento, em que é fundamentada na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana. Desta forma, consideramos que a burocracia existe e é imposta nos organismos institucionais, mas, existe a possibilidade de reagir para que suas unidades de informações ultrapassem a barreiras burocráticas, e que não seja corrompida por trâmites coercitivos, que por vezes afastam o público das bibliotecas.

Contudo, como já analisadas, estas são regras clássicas encontradas em algumas bibliotecas, que devido ao cotidiano de suas práticas, ainda são vistas como adequadas nas unidades informacionais. Como salientado, essas regras adotadas chegam a não ser percebidas pelos novos profissionais que alcançam o exercício profissional, mas, aqueles que percebem e se matem neutros, aceitando e adaptando-se indiretamente coadunam com a conservação do *status quo* e, conseqüentemente, na manutenção para o poder continuar se estabelecendo em regras que determinem a liberdade e infrinjam no direito informacional.

De forma que:

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome (ARENDETT, 1985, p.27).

Por meio disso, as bibliotecas que propendem a estabelecer aglomerados de regras e critérios, sem ao menos refletirem e buscarem soluções para melhor aplicabilidade delas inclinam-se ao condicionamento do acesso à informação. Porquanto, em uma biblioteca onde os usuários devam seguir regras, onde mais parecem em querer reter informações, para que então possa ter acesso às informações, este organismo informacional não desempenha seu papel com base na liberdade e no direito à informação. Pelo contrário, desperta seu papel de organismo condicionado e contrário do que realmente deveria ser o papel de biblioteca. Neste ponto o “devir-biblioteca” recorre de forma contemplativa sobre “um conjunto de discursos, é como se ela fosse milhares de aulas impressas, das quais os alunos aproximam-se sem imposições e bloqueios” (MILANESI, 1986, p. 27).

Dessa forma, contextualizamos que o disseminador mesmo estando sobre um sistema de regras deve empenhar-se para que o lado humanístico do direito e a democratização da informação não encontrem nas regras e sistemas barreiras que venham impedir ao acesso do conhecimento. Diferentemente do censor, que se mantém alheio, estático às regras estabelecidas como um costume que “precisa” ser seguido. Contudo, não limitamos o acesso ao conhecimento e o fazer de “ser” disseminador pelos serviços que tem por finalidade organizar os suportes informacionais nas bibliotecas.

Uma vez que:

Não basta simplesmente colocar a informação ou o conhecimento à disposição do público, obedecendo a especificações técnicas ou concepções generalizantes. É preciso considerar expectativas, contribuições e o conjunto de interesses de todos os integrantes do processo comunicativo, criando um espaço relevante para que os sujeitos atuem efetivamente na construção social e na transformação de sua realidade (LEITE, 1996, p. 66).

Buscar saber a necessidade informacional e se colocando no lugar de outrem que precisa de uma informação é uma das características disseminadoras que os bibliotecários precisam atingir nas bibliotecas, exercitando para que o lado humanístico seja alcançado, conforme juramentado na resolução nº 6, de 13 de julho de 1966 que dispõe “[...] na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”, propiciando a liberdade nos ambientes informacionais.

Por fim, consideramos que ser um disseminador de informação recai na prática daquele que busca democratizar a informação nas bibliotecas, mas essa democratização não precisa ser condicionada aos sistemas coercitivos, e sim precisa fazer de sua ação uma contemplação.

6.1 Bibliotecário Progressista: para um novo papel social

Ao nos referimos sobre a ação dos bibliotecários, permeia a questão sobre o que fazer quando as pressões cotidianas são evidentes nos bastidores profissionais e hábitos convencionais? Trazemos o bibliotecário progressista, aquele que busca transpor as barreiras que as informações encontram, visando ativamente à liberdade e direito informacional nas bibliotecas, assim como pensando na dignidade humana de acesso ao conhecimento.

Em primeiro momento devemos compreender que o termo bibliotecário progressista (BP) é pouco citado na literatura brasileira de biblioteconomia, ao contrário da literatura internacional Biblioteconomia que muito se situa sobre o assunto e defende as práticas bibliotecárias pelas ações de progresso. Em primeira instância devemos entender que a

“Biblioteconomia progressista pode ser definida, sucintamente, como uma corrente de pensamento e ação que defende uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática” (CIVALLERO, 2013, p.158).

O comprometimento que nos refere sobre a Biblioteconomia progressista está vinculada em buscar transpor barreiras e práticas convencionais, como ainda limitam o saber e o acesso informacional, uma vez que o profissional bibliotecário que adquire o progresso ou possui a prática progressista está lutando em sua comunidade de usuários “de maneira crítica e responsável, com consciência emancipadora e vontade transformadora” (CIVALLERO, 2013, p. 158).

Esta razão progressista propicia combater os condicionamentos em que os bibliotecários ainda vivem em suas unidades de informação, onde a prática progressista procura fazer presente para que o bibliotecário se posicione na defesa da democratização da informação e do seu acesso, frente às circunstâncias, regimentares, que tendem a dominar as bibliotecas e condicionar a acesso ao conhecimento.

O bibliotecário progressista direciona suas práticas na contramão da censura, do retrocesso que busca se permear nas bibliotecas. Sua ação encontra-se em fazer “que as bibliotecas são, ou pode ser - ou deve ser - facilitadoras do "direito de saber" do público” (ROSENZWEIG, 2000, p. 30). Os usuários devem ser o foco de suas práticas profissionais, no que diz respeito em não apenas, executando exercícios profissionais para transmissão do conhecimento para o público, mas também lutando para que o direito de acesso e do uso informacional não seja limitado ou acomodado.

Em virtude disto, o bibliotecário progressista atua fora da zona de conforto, pois enquanto o retrocesso e seus indícios em relação às práticas, conforme julgado por Silva (1991, p. 99) fazem presentes como apenas “[...] reprodutoras cegas de normas e de sistemas fechados de consulta [...] desacostumados ao diálogo e tocadoras da mesmice”. O progressista, por sua vez, encontra-se na contramão desses fazeres, procurando dialogar, analisando criticamente posturas adotadas nas bibliotecas em que está inserido, buscando atuar em defesa de melhor prestação de serviços e do acesso ao conhecimento. Nesta questão, o bibliotecário progressista trabalha sobre:

Análise, questionamentos e avaliação contínua de afirmações que são aceitas como "verdadeiras". Apostando por uma profissão imaginativa, inconformista, sempre alerta e procurando a verdade. Uma profissão [...] não neutra e politicamente ativa. (CIVALLERO, 2013, p.158).

No viés progressista o bibliotecário busca analisar se determinadas atitudes tomadas estão trazendo resultados que afastam os usuários e estereotipa a biblioteca como organismo centralizado e condicionado, ou seja, o questionamento que este profissional busca fazer do organismo informacional em que está inserido.

As ações de um bibliotecário progressista estão voltadas para um comportamento que mostre as melhorias que a biblioteca possa tomar, tanto para o comportamento do bibliotecário, fazendo este habituar posições ativas, quanto para o público que frequenta, que se beneficia de um organismo informacional dinâmico e comprometido com o acesso do seu público as informações.

Entretanto, é interessante salientarmos que o progresso encontra barreiras devido às resistências pessoais de outrem, que devido a pensamento e ideias, de cunho de retrocesso ainda buscam colocar condicionamentos para seus “sucessores”. Entretanto, isto não se torna empecilho para defesa da prática progressista. Pois, nas reflexões históricas analisamos que o progresso de bibliotecas que estavam inseridas em sociedade e sistemas ditatórias não foram fácil, mas, isto não impediu que determinados bibliotecários não lutassem pelo conhecimento e seu acesso.

Lembremos-nos de Philipp Schaeffer, alemão que percorreu a contramão da ideologia nazista, a qual tentava conter o progresso do pluralismo das ciências, mas, mesmo em meio às imposições ditatoriais e limitações da sua época, Schaeffer defendeu o progresso das ciências pelo viés de sua biblioteca, de forma que não limitou o pluralismo do seu acervo. Este breve exemplo nos mostra como aqueles que possuem o estimo pela transmissão do conhecimento estão aptos a lutar para que o progresso seja feito.

Isto nos mostra que o progresso não deverá ser visto como algo romântico, que ocorre naturalmente, sem barreiras. Pelo contrário, o comprometimento progressista trava-se com lutas. Trazemos estas lutas para as bibliotecas e para o bibliotecário, que estando comprometido na liberdade científica e na dignidade humana estão no dever em lutar para a liberdade do acesso ao conhecimento nas suas unidades informacionais.

Isto posto, devemos ponderar que os progressos nas bibliotecas não estão limitados apenas nos objetos que esta adquire, nos computadores e nos sistemas modernos de “disseminar” informações nos acervos recheados de livros, uma vez que se isto ocorre isoladamente e não se vincula com as necessidades de seus usuários, com as suas liberdades informacionais, na busca de compreender seus usuários o progresso material adianta? Se os usuários estão limitados para acessar acervos, se não pode emprestar, pois, o sistema está fora

do “ar”, se punir ao invés de conscientizar, limita a entrada de obras e autores que não fazem parte de uma ideologia.

Questionamento feito por Guedes que indaga “que progresso é esse que aprisiona fingindo libertar, vicia prometendo emancipar, exclui alegando igualar, destrói quando deveria construir?” (GUEDES, 2011, p. 15). O progressista está além de normas e regras, sistemas fechados, em suas salas isoladas. Ele age de modo contrário, ele se envolve com o público, busca se colocar no lugar de quem busca as informações, age pelo viés da comunicação com os usuários da biblioteca. Seu exercício profissional está voltado para que o acesso ao conhecimento seja de maneira democrática e emancipadora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ser pesquisado sobre os indícios da censura na história dos regimes ditatoriais, a pesquisa considerou que esses regimes não se sentiram apenas ameaçados com inimigos de campo de batalha, tanques de guerra ou adversários políticos. A guerra, a luta e dominação percorreram também contra o saber e o conhecimento, através de estratégias de controle que originaram em ações de censura informacional. Os registros históricos mostraram informações da frieza, da crueldade e da barbárie praticados por aqueles que por crença e ideologia extremas buscaram censurar informações que não correspondiam aos seus interesses.

Ao mesmo tempo em que analisamos os registros informacionais sendo perseguidos e vistos como o inimigo político, do outro percebemos que as informações também foram um dos métodos mais utilizados para manipular as mentes de uma determinada sociedade.

Assim, consideramos que a censura ocorria nos regimes pelo fato das informações geradas não estarem direcionadas para os interesses do poder. Exemplo visto no nazismo, que direcionou toda a sua educação para sua única ideologia, mas que exterminou conhecimentos que não compactuassem com o seu teor político. Assim como o Estado Novista, com a criação do INL, em querer livrar a sociedade dos “livros maus” e também a folha do norte motivo de perseguição por não se calar em meio às atitudes de Barata.

Chegamos às conclusões que a censura se mostra presente quando o interesse pessoal se torna abusivo. Percebemos que o egoísmo é uma das ações principais que resultam para a prática da censura, pois, procede em querer decidir o que outro deve ver, ler ou ouvir. Este egoísmo dominador foi encontrado em Joseph Goebbels, em Gustavo Capanema e Magalhães Barata e, respectivamente, nos regimes políticos que faziam parte, pois, estes tinham as responsabilidades sobre as informações e usou deste encargo para dificultar e limitar as informações, respectivas características que fomentavam a prática de censura.

Ao longo da pesquisa foram estudadas as formas que a censura se faz presente e foi notado que ela não se mostra unicamente de maneira explícita e muito menos que ela ficou isolada no tempo, nas ações históricas de regimes ditatórios. Avaliamos que a censura sobreviveu ao tempo e se camuflou, aparecendo de maneira implícita em lugares que deveriam estar lutando contra quaisquer vestígios que lembre o comportamento sensório.

De forma que acreditávamos que as bibliotecas, lugar que recebeu a dominação de poderes em seus acervos estariam livres, na contemporaneidade, da dominação desses. Embora, os estudos sobre as formas de censura nos mostraram por meios dos indícios que as

bibliotecas, mesmo em uma sociedade democrática, ainda trazem consigo vestígios de censura.

Não é promissor da nossa parte julgar e criticar, rechaçar as atitudes do Nazismo, do Estado Novo e do Baratismo como erradas, se nas nossas ações cotidianas de bibliotecários reproduzimos atitudes similares as que foram praticadas por estes regimes frente à liberdade de expressão e informação, uma vez que ao restringirmos o acesso do conhecimento, colocamos condições e empecilhos para o acesso informacional nas bibliotecas. Estamos novamente refazendo, na contemporaneidade, as atitudes destes regimes ditatórios, pois, foram justamente essas ações de barreiras que os registros históricos nos mostraram como a informação foi censurada.

Com um olhar no passado e outro no presente, recebemos a aprendizagem que nós bibliotecário precisamos estar analisando, os mandatos das direções frente aos serviços informacionais. Para isto as bibliotecas necessitam de bibliotecários que estejam primordialmente preocupados na disseminação da informação e não apenas agradar a direções que buscam dominar as bibliotecas conforme seus interesses, pois, agindo assim em unicamente obedecer, sem analisar, sem criticar e nem refletir, estará compactuando indiretamente para o condicionamento e a prática da censura informacional.

Notamos que a censura e o poder de interesse de quem a rege busca brecha para se inserir e dominar e se não encontra bibliotecário que defenda a emancipação, não esteja estudado nas formas e vestígios de censura, logo, esta vai encontrar a oportunidade para se fundamentar no ambiente e o dirigir como bem lhe cabe. Porquanto, para que isto não ocorra e o bibliotecário esteja mais atento para as liberdades informacionais, este estudo propõe que seja mais abordado e debatido nas academias de Biblioteconomia e na sua literatura as formas e vestígios de censura de cunho abrangente, não apenas limitando a censura sobre o teor desenvolvimento de coleções.

Em meio às pesquisas feitas durante a elaboração deste trabalho, foi notável que as literaturas biblioteconomias ainda se limitam a discutir o conceito de censura apenas em desenvolvimentos de coleções. Entretanto, demonstramos por meio deste trabalho que as censuras vão além desta maneira objetiva.

A presente pesquisa ainda sugere que sejam lembrados e discutidos, na história dos livros e das bibliotecas, as opressões que os regimes ditatoriais de cunho mundial e nacional e regional traçaram contra as informações, uma vez que se torna importante rememorar para que aprendamos com os erros do passado para que não seja esquecida e não venha a ser

acometida novamente. Pois, lembremos que “aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repetí-lo” (SANTAYANA, 2005, p. 92).

Em vista disto, a pesquisa chegou à conclusão que nós, bibliotecários, como profissionais da informação, juramentados na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana, temos a responsabilidade e compromisso de lutar para que este juramento não fique só na teoria, e sim, que ele recorra para a prática do nosso cotidiano nas bibliotecas, para a fim de evitar que o “terror do passado” de censura informacional volte a encontrar abrigo na contemporaneidade, sobretudo, no ato de disseminar a informação.

Quando o poder de dominação com a sua censura quiserem se infiltrar nas bibliotecas, que este encontre na emancipação e nos profissionais críticos uma grande barreira blindada para não se fundamentar e esta é a “guerra da liberdade progressista” contra a dominação retrocedista de um passado sombrio, que aprisiona no silêncio e atrofia transferência do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da primeira república: 1889-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

ACADEMIA Brasileira de letras. **Biografia Augusto Meyer**, 2015. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/augusto-meyer/biografia>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ACADEMIC dictionaries and encyclopedias. **Wolfgang Herrmann (Bibliothekar)** <http://de.academic.ru/dic.nsf/dewiki/1524485#cite_note-0>. Acesso em: 07 ago. 2015.

ALDEMODI, Olugbenga I. Censorship issue in librarianship: analysis and the way forward. **Brazilian Journal of Science**, São Paulo, v.5, n.2, p.18-27, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/1185>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e terra, 2000.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. Roubo, depredação de materiais em campanhas educativas em bibliotecas: propostas de um modelo de avaliação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9, 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 1996. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/IX-SNBU-v6.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

AMADO, Jorge. **Capitães de areia**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Intellectual Freedom Manual**. Chicago: American Library Association, 2010. Disponível em: <<http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/maybe/ala%202010%20intellectual%20freedom%20manual%20eighth%20edition.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

ARAÚJO, Beatriz Cristiane de; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecas temáticas da cidade de São Paulo: a questão da imagem e identidade das bibliotecas públicas. **Revista CFB 8**, São Paulo, v.6, n.1, p. 34-39, ago. 2013. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/UserFiles/File/Artigo_Bibliotecas%20tem%C3%A1ticas%20da%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20a%20quest%C3%A3o%20da%20imagem%20e%20identidade%20das%20bibliotecas%20p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 16 mar.2016.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. **A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002.

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos deputados, 2011.

_____. **O estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ARAÚJO NETO, Álvaro Souza de. Discurso e prática autoritária no Brasil: o combate à aliança nacional libertadora através da imprensa periódica regional. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: PODER, CULTURA E DIVERSIDADE, 3, **Anais...** Bahia: UNEB, 2007. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/alvaro_souza.pdf>.

ARENDDT, Hanna. **Da violência**. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

ASHEIM, Lester. Selection and Censorship: A Reappraisal. **Wilson Library Bulletin**, n. 3, v. 58, 1983. Disponível em: <<http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/spring2012-502/spring2012-502/asheim%201983%20selection%20a%20reappraisal%20bfj.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2015.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Trad. de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Edirouro, 2004.

BAHIA, Benedito Juarez. **Historia Jornal e ética**: as técnicas do jornalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa. Brasil – 1900- 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRASIL. Tribunal de Justiça Estado do Rio Grande do Sul. **Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária**. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/publicacoes/vocabulario_juridico/doc/manual_linguagem_juridico_judiciaria_final.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismo do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964- 1984). São Carlos: Edusfscar, 2002.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

BOCK, Sigrid. Geglüht und gehärtet?: Zu Funktionen und Folgen der Bücherverbrennung 1933. In: BIRCKEN, Margrid; PEITSCH, Helmut. **Brennendebücher**: Erinnerungen an den 10. Mai 1933. Brandeburgo: Brandenburgische Landeszentrale, 2003. Disponível em: <http://www.politische-bildung-brandenburg.de/publikationen/pdf/brennende_buecher.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação brasileira no estado novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, 10 de Novembro de 1937. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1937.pdf?sequence=9>. Acesso em 01 set. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.077, de 29 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). **Lex**: Coletânea de legislação: edição federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Decreto n. 93 de 21 de dezembro de 1937. Aprova o Instituto Nacional do Livro (INL). **Lex**: Coletânea de legislação: edição federal, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. **Decreto n. 19.398**, de 11 novembro de 1930. Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

BUNDY, Mary Lee; WASSERMAN, Paul. Professionalism Reconsidered. **College e Research Libraries**, v.29, n.59, 1968, p. 5-26. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/38185/crl_29_01_5_opt.pdf?sequence=2>. Acesso em: 16 mar. 2016.

CAETANO, Tiago Lemanczuk Fraga. Meikampf e o ideário nazista. **Consilium - Revista Eletrônica de Direito**, Brasília, v.1, n.4, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/consilium_04_01.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2015.

CAIN, Charlene C. **Librarians and Censorship: the ethical imperative**. Louisiana libraries, 2011. Disponível em: <www.laonline.org>. Acesso em: 9 jan. 2016.

CALAZANS, Flavio. **Propaganda subliminar multimídia**. São Paulo: Summus editorial, 2005.

CAPANEMA, Gustavo. Ofício encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas sobre a criação do Instituto Nacional do Livro. CPDOC, 1937.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O nazismo e a produção da guerra. **Revista USP**, São Paulo, n. 26, jun/jul/ago 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28150/29961>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: Dulce Pandolfi. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo: Ateliê, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. O instituto nacional do livro e os modernistas: questões para a história da educação brasileira. **Cadernos de História da Educação**, São Paulo, v.11, n.2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/21711/11920>>. Acesso em: 10 out. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CIVALLERO, Edgardo. Aproximación a la bibliotecología progresista: An approach to progressive librarianship. **El Profesional de la Información**, Espanha, v. 22, n. 2, p.155-162, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2013/marzo/10.html>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

CORNELSEN, Elcio Loureiro. Os descaminhos da poesia a serviço do nazismo. **Revista Contingentia**, Porto Alegre, v. 4, n.2, nov. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/10173/6773>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

COUTO, Sergio Pereira. **Os segredos do Nazismo**: vol. 1. São Paulo: universo dos livros, 2009.

COPPI, Von Hans. Philipp Shaeffer: orientalist, bibliothekar, windrstandskanpfer. In: STEINBACH, Peter; WEBER, Hermann. **Internationale wissenschaftliche Korrespondenz zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung**. Berlin: Otto-Suhr-Institut für Politikwissenschaft, 2005.

CORÇÃO, Gustavo. **Patriotismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Presença, 1950.

DENIAU, A. Que bicho o mordeu?. In: SAHEL, C. (Org.). **Tolerância**: por um humanismo herético. Porto Alegre: LePM, 1993.

DEZORDI, Lucas Lautert. **Fundamento de Economia**. Curitiba: IESDE Brasil, 2010.

DIDEROT, Denis. Os verbetes “Intolerância” e “Intolerante”. In: SANTOS, Antônio Carlos dos (Org.) **O outro como problema**: o surgimento da tolerância na modernidade. São Paulo: Alameda, 2010.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. 2005. Disponível em: <<http://inforum.insite.com.br/arquivos/1046/apropagandapolitica.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

DOWE, Dieter. Vorwort. In: BRUNNER, Detlev; GRAF, Angela; STANG, Erhard; ZIMMERMANN, Rüdiger. **Verbrannt, geraubt, gerettet! Bücherverbrennungen in Deutschland**. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2003.

BAUER, Kurt. **Die drei Nürnberger Gesetze vom 15. September 1935 (und Durchführungsverordnungen)**. Disponível em: <http://www.kurt-bauer.geschichte.at/PDF_Lehrveranstaltung%202008_2009/13_Nuernberger_Gesetze.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2015.

EMERSON, Thomas I. The doctrine of prior restraint. **Faculty Scholarship Series**, New York, v. 20, n. 4, p. 648-671, 1955. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3761&context=fss_papers>. Acesso em: 25 jan. 2016.

EVANS, Richard J. **A chegada do terceiro reich**. Tradução Lúcia Brito. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014a.

EVANS, Richard J. **O terceiro Reich no poder**. Tradução Lúcia Brito. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014b.

FARO, Ana Elisabeth Rodrigues. O triunfo da Vontade: o cinema a serviço da ideologia. **O olho da História**, n. 11, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.org/n11/textos/elizabethfaro.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf>. Acesso em 06 out. 2015.
- FEST, Joachim C. Hitler. **Coleção Os Ditadores que Abalaram o Mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- FORD, Henry. **O judeu internacional**. Porto Alegre, RS: Revisão, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- _____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- FRAKE JUNIOR. **Leitura e emancipação**. Joinville, SC: Clube de autores, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.
- FRIEDLÄNDER, Saul. **Nazi germany and the jews, 1933–1945**. New York: Harper Perennial, c2009.
- GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- GARCIA, Nelson Jahr. **Estado novo ideologia e propaganda política**. São Paulo: RocketEdition, 2005. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- GOEBBELS, Joseph. **Der Rundfunk als sachte Großmacht**, Signale der neuen Zeit. 25 ausgewählte Reden von Dr. Joseph Goebbels (Munich: Zentralverlag der NSDAP, 1938), pp. 197-207. Disponível em: <<http://www.calvin.edu/academic/cas/gpa/goeb56.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- GOUVÊA, Leila Vilas Boas. **Pensamento e “lirismo puro” na poesia de Cecília Meireles**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GUEDES, Aureliano da Silva. Análise do progresso através do texto de Michel Lowy “Walter Benjamin crítico do progresso”. **Revista Científica ESAMAZ**, v.3, n.1, jan./jun., Belém, 2011.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua historia**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- HIRSCHFELD eddy stiftung. **Dr. Magnus Hirschfeld (1868-1935)**. Berlim: [s.n]. Disponível em: <<http://www.hirschfeld-eddy-stiftung.de/en/foundation/about-us/names/magnus-hirschfeld/>>. Acesso em 15 ago. 2015.
- HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. Santa Catarina: Clube de Autores, 2010.
- HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**. Recife: Massangana, 2010.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 11 out. 2015.

JAMBEIRO, Othon, *et al.* **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2014.

KNUTH, Rebecca. **Libricide: The regime-sponsored destruction of books and libraries in the twentieth century**. Estado Unidos, California: Praeger Publishers, 2003.

KOCH, Christine. **Das Bibliothekswesen im Nationalsozialismus: eine Forschungsstandanalyse**. Marburg: Tectum Verlag, 2003.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo Perspec**, v.17, n.3-4, pp.26-34. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a04v1734.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

LIMA, Alceu Amoroso. **O existencialismo e outros mitos do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão**. Niterói, RJ: Intertexto, 2011.

LEITE, Rose Alyce O. Novos paradigmas para a socialização da informação e a difusão do conhecimento científico: perspectivas da interação entre a organização dos sistemas e a complexidade da informação. **Informare: cadernos do programa de Pós-graduação em ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 57-69, 1996. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2011/06/pdf_33aee1c465_0017437.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

LOBATO, Monteiro. **O poço do Visconde**. São Paulo: Brasilense, 1965. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/cantinho/infantil/38/Estorias_miniweb/lobato/O_Poco_do_Visconde.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

LUCA, Tania Regina de. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto repressão n' A barca de Gleyre. In: GOMES, Ângela Castro de (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MANN, Thomas. **Ouvintes alemães!:** discursos contra Hitler (1940-1945). Tradução de Antonio Carlos dos Santos e Renato Zwick. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2004.

MEDINA, Cremilda. As múltiplas faces da censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.) **Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2002.

MENDONÇA, Frâncio. **Historia do Brasil**. Santa Catarina: Clube dos autores, 2009.

MENEZES, Paulo. Cinema: censura, uma velha inimiga. In: SIMIS, Anita. (Org.). **Cinema e televisão durante a ditadura militar: depoimentos e reflexões**. Araraquara: Cultura acadêmica, 2005.

MILANESI, Luiz Augusto. **O que é Biblioteca**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MOODY, K. Covert censorship in libraries: a discussion paper. **Australian Library Journal**, v. 54, n. 2, 2005. Disponível em:
<http://eprints.qut.edu.au/3071/1/Censorship_discussion_paper.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2015.

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

NOVAES, José. Um episódio de produção de subjetividade no Brasil de 1930: malandragem e estado novo. **Psicologia em Estudo**, v.6, n.1, jan./jun. 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n1/v6n1a05.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

OCTAVIANO, Vera Lúcia de Campos; REY, Carla Monte; SILVA, Kelly Cristina da. Informação e censura no Brasil: Da formação do estado à ‘era do real’. **Transinformação**, Campinas, v.12, n.1, jan./jun. 2000. Disponível em:
<<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1536>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

OESTERREICHISCHE akademie der wissenschaften. **Gedenkbuch für die Opfer des Nationalsozialismus an der Österreichischen Akademie der Wissenschaften**. 2013. Disponível em: <<http://www.oeaw.ac.at/online-gedenkbuch/gedenkbuch/personen/a-h/edmund-groag/>>. Acesso em 24 ago. 2015.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937-1989. 1994. 221p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1&locale=pt_BR>. Acesso em: 23 set. 2015.

OPPENHEIM, Charles; SMITH, Victoria. Censorship in libraries. **Information Services & Use**, v. 24, n. 4, 2004. Disponível em:
<<http://pacificreference.pbworks.com/f/Censorship+in+Libraries.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio

PINE, Lisa. **Nazi Family Policy, 1933-1945**. New York: Berg, 1997.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v.40, n.3, jul./set. 2009. Disponível em:
<http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140>. Acesso em: 10 out. 2015.

POHLMANN, Tobias. Erfüllungsgehilfen? Die Rolle der Bibliotheken im Rahmen der Bücherverbrennungen 1933. **Perspektive Bibliothek**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 193-221, Okt. 2012.

ISSN 2194-8992. Disponível em: <<http://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/bibliothek/article/view/9462>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

RAMOS, Jorge. **Ditadura Vargas incinerou em praça pública 1.640 livros de Jorge Amado**. Bahia: Jornal correio, 2012. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/ditadura-vargas-incinerou-em-praca-publica-1640-livros-de-jorge-amado/>>. Acesso em: 14 set. 2015.

REGO, Jose Lins. **Menino do engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RIBEIRO, José Roberto Silva. **A revolução de 30 e a educação no Pará**: carisma e práticas políticas. Belém: Meridional, 1998.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: SECULT, 1999.

RODRIGUES, Luiz César B. **A primeira guerra mundial**. 4.ed. São Paulo: Unicamp, 1988.

ROSENZWEIG, Mark. What progressive librarians believe: an international. **Perspective Innovation**, New York, n. 18, 2000. Disponível em: <<http://www.progressivelibrariansguild.org/content/Vienna2000.shtml#top>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

SANTAYANA, George. **The Life of Reason**. New York: Dover publication, 2005.

SANTOS, Silvio Marcos Dias et al. Biblioteca Universitária e sanção por atraso na devolução de documentos: punir ou educar: qual é o projeto?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, Florianópolis, SC. **Anais...** 2013. p. 4749-4764. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1614>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SAREMBA, Katharina. **Wider den undeutschen Geist**. 2009. Tese de Doutorado. uniwien. Disponível em: <http://othes.univie.ac.at/5552/1/2009-06-22_9803973.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SAUER, Von Christine. Unsere Stadtbibliothek hat schon gründlich ausgemistet. **Bibliotheksforum**, Munique, v. 3, n.82014. Disponível em: <https://www.bibliotheksforum-bayern.de/fileadmin/archiv/2014-3/PDF-Einzelbeitraege/BFB_0314_12_Sauer_V03.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

SCHÜTZ, Rosalvo. Refúgio da liberdade: sobre o conceito de filosofia em theodor adorno. **Veritas**, Porto Alegre, v. 57, n.3, p. 32-52, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/12028>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado novo**: um auto-retrato. Brasília, DF: UNB, 1982.

SEEMANN, Von Till. **Von den Nazis enthaupet**: Der aufrechte Philipp Schaeffer. 2014. Disponível em: <<http://www.uni-heidelberg.de/studium/journal/2014/06/schaeffer.html>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Elizabete Bianca Tinoco. **Mecanismos de defesa do ego**. 2013. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0212.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOUZA, Francisco das Chagas de. A multa financeira nas bibliotecas universitárias: sua contribuição ao desvio educacional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9, 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 1996. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/IX-SNBU-v3.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

STIRNER, Max. **O único e sua propriedade**. Tradução João Barrento. Portugal: Antígona, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da Política**. São Paulo: UNESP, 2009.

TRESS, Werner. **Wider den undeutschen Geist: Bücherverbrennung 1933**. Berlin: Parthas, 2003.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de educação em Paulo Freire**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Revista Ciência da Informação**, v.16, n.1, 1987. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1569/1504>>. Acesso em 17 out. 2015.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). **Presos Políticos e perseguidos na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Faperj, 2014.

WACHTEL, Klaus. Arthur Stein (1871–1950) und Edmund Groag (1873–1945). *Zweijüdische Gelehrtschicksale in Wien und Prag*. In: HRUZA, Karel (Hg.). **ÖsterreichischeHistoriker: Lebensläufe und Karrieren 1900–1945**. Viena: BöhlauViena, 2014.

WEBER, Max. **Que es la burocracia?**. Buenos Aires: Editorial La pleyade, 1977.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WELCH, David. **The third reich: Politics and Propaganda**. 2.ed.Londres; New York: Routledge, 1993.

UNITED STATE HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Indoctrinatingyouth**. Disponível em:<<http://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10007820>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

ZUSAK, Markus. **A menina que roubava livros**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

Filmografia:

O ETERNO JUDEU. Direção e Roteiro: Fritz Hippler. Alemanha: Continental Home Vídeo, 1940. Arquivo Digital. (65min.).

O TRIUNFO DA VONTADE. Direção: Leni Riefenstahl. Roteiro: Walter Ruttmann. Alemanha: Continental Home Vídeo, 1934. 1 DVD. (110 min.)

Fontes Consultadas

Biblioteca Arthur Viana/ (Setor De Microfilmagem)

* – Jornal Folha do Norte: jornal local e diário.

1 – Janeiro a dezembro de 1930.

2 – Janeiro a dezembro de 1931.

3 – Janeiro a dezembro de 1932.

4 – Janeiro a dezembro de 1933.

5 – Janeiro a dezembro de 1934.

6 – Janeiro a dezembro de 1935.

7 – Janeiro a dezembro de 1936.

8 – Janeiro a dezembro de 1937.

9 – Janeiro a dezembro de 1938.

10 – Janeiro a dezembro de 1939.

11 – Janeiro a dezembro de 1940.

12 – Janeiro a dezembro de 1941.

13 – Janeiro a dezembro de 1932.

14 – Janeiro a dezembro de 1943.

15 – Janeiro a dezembro de 1944.

16 – Janeiro a dezembro de 1945.

Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)

* - Jornal O Paiz: jornal do Rio de Janeiro de circulação diária fundado em 1884 e terminado em novembro de 1934.

1 – Janeiro a setembro de 1934

* – Jornal Correio de S.Paulo: Jornal diário e noticioso fundado em 1933.

1– Janeiro a dezembro de 1934

* – Jornal Correio do amanhã: Jornal do Rio de Janeiro fundado em 1901 e terminando sua circulação em 1974

1– Janeiro a dezembro de 1934

ANEXOS

ANEXO A - Lista com as 12 teses intitulada: contra o espírito não alemão!

Wider den undeutschen Geist!

1. Sprache und Schrift thun witzeln im Volk. Das deutsche Volk trägt die Verantwortung dafür, daß seine Sprache und sein Schrifttum reiner und unverfälschter Ausdruck seines Volkstums sind.
2. Es läßt heute ein Widerspruch zwischen Schrifttum und deutschem Volkstum. Dieser Zustand ist eine Schmach.
3. Reinheit von Sprache und Schrifttum liegt an Dir! Dein Volk hat Dir die Sprache zur treuen Verwahrung übergeben.
4. Unser gefährlichster Widersacher ist der Jude, und der, der ihm hörig ist.
5. Der Jude kann nur jüdisch denken. Schreibt er deutsch, dann lügt er. Der Deutsche, der deutsch schreibt, aber undeutsch denkt, ist ein Verräter! Der Student, der undeutsch spricht und schreibt, ist außerdem gedankenlos und wird seiner Aufgabe untreu.
6. Wir wollen die Lüge ausmerzen, wir wollen den Verrat brandmarken, wir wollen für den Studenten nicht Stätten der Gedankenlosigkeit, sondern derucht und der politischen Erziehung.
7. Wir wollen den Juden als Fremdling wehrt, und wir wollen das Volkstum ernst nehmen.
Wir fordern deshalb von der Fakultät:
Jüdische Werke erscheinen in jüdischer Sprache. Erklären sie in Deutsch, und sie als Übersetzung zu kennzeichnen.
Schärfere Einsichten gegen den Wortschwanz der deutschen Schrift.
Deutsche Schrift steht nur Deutschen zur Verfügung.
Der undeutsche Geist wird aus öffentlichen Bibliotheken ausgeschlossen.
8. Wir fordern von deutschen Studenten Willen und Fähigkeit zur selbständigen Erkenntnis und Entscheidung.
9. Wir fordern vom deutschen Studenten den Willen und die Fähigkeit zur Reinherhaltung der deutschen Sprache.
10. Wir fordern vom deutschen Studenten den Willen und die Fähigkeit zur Überwindung des jüdischen Intellektualismus und der damit verbundenen liberalen Verfallserscheinungen im deutschen Geistesleben.
11. Wir fordern die Auslese von Studenten und Professoren nach der Sicherheit des Denkens, im deutschen Geiste.
12. Wir fordern die deutsche Hochschule als Hort des deutschen Volkstums und als Kampfstätte aus der Kraft des deutschen Geistes.

Die Deutsche Studentenschaft.

ANEXO B - Parte da Lista negra (*schwarze Liste*) elaborada por Wolfgang Herrmann

Schwarze Liste

Schöne Literatur (vollständig)

Die vorliegende Liste nennt alle Bücher und alle Autoren, die bei der Säuberung der Volksbüchereien entfernt werden können. Ob sie alle ausgemerzt werden müssen, hängt davon ab, wie weit die Lücken durch gute Neuanschaffungen aufgefüllt werden.

Die Liste sagt nichts aus über den faktischen Bestand der einzelnen Büchereien. Sie gilt nur als allgemeines Hilfsmittel für Bibliothekare und Kommissare, die mit der Säuberung beauftragt sind.

Anthologie jüngster LyrikAnthologie jüngster ProsaAsch, NathanAsch, SchalomBabel: Budjonmys ReiterarmeeBarbusse, HenriBeer-Hofmann, RichardBirkenfeld, GüntherBobinskaia: KarbunauriBogdanow: Das erste MädclBongels: alles ausser: Biene Maja, HimmelavolkHleyBraune: Mädchen von der Orga. PrivatBrecht, BeriBreitbach, Rot gegen RotBrod, Max: alles ausser: Tycho BraheBrück: Schicksale hinter SchreibmaschinenCarr, RobertDoebelin, Alfred: alles ausser: "Wallenstein"Don PassosDreissig neue Erzähler des neuen RusslandsDreissig neue deutsche ErzählerEbermayer: Die Nacht in WarschauEdschmid, Kasimir: alles ausser: "Timur", "Die 8 Mündungen"Ehrerburg: alles ausser "Grachus Baboeuf"Essig, H.Felden: Eines Menschen WegFeuchtwanger, LionFink, GeorgFrank, Leonhard: alles ausser: "Räuberbande", "Ochsenfurter Männerquartett"Frey: PflasterkastenGeist, RudolfGladkow, Fjodor

ANEXO C - Carta de Gustavo Capanema para a criação do INL

Em 15 de dezembro de 1937

Sr. Presidente :

O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenheiro humano. A influencia que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contornos.

O livro não é só o companheiro assiso, que instrue, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande espedidor, que, pelos seculos afora, vem transformando a face da terra. Encontramos sempre um livro no fundo de todas as revoluções.

É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador das grandes sentimentos e das nobres causas humanas.

Para tais objetivos, seria conveniente a criação do Instituto Nacional do Livro. Submeto à elevada consideração de V. Exa. um projeto de decreto-lei, dispondo sobre a matúria.

Reitero-lhe os meus protestos de respeitosa estima.

Gustavo Capanema.

ANEXO D - Decreto sobre o Instituto Nacional do Livro (INL)

DECRETO-LEI Nº 93, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937

Cria o Instituto Nacional do Livro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição.

DECRETA:

Art. 1º O Instituto Cairú fica transformado em Instituto Nacional do livro.

Parágrafo único. O Instituto Nacional do Livro terá a sede da seus Trabalhos no edifício da Biblioteca Nacional.

Art. 2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro;

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Art. 3º O Instituto Nacional do Livro será superintendido por um diretor nomeado em comissão, com os vencimentos equivalentes ao padrão N.

Art. 4º O Instituto Nacional do Livro terá, além dos serviços gerais de administração, três seções técnicas e um Conselho de Orientação.

Art. 5º As três seções técnicas se denominarão Seção de Enciclopédia e do Dicionário, Seção das Publicações e Seção das Bibliotecas, cabendo à primeira as funções da letra a, à segunda as funções das letras b e c e à terceira as funções da letra d, do art. 2º d'este decreto-lei.

§ 1º Cada seção será dirigida por um chefe.

§ 2º Os chefes de seção, bem como todo o demais pessoal do Instituto Nacional do Livro serão admitidos na forma do decreto n. 871, de 1 de junho de 1936.

Art. 6º Ao Conselho de Orientação caberá elaborar o plano de organização da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional, bem como dar parecer sobre as medidas que devam ser tomadas para que os objetivos do Instituto Nacional do Livro sejam conseguidos.

§ 1º O Conselho de Orientação será composto de cinco membros, nomeados pelo Presidente da República.

§ 2º A função de membro do Conselho de Orientação será gratuita e constituirá serviço público relevante.

§ 3º O Conselho de Orientação funcionará na sede do Instituto Nacional do livro.

§ 4º Tomará parte nas discussões do Conselho de Orientação o diretor do Instituto Nacional do Livro, e funcionará como seu secretário, podendo igualmente discutir as matérias, o chefe da Seção da Enciclopédia e do Dicionário.

§ 5º Nenhuma reunião do Conselho de Orientação se realizará sem que para a mesma sejam convocados o diretor do Instituto Nacional do Livro e o chefe da Seção da Enciclopédia e do Dicionário.

Art. 6º As publicações do Instituto Nacional do Livro não serão distribuídas gratuitamente senão às bibliotecas públicas a êle filiadas, mas se colocarão à venda em todo o país por preços que apenas bastem para compensar total ou parcialmente o seu custo.

Art. 7º O Poder Executivo baixará o regulamento do Instituto Nacional do Livro.

Art. 8º Este decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1938, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937, 116 da Independência e 49º da República.


GETÚLIO VARGAS.
Gustavo Capanema.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 27/12/1937



Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1937, Página 25586 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1937, Página 422 Vol. 3 (Publicação Original)

ANEXO E - Decreto sobre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)


CÂMARA DOS DEPUTADOS

A
+A

A Câmara
Deputados
Atividade Legislativa
Orçamento
Documentos e Pesquisa
Comunicação
Transparência
Responsabilidade Social
Participe

Você está aqui: [Página Inicial](#) > [Atividade Legislativa](#) > [Legislação](#) > [Detalhes da Norma](#)

Legislação

Legislação Informatizada - Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939 - Publicação Original

Veja também: _____

» [Dados da Norma](#)

Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939

Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I. P.)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, alínea a, da Constituição,

Resolve:

Art. 1º Fica aprovado o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.) que com este baixa.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1940, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETULIO VARGAS.
Francisco Campos.

ANEXO F - Regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

Regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda, a que se refere o Decreto n. 5.077, de 29 de dezembro de 1939

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º O Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), criado pelo Decreto-lei n. 1915, de 27 de dezembro de 1939, é diretamente subordinado ao Presidente da República e tem a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre as doutrinas do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O D. I. P., compreende:

I - Divisão de Divulgação (D.D.);

II - Divisão de Rádio-difusão (D.R.);

III - Divisão de Cinema e Teatro (D.C.T.);

IV - Divisão de Turismo (D.T.);

V - Divisão de Imprensa (D.I.).

Parágrafo único. Além das divisões o D.I.P. terá os seguintes serviços auxiliares, para atender às necessidades comuns.

I - Serviço de Comunicações (S.C.);

II - Serviço de Contabilidade e Tesouraria (S.C.T.);

III - Serviço de Material (S.M.);

IV - Filmoteca;

V - Biblioteca;

VI - Discoteca,

ANEXO G – Exercícios das atividades da Divisão de Divulgação (D.D)

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DIVISÕES E DEMAIS ORGÃOS DO D.I.P.

Art. 6º À Divisão de Divulgação compete:

- a) a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras;
- b) interditar livros e publicações que atentem contra o crédito do país e suas instituições, e contra a moral;
- c) combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional;
- d) fornecer, aos estrangeiros e brasileiros, uma concepção mais perfeita dos acontecimentos sociais, culturais e artístico: da vida brasileira;
- e) organizar, periódica e frequentemente, espetáculos musicais, para o fim de pôr em relevo a personalidade e as obras de compositor brasileiro;
- f) organizar programas de música de câmara, com a apresentação de intérpretes brasileiros;
- g) organizar, regularmente, sessões literárias, nas quais sejam divulgadas as obras dos nossos melhores poetas e prosadores;
- h) organizar programas de propaganda de música popular brasileira;
- i) promover cursos, conferências, congressos e exposições demonstrativas das atividades nacionais e intercâmbios literários com o estrangeiro;
- j) organizar o serviço de edições de folhetos, livros e cartazes do D.I. P.; editar um anuário da Imprensa Brasileira, com informações sobre jornais, revistas, livros e demais publicações aparecidas no Brasil.

ANEXO H - Notícia sobre livro impatriótico

LIVRO IMPATRIOTICO**AFFRONTOU AQUILLO QUE A
COMMUNHAO BRASILEIRA VE-
NERA**

S. PAULO, 9 — O sr. Aluisio Meira Wanderley escreveu ha tempos um livro que despertou grande celeuma por occasião do seu lançamento no mercado, pois o auctor vaticinou para breve o fraccionamento do bloco da unidade federativa do Brasil. As auctoridades paulistas apprehenderam e mandaram inutilizar a edição, allegando que o livro era um trabalho impatriotico. Levado o caso á justiça, o juiz federal Vieira Ferreira confirmou a decisão policial, entendendo que o livro affrontou aquillo que a communhão brasileira venera. (A. U.)

ANEXO I – Visita de Magalhães Barata a sede do Jornal folha do norte



ANEXO J - Jornal "O PAIZ" retratando as intervenções de Barata

LIBERDADE DE IMPRENSA

O Sr. Magalhães Barata, que se vem notabilizando pelas frequentes tropelias que commette no exercicio da função de interventor paraense, acaba de prohibir a entrada, nas repartições estaduais e municipaes, de todos os representantes da "Folha do Norte", um dos jornaes de maior tradição na zona septentrional do paiz.

O interessante, nesse triste episodio da época presente, é que tal attitude de extrema violencia não teve por causa nenhuma publicação da referida folha nortista. Foi devida, apenas, a uma carta que o director da "Folha do Norte" dirigiu ao chefe do governo provisório, reflectindo o ambiente de oppressão imposto pelo interventor áquelle orgão de imprensa.

O Sr. Magalhães Barata, ao invés de demonstrar por actos a sua isenção de animo diante do descontentamento do seu jurisdicionado, procurou apertar-lhe o circulo, numa infeliz estreiteza de espirito, sem se aperceber que o seu procedimento tornava mais legitima e mais justa a reclamação contra elle formulada.

E é esse interventor que, na sua ultima viagem a esta capital, teve a sem-ceremonia de lamentar que a constitucionalização do paiz o impedisse de completar a obra que vem realizando no Pará.

Benemerita constitucionalização...

ANEXO K - Opinião de jornalistas sobre o atentado da folha do Norte



ANEXO M - O adeus irônico ao Major Magalhães Barata

Adeus, major!

Partiu hontem. Era como um rochedo. Julgava-se o Pão de Assucar da immobilidade. Daquí não sahiria. Só morto. E aos pedaços. Mas lá vae rolando sobre o cabeço das salsas ondas. Manda quem pôde, obedece quem serve. E' a regra da vida. E o recalitrante, depois de ter exgottado a paciencia de seus superiores, solicitando, exorando, deprecando, arrumou a trouxa e fol-se.

Deus o leve, Deus por lá o tenha, Deus nos guarde para sempre das virtudes desse varão de Plutarcho.

Creanças, choraes! Mulheres, filhas d'Eva, eleitoras liberaes, atirae o peito nagua como a Moema do "Caramuru"! Homens, largae a enxada, o alvião, a tesoura, a sovela, o almofariz, a machina, o negocio, a penna, e, prosternados nas praças publicas, á hora melancholica do Angelus, agradecei a Deus, em unisono, que o tivesse levado. Illum'nem-se os lares de velas e cirios vôtivos, pois que promessa é divida e divida se paga; enfiorem-se de rosas os oratorios domesticos; que os sinos, aos quaes impôz silencio, bimbalem as suas arias festivas, como se as trevas do nosso sacrificio se coróassem de uma subita alleluia, e que os foguetões detonem e as bandeiras pannejem, a todo o vento, no tope de todos os mastros, proclamando aos céos o echo do nosso regosijol!

Abençoemos ao ministro que resistiu ao governo que se recusou a descer das alturas civicas da negativa á esteril charneca da transigencia.

Adeus, meu povo: creanças, amigos, correligionarios, rapazes e raparigas, adeus!

Adeus, que eu vou-me embora.

Não vae, senão eu choro, soluçou o agoniado viajante, na letra do carimbo, chuchurreando, com estalinhos da lingua saburrosa, o vinho capcioso da presumpção.

Adeus, major, lhe replicamos nós outros, que ficamos. Tome lá o nosso abenço de reconhecimento porque parte. Parta um dia de gala na urbe. Freqüente os annos. Todas as bocas nem todos se abrem se

meia, nos comes e bebes das bacchanaes politicas, na retribuição dos elogios e nas festas que se mandava promover, nas quaes as pobres creanças eram empurradas para a via publica, sob a canicula implacavel, a gritar como papagaios: — Viva o major! Viva o nosso bemfeitor! Viva elle!, que lhes ensinavam as mestras das escolas publicas, transformadas em professoras de bajulação.

Rios de dinheiro se gastaram em estradas sem utilidade ao bem da communhão, com o objectivo principal de leval-o, no conforto das "limousines" officiaes, ao regaço das curibocas verdoengas, embalsamadas do cheiro agreste da mandioca, aos casquinhos da Vigia e ás peixadas de Salinas, em cujas praias, tostadas de sol maritimo, o seu corpo rolava aos gritinhos das naiades frementes, de barriga ao ar, como baiacú morto impellido para a duna.

E enquanto elle se banhava e se deixava, dentro d'agua, amavelmente beliscar, continuou-se por esse sertão a fóra a tremer e a morrer de impaludismo, porque, em vez de enviar-se aos doentes o quinino que cura, o sr. Barata abarrotava-os até os gorgomillos de Vermopil, droga neutra, de effectos cabalisticos, manipulada para enriquecer o seu industrioso fabricante, e que forçava o pobre cabocio, aos punhos doloridos, de calças na mão, a procurar refugio de pau cahido na capoeira deserta, onde derrear as trazeiras em homenagem ao sr. Ohana.

Allude o sr. Barata ás escolas que instituiu, mas nenhum governo se privou de creal-as, mesmo iuctando com difficuldades financeiras. E se isso não tem servido de obstaculo á sua disseminação, em periodos de receita escassa, como poderia o sr. Barata furtar-se a esse logar commum das gestões publicas, tendo arrecadado quantias fabulosas?

Agora, o que os governos da chamada Republica velha não fizeram foi ir aos prostibulos buscar mulheres quasi analphabetas para ensinar aos filhos dos nossos cabocios.

Barata prezar os seus

ANEXO N - O DIP e sua missão de fiscalizar

JORNAIS E REVISTAS QUE SE EDITAM NO PAÍS DEVEM PEDIR AO DIP PERMISSÃO PARA CIRCULAR EM 1943

RIO, 4 (A. N.) — De acôrdo com o disposto no artigo sexto do decreto-lei 2016, todos os jornais e revistas que se editam no país e consomem papel com isenção de impostos aduaneiros devem requerer ao DIP, até 15 do corrente, autorização para continuar circulando em 1943 e gozando do citado favor legal. Os jornais dos Estados devem atender às formalidades por telegrama. O diretor geral do DIP providenciou no sentido de serem atendidos no prazo de

48 horas os pedidos telegráficos até 15 do corrente, a-fim-de serem autorizados a assinar nas Alfândegas os termos de responsabilidade para a retirada de papel com isenção de impostos. Para evitar constantes pedidos de acréscimos como em 1942, os jornais e revistas devem solicitar para o corrente exercício papel em quantidade igual à consumida no ano passado, ou a de que necessitarem para o ano corrente durante o ano.